ESTADO DA BAHIA

Câmara Municipal de Candeias

Região Metropolitana

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 020/2025.
CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS-BA
DISPENSA N° 014/2025
ÓRGÃO: CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS
1.1. **OBJETO:** Prestação de serviço de solução integrada de comunicação VOIP baseada em protocolo SIP, com fornecimento de servidor local e redundância em nuvem e operação de STFC, juntamente com o fornecimento em comodato de aparelhos e ramais IP, incluindo instalação, configuração, treinamento, suporte técnico e portabilidade numérica dos atuais números, para atender as necessidades da Câmara Municipal de Candeias - Bahia.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 75, inc. II, da Lei n° 14.133/21.
VALOR DA CONTRATAÇÃO: R$ 58.200,00 (cinquenta e oito mil e duzentos reais)
VIGÊNCIA: 03/03/2025 A 03/03/2026.
EXERCÍCIO: 2025

ESTADO DA BAHIA
Câmara Municipal de Candeias
Região Metropolitana

PROCESSO ADMINISTRATIVO N°. 020/2025

ÓRGÃO/SETOR:	**CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS - DIRETORIA ADMINISTRATIVA**
OBJETO:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SOLUÇÃO INTEGRADA DE COMUNICAÇÃO VOIP BASEADA EM PROTOCOLO SIP, COM FORNECIMENTO DE SERVIDOR LOCAL E REDUNDÂNCIA EM NUVEM E OPERAÇÃO DE STFC, JUNTAMENTE COM O FORNECIMENTO EM COMODATO DE APARELHOS E RAMAIS IP, INCLUINDO INSTALAÇÃO, CONFIGURAÇÃO, TREINAMENTO, SUPORTE TÉCNICO E PORTABILIDADE NUMÉRICA DOS ATUAIS NÚMEROS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS - BAHIA.

AUTUAÇÃO

Processo Administrativo autuado na data de hoje, para os devidos fins de direito.

Candeias - Bahia, 24/02/2025 de março 2025.

Marcelo Silvestre dos Santos
AGENTE DE CONTRATAÇÃO

ESTADO DA BAHIA

Câmara Municipal de Candeias

Região Metropolitana

CANDEIAS - BA, 17 de fevereiro de 2025

Ao Sr. Marcelo Silvestre dos Santos

Agente de Contratação

Em face da necessidade e possibilidade da futura Contratação de empresa especializada para Prestação de serviço de solução integrada de comunicação VOIP baseada em protocolo SIP, com fornecimento de servidor local e redundância em nuvem e operação de STFC, juntamente com o fornecimento em comodato de aparelhos e ramais IP, incluindo instalação, configuração, treinamento, suporte técnico e portabilidade numérica dos atuais números, para atender as necessidades da Câmara Municipal de Candeias - Bahia., solicito, pelo presente, pesquisa de preços, bem como o relatório final de valor, a fim de instruir o processo no tocante ao preço referencial. Encontra-se, anexo, o Termo de referência para realização do procedimento supracitado.

Encontro-me à disposição para dirimir dúvidas posteriores.

Atenciosamente,

Everaldo Silva Aragão Filho
Diretor administrativo

ESTADO DA BAHIA
Câmara Municipal de Candeias
Região Metropolitana

Candeias - BA, 21 de fevereiro de 2025.

PEDIDO DE COTAÇÃO DE PREÇOS

Prezado (a) Senhor (a) fornecedor,

Pelo presente, solicitamos cotação de preços, se possível no prazo de 03 (três) dias, a contar do recebimento deste, para a execução de objeto contido no arquivo anexo. A escolha desta empresa se deu em razão da mesma ser uma tradicional prestadora de serviços no ramo de contratação pretendida.

Certos de contarmos com a colaboração de Vossas Senhorias, agradecemos.

Recebido em:

Atenciosamente,

Marcelo Silvestre dos Santos
Agente de Contratação

ESTADO DA BAHIA
Câmara Municipal de Candeias
Região Metropolitana

SOLICITAÇÃO DE COTAÇÃO DE PREÇOS E MODELO DE APRESENTAÇÃO DE COTAÇÃO DE PREÇOS

Servimo-nos da presente para solicitar que realize, até a data de 24/02/2025, cotação para o fornecimento dos materiais e/ou serviços relacionados no Modelo de Apresentação de Cotação de Preços, que acompanha a presente solicitação, e em observância as informações nele contidas, e condições a seguir especificadas:

1. O endereço de entrega para efeitos de formação do preço é na Av. dos Três Poderes S/n, na cidade de Candeias, CEP 43.805 - 450, telefone (71) 3190-3995, e/ou e-mail copel.cmc@hotmail.com

2. A validade da cotação de preços deve de no mínimo 60 (sessenta) dias.

3. A presente consulta presta-se para formação de preço de referência, sendo que o órgão solicitante poderá realizar, posteriormente, por meio de PROCESSO LICITATÓRIO ou DISPENSA DE LICITAÇÃO, a formalização da aquisição/contratação.

4. A contratação por meio de PROCESSO LICITATÓRIO ou DISPENSA de LICITAÇÃO ocorre mediante a emissão de Nota de Empenho, consulta de regularidade fiscal e pagamento contra a

entrega, depois de conferidos os materiais ou serviços recebidos.

5. De acordo com a norma da Receita Federal do Brasil, que dispõe sobre a retenção de tributos nos pagamentos efetuados pelos órgãos da administração pública federal pelo fornecimento de bens e serviços, por ocasião do pagamento, serão retidos na fonte tributos federais (IR, CSLL, COFINS e PIS/PASEP), nos percentuais estabelecidos na referida norma, das empresas que não forem optantes pelo Simples Nacional, além dos percentuais relativos ao ISSQN (2~5%), quando da prestação de serviços.

Atenciosamente,

Marcelo Silvestre dos Santos
Agente de Contratação

07

ESTADO DA BAHIA

Câmara Municipal de Candeias

Região Metropolitana

MODELO DE APRESENTAÇÃO DE COTAÇÃO DE PREÇOS

Dados da empresa:

Razão Social:

_____

Nome Fantasia:

_____

CNPJ:

_____

Endereço:

_____

CEP:_____Cidade/UF:_____

ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	V.UNIT	V.TOTAL
1	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SOLUÇÃO INTEGRADA DE COMUNICAÇÃO VOIP BASEADA EM PROTOCOLO SIP, COM FORNECIMENTO DE SERVIDOR LOCAL E REDUNDÂNCIA EM NUVEM E OPERAÇÃO DE STFC, JUNTAMENTE COM O FORNECIMENTO EM COMODATO DE APARELHOS E RAMAIS IP, INCLUINDO INSTALAÇÃO, CONFIGURAÇÃO, TREINAMENTO, SUPORTE TÉCNICO E PORTABILIDADE NUMÉRICA DOS ATUAIS NÚMEROS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS - BAHIA.		
VALOR TOTAL (12) Meses			

Telefones:

_____

E-mail:

_____

Declara a empresa que estão inclusos no (s) preço (s) da presente cotação, taxas, frete, seguros e quaisquer outros

ESTADO DA BAHIA
Câmara Municipal de Candeias
Região Metropolitana

que incidam direta ou indiretamente na comercialização do material/prestação de serviços.

O fornecimento ou prestação de serviços será efetuado **de forma parcelada**, com prazo de entrega não superior a **05 (cinco) dias**, contados a partir do recebimento da solicitação do órgão responsável, sempre após a realização da Nota de Empenho ou da assinatura do instrumento de contrato, se for o caso.

Os bens/serviços deverão ser entregues/prestados na sede da prefeitura ou oficina mecânica indicada da prefeitura, no horário das 08 horas às 17 horas.

Os pedidos serão realizados de acordo com a necessidade dos setores, seguindo rigorosamente o prazo de entrega em quantidades solicitadas. Em caso de feriados o fornecedor ou o transportador por ele contratado deverá certificar-se antecipadamente quanto aos feriados locais ou alterações nos horários de expediente.

Os materiais deverão ser entregues embalados, de forma a não ser danificado durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

Dados bancários:

Banco: _____ Agência: _____ Conta Corrente: _____

Prazo de validade da cotação: ____/____/____.

Prazo de entrega: até ____ dias.

Local e data

_____
Responsável pelo orçamento

_____
Assinatura e carimbo da empresa

Estado da Bahia
Câmara Municipal de Candeias
REGIÃO METROPOLITANA

PORTARIA agente de contratação Nº **003/2025**, CMC_CONTAB
02 de janeiro de 2025.

"Dispõe sobre a nomeação e atribuições da Comissão e Agente de Contratação conforme da lei 14.133/21"

A PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS, ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que determina a Lei Orgânica Municipal, e;

CONSIDERANDO a publicação da Lei Federal 14.133/2021, no dia 01 de abril de 2021, que trata sobre normas de Licitações e Contratos Administrativos;

CONSIDERANDO que o artigo 7º da Lei Federal 14.133/2021, dispõe que caberá a autoridade máxima do órgão promover a gestão por competências e designar agentes públicos para o desempenho das funções essenciais à execução da referida lei;

CONSIDERANDO que, nos termos do artigo 6º, inciso V, da Lei Federal 14.133/2021, agente público é o indivíduo que, em virtude de eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, exerce mandato, cargo, emprego ou função em pessoa jurídica integrante da Administração Pública;

CONSIDERANDO que conforme artigo art. 8 a Lei Federal 14.133/2021, a licitação será conduzida por agente de contratação, pessoa designada pela autoridade competente, entre servidores efetivos ou empregados públicos dos quadros permanentes da Administração Pública, para tomar decisões, acompanhar o trâmite da licitação, dar impulso ao procedimento licitatório e executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação.

CONSIDERANDO que a natureza específica da norma contida na dicção do antedito art. 8º e, para além disso, a estrutura e envergadura da Câmara Municipal de Candeias, carente de quadro de servidores com expertise condizente, inclusive, com as diretrizes de governança

10

Estado da Bahia
Câmara Municipal de Candeias
REGIÃO METROPOLITANA

CONSIDERANDO que, da interpretação sistemática da norma inserta no art. 7º, incisos I e II, conclui-se pela viabilidade da nomeação de servidor titular de cargo com provimento em comissão para exercer a função de Agente de Contratação, desde que inexista servidores efetivos com aptidão para tanto, aliada a qualificação técnica compatível e demonstração que o designado possui atribuições relacionadas a licitações e contratos.

CONSIDERANDO, por fim, o teor do parecer nº 00627-22 exarado no bojo do processo eTCM-BA nº 05320e22, de autoria da Assessoria Jurídica da Egrégia Corte de Contas dos Municípios do Estado da Bahia.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica designado como Agente de Contratação o Sr. **MARCELO SILVESTRE DOS SANTOS, MATRÍCULA Nº 3886,** para tomar decisões, acompanhar o trâmite da licitação, dar impulso ao procedimento licitatório e executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação.

Parágrafo único. Em licitação na modalidade pregão, o agente responsável pela condução do certame será designado pregoeiro.

Art. 2º - O agente de contratação ou pregoeiro serão auxiliados por equipe de apoio, que será composta pelos seguintes servidores:

I- ROSIVALDO FREITAS: - **MEMBRO;**

II- CREONICE SANTOS SILVA E SILVA: - **MEMBRO.**

Parágrafo único. O Agente de Contratação responderá individualmente pelos atos que praticar, salvo quando induzido a erro pela atuação da equipe.

11

Estado da Bahia
Câmara Municipal de Candeias
REGIÃO METROPOLITANA

Art. 3º - Fica instituída, no âmbito da Câmara Municipal de Candeias-Bahia, a Comissão de Contratação, que, substituindo o Agente de Contratação, atuará em licitação que envolva bens ou serviços especiais, bem como nos procedimentos auxiliares, que contará com a seguinte composição:

I. ROSIVALDO FREITAS: - **PRESIDENTE**;
II. CREONICE SANTOS SILVA E SILVA: - **MEMBRO**;
III. FREDERICO CUSTODIO DA SILVA: - **MEMBRO**.

Parágrafo único. Os membros da Comissão de Contratação responderão solidariamente por todos os atos praticados pela comissão, ressalvado o membro que expressar posição individual divergente fundamentada e registrada em ata lavrada na reunião em que houver sido tomada a decisão.

Art. 4º Ao Agente de Contratação, ou, conforme o caso, à Comissão de Contratação, incumbe a condução da fase externa do processo licitatório, incluindo o recebimento e o julgamento das propostas, a negociação de condições mais vantajosas com o primeiro colocado, o exame de documentos, cabendo-lhes ainda:

I - conduzir a sessão pública;
II - receber, examinar e decidir as impugnações e os pedidos de esclarecimentos ao edital e aos anexos, além de poder requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração desses documentos;
III - verificar a conformidade da proposta em relação aos requisitos estabelecidos no edital;
IV - coordenar a sessão pública e o envio de lances, quando for o caso;
V - verificar e julgar as condições de habilitação;
VI - sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos de habilitação e sua validade jurídica;
VII - receber, examinar e decidir os recursos e encaminhá-los à autoridade competente quando mantiver sua decisão;
VIII - indicar o vencedor do certame;

Estado da Bahia
Câmara Municipal de Candeias
REGIÃO METROPOLITANA

IX - adjudicar o objeto, quando não houver recurso;

X - conduzir os trabalhos da equipe de apoio; e

XI - encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade competente e propor a sua homologação.

§ 1º A instrução dos processos de contratação direta, previstos no art. 72 e seguintes, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, caberá, preferencialmente, ao Agente de Contratação ou à Comissão de Contratação, nos casos em que objeto envolver bens e serviços especiais e/ou complexos.

§ 2º A instrução dos procedimentos auxiliares, previstos no art. 78 e seguintes, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, caberá, preferencialmente, à Comissão de Contratação ou ao Agente de Contratação, nos casos em que objeto envolver bens e serviços comuns.

Art. 5º - A Comissão de Contratação e o Agente de contratação será assistida em seus trabalhos, quando necessário, pelo órgão de assessoramento jurídico e pelo órgão de controle interno, para desempenho das funções essenciais à execução do disposto na legislação aplicável.

Art. 6º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Art. 7º Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Presidência da Câmara Municipal de Candeias/Ba, 02 de JANEIRO de 2025

ROSANA DE SOUZA SILVA
Presidente da Câmara da Municipal

FUNDACEM

FUNDAÇÃO CÉSAR MONTES

FUNDAÇÃO CÉSAR MONTES - FUNDACEM

CERTIFICADO

Certificamos que **MARCELO SILVESTRE DOS SANTOS** *concluiu o Curso de* **LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS, PELA NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS Com "Formação em Agente de Contratação"**, *promovido pela* **Fundação César Montes - FUNDACEM** *no período de 19 de março a 01 de maio de 2022 com duração de 100 horas.*

Salvador - Bahia, 02 de maio de 2022.

José César Montes
Coordenador Geral do Curso
Presidente da FUNDACEM

Bernarda Bastos da Silva
Coordenadora Pedagógica
da FUNDACEM

13

HISTÓRICO ESCOLAR

DISCIPLINA	NOTA	PROFESSOR	TITULAÇÃO
PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO DA NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS	9,4	ANTONIO FRANÇA DA COSTA	MESTRE
PREGÃO PRESENCIAL E ELETRÔNICO	9,4	RICARDO LUIZ SOUZA SANTOS	ESPECIALISTA
CONTRATAÇÃO DIRETA	9,4	ALESSANDRO PRAZERES MACEDO	MESTRE
CARGA HORÁRIA TOTAL	**100**	**O ALUNO OBTEVE FREQÜÊNCIA MÉDIA DE**	**100%**

COORDENADOR GERAL DO CURSO

CERTIFICADO

Certificamos que

MARCELO SILVESTRE DOS SANTOS

Concluiu o **CURSO FORMAÇÃO DE PREGOEIRO**, realizado pelo Instituto Municipal de Administração Pública - IMAP, CNPJ: 05.277.208/0001-76, nos dias 09, 10 e 11 de dezembro de 2020, 100% online, carga horária de 11 (onze) horas, com aproveitamento de 93,33 %, a fim de que possa gozar dos direitos e das prerrogativas legais.

Salvador/BA, 5 janeiro 2021

RAFAEL LOGRADO
Presidente do IMAP

IMAP

9d90-6ee4-4fda-be5a-25e34a3fe2af

PROGRAMAÇÃO

09DEZ - QUARTA

08H 50 Credenciamento

09H A FORMALIZAÇÃO DA FASE INTERNA DO PREGÃO
Palestrante: **HERALDO PASSOS JR**

11H APLICAÇÃO DA ESTRUTURA NACIONAL DA MICROEMPRESA E DA EMPRESA DE PEQUENO PORTE AO PREGÃO
Palestrante: **HERALDO PASSOS JR**

14H 30 O PROCEDIMENTO DA FASE EXTERNA DO PREGÃO PRESENCIAL
Palestrante: **RAFAEL LOGRADO**

16H 30 GESTÃO DA TRANSPARÊNCIA MUNICIPAL
Palestrante: **DIEGO MELO**

10DEZ - QUINTA

14H 30 ASPECTOS INTRODUTÓRIOS DO PREGÃO ELETRÔNICO E DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA
Palestrante: **RAFAEL LOGRADO**

15H ETAPAS DO PLANEJAMENTO PREGÃO ELETRÔNICO
Palestrante: **DELZA ASSIS**

15H 45 A FASE EXTERNA DO PREGÃO ELETRÔNICO: REGRAS E INOVAÇÕES
Palestrante: **RAFAEL LOGRADO**

11DEZ - SEXTA

08H A ADOÇÃO DE FERRAMENTAS TECNOLÓGICAS PARA REALIZAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO
Palestrante: **JOELSON AZEVEDO**

09H 30 SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
Palestrante: **AMANDA ARABÃO**

10H 30 A RESPONSABILIDADE CIVIL E CRIMINAL DOS AGENTES PÚBLICOS ENVOLVIDOS NO PROCESSO LICITATÓRIO
Palestrante: **CRISTIANO LÁZARO**

11H ENCERRAMENTO

57

ESTADO DA BAHIA

Câmara Municipal de Candeias

Região Metropolitana

Candeias - BA, 24 de fevereiro de 2025.

Em face de solicitação da pesquisa de preços para obtenção de preço referencial para futura CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SOLUÇÃO INTEGRADA DE COMUNICAÇÃO VOIP BASEADA EM PROTOCOLO SIP, COM FORNECIMENTO DE SERVIDOR LOCAL E REDUNDÂNCIA EM NUVEM E OPERAÇÃO DE STFC, JUNTAMENTE COM O FORNECIMENTO EM COMODATO DE APARELHOS E RAMAIS IP, INCLUINDO INSTALAÇÃO, CONFIGURAÇÃO, TREINAMENTO, SUPORTE TÉCNICO E PORTABILIDADE NUMÉRICA DOS ATUAIS NÚMEROS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS - BAHIA, encaminho, pelo presente, a pesquisa de preços, relatório final de valor (mapa comparativo) e a documentação necessária para comprovar o preenchimento dos requisitos de habilitação e qualificação mínimos, a fim de instruir o processo no tocante ao preço referencial. O valor estimado para contratação é de **R$ 58.200,00 (cinquenta e oito mil e duzentos reais)**.

Anexo encontram-se os preços extraídos por cotação.

Encontro-me à disposição para dirimir dúvidas posteriores.

Marcelo Silvestre dos Santos

Agente de Contratação

ESTADO DA BAHIA
CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS
REGIÃO METROPOLITANA

ESTUDO DE PREÇOS PRATICADOS NA REGIÃO

EMPRESAS/CIDADE	BAIANA NET TELECOM LTDA ME	HM SERVIÇOS E PROJETOS DE TELECOMUNICAÇÃOES LTDA	SOFDADOS TELECOMUNICAÇÕES LTDA
VALOR GLOBAL/MENSAL	R$ 58.200,00/ R$ 4.850,00	R$ 61.200,00 / R$ 5.100,00	R$ 62.040,00/ R$ 5.170,00
	VALOR: R$ 57.720,00 (MÉDIA GLOBAL) 4.850,00 + 5.100,00 + 5.170,00 = 15.120,00 / 3 = 5.040,00 (MEDIA MENSAL)		

Diante do estudo realizado o valor aceitável para contração deve-se estabelecer no calculo da média aritmética acima descrita.

É o estudo que submeto a autoridade competente.

BAIANA Net

COTAÇÃO DE PREÇOS

Dados da empresa:

Razão Social: Baiana Net Telecom

Nome Fantasia: Baiana Net

CNPJ:21.291.445/0001-48

Endereço: Rua Joana Angélica,395,Malembá,Candeias-Ba,43805-570.

ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	V.UNIT	V.TOTAL
1	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SOLUÇÃO INTEGRADA DE COMUNICAÇÃO VOIP BASEADA EM PROTOCOLO SIP, COM FORNECIMENTO DE SERVIDOR LOCAL E REDUNDÂNCIA EM NUVEM E OPERAÇÃO DE STFC, JUNTAMENTE COM O FORNECIMENTO EM COMODATO DE APARELHOS E RAMAIS IP, INCLUINDO INSTALAÇÃO, CONFIGURAÇÃO, TREINAMENTO, SUPORTE TÉCNICO E PORTABILIDADE NUMÉRICA DOS ATUAIS NÚMEROS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS - BAHIA.	**R$ 4.850,00**	R$ 58.200,00
VALOR TOTAL (12) Meses			R$ 58.200,00

Telefones: (71) 9913-9826

E-mail: adm@baiananet.com.br

BAIANA Net

Declara a empresa que estão inclusos no (s) preço (s) da presente cotação, taxas, frete, seguros e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na comercialização do material/prestação de serviços.

O fornecimento ou prestação de serviços será efetuado de forma parcelada, com prazo de entrega não superior a 05 (cinco) dias, contados a partir do recebimento da solicitação do órgão responsável, sempre após a realização da Nota de Empenho ou da assinatura do instrumento de contrato, se for o caso.

Os pedidos serão realizados de acordo com a necessidade dos setores, seguindo rigorosamente o prazo de entrega em quantidades solicitadas. Em caso de feriados o fornecedor ou o transportador por ele contratado deverá certificar-se antecipadamente quanto aos feriados locais ou alterações nos horários de expediente.
Os materiais/serviços deverão ser entregues embalados, de forma a não ser danificado durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

Dados bancários:
Banco do Brasil Agência: 1726-4 Conta Corrente: 76674-7

Prazo de validade da cotação: 60 dias
Candeias, 24 de Fevereiro de 2025

21.291.445/0001-48
BAIANA NET
RUA JOANA ANGÉLICA 395-TERREO
MALEMBÁ- CEP 43.805-570
CANDEIAS-BA

Carlos Alberto de Oliveira
Diretor

HM
SERVIÇOS E PROJETOS DE TELECOMUNICAÇÕES
HUMBERTO ANTUNES
CREA-MG 39476/D
71 3272 2983
71 98829 3105

Proposta nº 018/2025/Serviços/HMSERVIÇOS

Salvador/BA, 20 de fevereiro de 2025

Para: CAMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS

Endereço: Av. dos Três Poderes, sn, Bairro Ouro Negro, CEP 43800-000, Candeias/BA

Assunto: ORÇAMENTO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SOLUÇÃO INTEGRADA DE COMUNICAÇÃO VOIP BASEADA EM PROTOCOLO SIP E FORNECIMENTO DE SERVIDOR/APARELHOS

Dados da Empresa:

Razão Social: HM SERVIÇOS E PROJETOS DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA

Nome Fantasia: **********

CNPJ: 19.732.357/0001-92 - Cadastrada no SIMPLES

Endereço: Rua Jardim Santa Helena, nº 308, Casa, Brotas, CEP 40.286-300 - Salvador – BA

Item	Descrição do Serviço	V. Unitário	V. Total
01	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SOLUÇÃO INTEGRADA DE COMUNICAÇÃO VOIP BASEADA EM PROTOCOLO SIP, COM FORNECIMENTO DE SERVIDOR LOCAL E REDUNDÂNCIA EM NUVEM E OPERAÇÃO DE STFC, JUNTAMENTE COM O FORNECIMENTO EM COMODATO DE APARELHOS E RAMAIS IP, INCLUINDO INSTALAÇÃO, CONFIGURAÇÃO, TREINAMENTO, SUPORTE TÉCNICO E PORTABILIDADE NUMÉRICA DOS ATUAIS NÚMEROS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS - BAHIA.	R$ 5.100,00	R$ 61.200,00
Valor Total			R$ 61.200,00

Valor do Orçamento: R$ 61.000,00 (sessenta e hum mil e duzentos reais)

Condições de Pagamento: 30 dias após medição dos serviços.

Telefone: (71) 3272-2983 (71) 9 8829-3105; E-mail: hantunes5@gmail.com

Declara a empresa que estão inclusos no (s) preço (s) da presente cotação, taxas, frete, seguros e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na comercialização do material/prestação de serviços.

O fornecimento ou prestação de serviços será efetuado de forma parcelada, com prazo de entrega não superior a 05 (cinco) dias, contados a partir do recebimento da solicitação do órgão responsável, sempre após a realização da Nota de Empenho ou da assinatura do instrumento de contrato, se for o caso.

Os bens deverão ser entregues na sede da prefeitura ou oficina mecânica indicada da prefeitura, no horário das 08 horas às 17 horas.

Os pedidos serão realizados de acordo com a necessidade dos setores, seguindo rigorosamente o prazo de entrega em quantidades solicitadas. Em caso de feriados o fornecedor ou o transportador por ele contratado deverá certificar-se antecipadamente quanto aos feriados locais ou alterações nos horários de expediente.

HM
SERVIÇOS E PROJETOS DE TELECOMUNICAÇÕES
HUMBERTO ANTUNES
CREA-MG 39476/D
71 3272 2983
71 98829 3105

Os materiais deverão ser entregues embalados, de forma a não ser danificado durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

Dados Bancários:

Banco do Brasil, Agência: 1803-1, Conta Corrente: 109950-7

Prazo de Validade da Cotação: 60 (sessenta) dias.

Salvador/BA, 20 de fevereiro de 2025

Humberto Antunes
Proprietário/Administrador
Engenheiro Eletricista CREA: RNP 1400928397 / Reg.: 7508BA
e-mail - hantunes5@gmail.com - (71) 98829-3105 - WhatsApp

Razão Social: HM SERVIÇOS E PROJETOS DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA
CNPJ: 19.732.357/0001-92 - Cadastrada no SIMPLES

softdados

COTAÇÃO DE PREÇOS

Dados da empresa:

Razão Social: SOFTDADOS TELECOMUNICACOES LTDA

Nome Fantasia: SOFTDADOS TELECOMUNICACOES

CNPJ: 17.869.823/0001-50

Endereço: Av. Praia de Itapoan, 612, CEP: 42.707-650, Cidade/BA

ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	V.UNIT	V.TOTAL
1	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SOLUÇÃO INTEGRADA DE COMUNICAÇÃO VOIP BASEADA EM PROTOCOLO SIP, COM FORNECIMENTO DE SERVIDOR LOCAL E REDUNDÂNCIA EM NUVEM E OPERAÇÃO DE STFC, JUNTAMENTE COM O FORNECIMENTO EM COMODATO DE APARELHOS E RAMAIS IP, INCLUINDO INSTALAÇÃO, CONFIGURAÇÃO, TREINAMENTO, SUPORTE TÉCNICO E PORTABILIDADE NUMÉRICA DOS ATUAIS NÚMEROS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS - BAHIA.	R$ 5.170,00	R$ 62.040,00
VALOR TOTAL (12) Meses:			**R$62.040,00**

Telefones: 71 99953-8926

E-mail: ronaldo.barreto@softcompba.com.br

Scanned with CamScanner

softdados

Declara a empresa que estão inclusos no (s) preço (s) da presente cotação, taxas, frete, seguros e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na comercialização do material/prestação de serviços.

O fornecimento ou prestação de serviços será efetuado **de forma parcelada**, com prazo de entrega não superior a **05 (cinco) dias**, contados a partir do recebimento da solicitação do órgão responsável, sempre após a realização da Nota de Empenho ou da assinatura do instrumento de contrato, se for o caso.

Os pedidos serão realizados de acordo com a necessidade dos setores, seguindo rigorosamente o prazo de entrega em quantidades solicitadas. Em caso de feriados o fornecedor ou o transportador por ele contratado deverá certificar-se antecipadamente quanto aos feriados locais ou alterações nos horários de expediente.

Os materiais/serviços deverão ser entregues embalados, de forma a não ser danificado durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

Dados bancários:

Banco: BANCO DO BRASIL Agência: 2976-9 Conta Corrente: 130- 9

Prazo de validade da cotação: 60 dias

Local e data: Lauro de Freitas, 21 de Fevereiro de 2025

Responsável pelo orçamento

Assinatura e carimbo da empresa

AV. ACM, nº 3244, SL 603, Ed. Emp. Thomé de Souza, Caminho das Árvores
Salvador/BA – CEP: 41.800-700 / TEL: (71) 2200-0000

Scanned with CamScanner

ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 5 E CONSOLIDAÇÃO DA SOCIEDADE BAIANA NET TELECOM LTDA

CNPJ nº 21.291.445/0001-48

CARLOS BERNARDO VARJAO OLIVEIRA, nacionalidade brasileira, nascido em 26/07/2003, solteiro, empresário, CPF nº 042.913.205-07, CARTEIRA DE IDENTIDADE nº 1490833943, órgão expedidor SSP - BA, residente e domiciliado(a) no(a) RUA CLARA NUNES, 310, AP 402, PITUBA, SALVADOR, BA, CEP 41810425, BRASIL.

CARLOS ALBERTO DE OLIVEIRA, nacionalidade brasileira, nascido em 28/11/1956, casado em comunhão parcial de bens, empresário, CPF nº 113.396.245-91, CARTEIRA DE IDENTIDADE nº 1744640, órgão expedidor SSP - BA, residente e domiciliado(a) no(a) RUA CLARA NUNES, 310, AP 402, PITUBA, SALVADOR, BA, CEP 41810425, BRASIL.

Sócios da sociedade limitada de nome empresarial BAIANA NET TELECOM LTDA, registrada legalmente por contrato social devidamente arquivado nesta Junta Comercial do Estado da Bahia, sob NIRE nº 29204560246, com sede Rua Joana Angelica, 395, Térreo, Malembá Candeias, BA, CEP 43805570, devidamente inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica/MF sob o nº 21.291.445/0001-48, deliberam de pleno e comum acordo ajustarem a presente alteração contratual, nos termos da Lei nº 10.406/ 2002, mediante as condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA. LORENA VARJAO OLIVEIRA admitido neste ato, nacionalidade brasileira, nascida em 28/12/1993, solteira, MÉDICA, CPF nº 013.658.675-95, CARTEIRA DE IDENTIDADE nº 1321858302, órgão expedidor SSP - BA, residente e domiciliado(a) no(a) RUA CLARA NUNES, 310, AP 402, PITUBA, SALVADOR, BA, CEP 41810425, BRASIL.

Retira-se da sociedade o sócio CARLOS ALBERTO DE OLIVEIRA, detentor de 75.000 (Setenta e Cinco Mil) quotas, no valor nominal de R$ 1,00 (Um Real) cada uma, correspondendo a R$ 75.000,00 (Setenta e Cinco Mil Reais).

CLÁUSULA SEGUNDA. O sócio CARLOS ALBERTO DE OLIVEIRA transfere suas quotas de capital social, que perfaz o valor total de R$75.000,00 (Setenta e Cinco Mil Reais), direta e irrestritamente a sócia LORENA VARJAO OLIVEIRA, da seguinte forma: Transfere por doação 75.000 (setenta e cinco mil) quotas totalizando R$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais), dando plena, geral e irrevogável quitação.

CLÁUSULA TERCEIRA. O capital anterior totalmente integralizado passa a ser de R$ 300.000,00 (trezentos mil reais), em moeda corrente nacional, representado por 300.000 (trezentos mil) quotas de capital, no valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada uma, cuja aumento é totalmente subscrito e integralizado, neste ato, pelos sócios. Em decorrência do aumento do capital este fica assim distribuído:

CARLOS BERNARDO VARJAO OLIVEIRA, com 150.000 (cento e cinquenta mil) quotas, perfazendo um total de R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) integralizado.

VERIFICADO A AUTENTICIDADE DO DOCUMENTO VIA INTERNET.

Req: 81100001719309

Data: 24 02 25

Assinatura/Rubrica

Marcelo Silvestre dos Santos
Agente de Contratação
Decreto nº 003/2025
Câmara Municipal de Candeias

http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=XWA3oHhRAx6IQxfFN4fWYg&chave2=BT-06aCCpMpeIH2nWncfRg
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 19423718884-GILBERTO BOAVENTURA DIAS

Junta Comercial do Estado da Bahia 12/01/2022
Certifico o Registro sob o nº 98148967 em 12/01/2022
Protocolo 217241735 de 07/01/2022
Nome da empresa BAIANA NET TELECOM LTDA NIRE 29204560246
Este documento pode ser verificado em http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx
Chancela 137121885402265
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 12/01/2022
por Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral
JUCEB

ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 5 E CONSOLIDAÇÃO DA SOCIEDADE BAIANA NET TELECOM LTDA
CNPJ nº 21.291.445/0001-48

LORENA VARJAO OLIVEIRA, com 150.000 (cento e cinquenta mil) quotas, perfazendo um total de R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) integralizado.

CLÁUSULA QUARTA. A administração da sociedade caberá ISOLADAMENTE a(o) Sócio(a) CARLOS BERNARDO VARJAO OLIVEIRA , ISOLADAMENTE a(o) Sócio(a) LORENA VARJAO OLIVEIRA com os poderes e atribuições de representação ativa e passiva na sociedade, judicial e extrajudicialmente, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto social, sempre de interesse da sociedade, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, fazê-lo em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos cotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do(s) outro(s) sócio(s).

CLÁUSULA QUINTA. O(s) administrador(es) declara(m), sob as penas da lei, que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou propriedade.

CLÁUSULA SEXTA. O foro para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes do contrato social permanece em CANDEIAS - BA.

CLÁUSULA SÉTIMA. As Cláusulas e condições estabelecidas em atos já arquivados e que não foram expressamente modificadas por esta alteração continuam em vigor.

Em face das alterações acima, consolida-se o contrato social, nos termos da Lei nº 10.406/2002, mediante as condições e cláusulas seguintes

CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL

CARLOS BERNARDO VARJAO OLIVEIRA, nacionalidade brasileira, nascido em 26/07/2003, solteiro, empresário, CPF nº 042.913.205-07, RG nº 14.908.339-43, órgão expedidor SSP - BA, residente e domiciliado na RUA CLARA NUNES, 310, AP 402, PITUBA, SALVADOR, BA, CEP 41810425, BRASIL.

LORENA VARJAO OLIVEIRA, nacionalidade BRASILEIRA, nascida em 28/12/1993, solteira, MÉDICA, CPF nº 013.658.675-95, CARTEIRA DE IDENTIDADE nº 1321858302, órgão expedidor SSP - BA, residente e domiciliado(a) no(a) RUA CLARA NUNES, 310, AP 402, PITUBA, SALVADOR, BA, CEP 41810425, BRASIL.

Req: 81100001719309

VERIFICADO A AUTENTICIDADE DO DOCUMENTO VIA INTERNET.
Data: 24/02/25
Assinatura/Rubrica/Matrícula
Marcelo Silvestre dos Santos
Agente de Contratação
Decreto nº 003/2025
Câmara Municipal de Candeias

Junta Comercial do Estado da Bahia 12/01/2022
Certifico o Registro sob o nº 98148967 em 12/01/2022
Protocolo 217241735 de 07/01/2022
Nome da empresa BAIANA NET TELECOM LTDA NIRE 29204560246
Este documento pode ser verificado em http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx
Chancela 137121885402265
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 12/01/2022
por Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral
JUCEB

http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=XWA3oHhRAx6IQxfFN4fWYg&chave2=BT-06aCCpMpeIH2nWncfRg
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 19423718884-GILBERTO BOAVENTURA DIAS

ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 5 E CONSOLIDAÇÃO DA SOCIEDADE BAIANA NET TELECOM LTDA

CNPJ nº 21.291.445/0001-48

Únicos sócios da sociedade limitada de nome empresarial BAIANA NET TELECOM LTDA, registrada legalmente por contrato social devidamente arquivado nesta Junta Comercial do Estado da Bahia, sob NIRE nº 29204560246, com sede Rua Joana Angélica, 395, Térreo, Malembá Candeias, BA, CEP 43805570, devidamente inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica/MF sob o nº 21.291.445/0001-48, resolve consolidar o contrato social da Sociedade Empresária Limitada e delibera de pleno e comum acordo ajustam a presente consolidação contratual, nos termos da Lei nº 10.406/ 2002, mediante as condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA. A empresa constituída tem a denominação empresarial de BAIANA NET TELECOM LTDA e tem sede na Rua Joana Angélica, 395, Térreo, Malembá Candeias, BA, CEP 43805570, eleito o foro desta comarca para dirimir qualquer dúvida em relação ao presente instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA. O capital social é de R$ 300.000,00 (trezentos mil reais), sendo 300.000 (trezentos mil) quotas de R$ 1,00 (um real) cada, já integralizados em moeda corrente do País.

CARLOS BERNARDO VARJAO OLIVEIRA, com 150.000 (sento e cinquenta Mil) quotas, perfazendo um total de R$ 150.000,00 (sento e cinquenta Mil Reais)

LORENA VARJAO OLIVEIRA, com 150.000 (sento e cinquenta Mil) quotas, perfazendo um total de R$ 150.000,00 (sento e cinquenta Mil Reais)

CLÁUSULA TERCEIRA.
O objeto social da empresa é:

Serviços de comunicação multimídia – SCM.
Manutenção de estações e redes de telecomunicações.
Portais, provedores de conteúdo e serviços de informação na internet.
Tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem na internet.
Suporte técnico, manutenção e serviços em tecnologia da informação.
Consultoria em tecnologia da informação.
Provedores de voz sobre protocolo internet – voip.
Provedores de acesso às redes de comunicações.
Operadoras de televisão por assinatura por satélite.
Operadoras de televisão por assinatura por cabo.
Atividades de monitoramento de sistemas de segurança eletrônico.

CLÁUSULA QUARTA. A empresa iniciou suas atividades em 24/10/2014 e seu prazo de duração é por tempo indeterminado.

CLÁUSULA QUINTA. A administração da sociedade caberá isoladamente a(o) Sócio(a) CARLOS BERNARDO VARJAO OLIVEIRA , isoladamente a(o) Sócio(a)

VERIFICADO A AUTENTICIDADE DO DOCUMENTO VIA INTERNET.
Data: 24 02 25
Marcelo Silvestre dos Santos
Agente de Contratação
Decreto nº 003/2025
Câmara Municipal de Candeias

Junta Comercial do Estado da Bahia 12/01/2022
Certifico o Registro sob o nº 98148967 em 12/01/2022
Protocolo 217241735 de 07/01/2022
Nome da empresa BAIANA NET TELECOM LTDA NIRE 29204560246
Este documento pode ser verificado em http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx
Chancela 137121885402265
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 12/01/2022
por Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral
JUCEB

http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=XWA3oHhRAx6IQxfFN4fWYg&chave2=BT-06aCCpMpeIH2nWncfRg
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 19423718884-GILBERTO BOAVENTURA DIAS

http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=XWA3cHhRAx6IQxfFN4fWYg&chave2=BT-06aCCpMpeIH2nWncfRg
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 19423718884-GILBERTO BOAVENTURA DIAS

LORENA VARJAO OLIVEIRA com os poderes e atribuições de representação ativa e passiva na sociedade, judicial e extrajudicialmente, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto social, sempre de interesse da sociedade, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, fazê-lo em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos cotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do(s) outro(s) sócio(s).

CLÁUSULA SEXTA. Os administradores declaram sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercerem a administração da sociedade, por lei especial ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou propriedade.

CLÁUSULA SETIMA. A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas respondem solidariamente pela integralização do capital social.

CLÁUSULA OITAVA. Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apuradas.

§ 1º Por deliberação dos sócios a distribuição de lucros poderá ser em qualquer período do ano a partir de resultado do período apurado.

§ 2º A distribuição dos lucros poderá não obedecer à participação do sócio desde que aprovada pelos sócios cotistas.

CLÁUSULA NONA. Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará sua atividade com os herdeiros ou sucessores. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do(s) sócio(s) remanescente(s), o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

Parágrafo único. O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio.

CLÁUSULA DECIMA. Os casos omissos no presente contrato serão resolvidos pelo consenso dos sócios, com observância da Lei nº 10.406/2002.

VERIFICADO A AUTENTICIDADE DO DOCUMENTO VIA INTERNET.
Data: 24 02 25
Matrícula
Marcelo Silvestre dos Santos
Agente de Contratação
Decreto nº 003/2025
Câmara Municipal de Candeias

Junta Comercial do Estado da Bahia 12/01/2022
Certifico o Registro sob o nº 98148967 em 12/01/2022
Protocolo 217241735 de 07/01/2022
Nome da empresa BAIANA NET TELECOM LTDA NIRE 29204560246
Este documento pode ser verificado em http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx
Chancela 137121885402265
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 12/01/2022
por Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral
JUCEB

ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 5 E CONSOLIDAÇÃO DA SOCIEDADE
BAIANA NET TELECOM LTDA
CNPJ nº 21.291.445/0001-48

http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=XWA3oHhRAx6IQxfFN4fWYg&chave2=BT-06aCCpMpeIH2nWncfRg
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 19423718884-GILBERTO BOAVENTURA DIAS

CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA. Fica eleito o foro de Candeias - BA para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam este instrumento.

CANDEIAS, 28 de dezembro de 2021.

Carlos Bernardo Varjão Oliveira

CARLOS BERNARDO VARJAO OLIVEIRA

CARLOS ALBERTO DE OLIVEIRA

Lorena Varjão Oliveira

LORENA VARJAO OLIVEIRA

VERIFICADO A AUTENTICIDADE DO DOCUMENTO VIA INTERNET.
Data: 24/02/25
Marcelo Silvestre dos Santos
Agente de Contratação
Decreto nº 083,2025
Câmara Municipal de Candeias

Junta Comercial do Estado da Bahia 12/01/2022
Certifico o Registro sob o nº 98148967 em 12/01/2022
Protocolo 217241735 de 07/01/2022
Nome da empresa BAIANA NET TELECOM LTDA NIRE 29204560246
Este documento pode ser verificado em http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx
Chancela 137121885402265
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 12/01/2022
por Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral

30

JUCEB
Junta Comercial do Estado da Bahia

217241735

TERMO DE AUTENTICAÇÃO

NOME DA EMPRESA	BAIANA NET TELECOM LTDA
PROTOCOLO	217241735 - 07/01/2022
ATO	002 - ALTERAÇÃO
EVENTO	021 - ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)

MATRIZ

NIRE 29204560246
CNPJ 21.291.445/0001-48
CERTIFICO O REGISTRO EM 12/01/2022
PROTOCOLO ARQUIVAMENTO 98148967 DE 12/01/2022 DATA AUTENTICAÇÃO 12/01/2022

EVENTOS

051 - CONSOLIDACAO DE CONTRATO/ESTATUTO ARQUIVAMENTO: 98148967

REPRESENTANTES QUE ASSINARAM DIGITALMENTE

Cpf: 19423718884 - GILBERTO BOAVENTURA DIAS - Assinado em 07/01/2022 às 09:45:10

ESTADO DA BAHIA
PER ARDUA SURGO
BRASIL

TIANA REGILA M G DE ARAÚJO
Secretária-Geral

VERIFICADO A AUTENTICIDADE DO DOCUMENTO VIA INTERNET.
Data: 24 02 25
Assinatura
Marcelo Silvestre dos Santos
Agente de Contratação
Decreto nº 003/2025
Câmara Municipal de Candeias

1

Junta Comercial do Estado da Bahia 12/01/2022
Certifico o Registro sob o nº 98148967 em 12/01/2022
Protocolo 217241735 de 07/01/2022
Nome da empresa BAIANA NET TELECOM LTDA NIRE 29204560246
Este documento pode ser verificado em http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx
Chancela 137121885402265
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 12/01/2022
por Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral

ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 4 E CONSOLIDAÇÃO DA SOCIEDADE BAIANA NET TELECOM LTDA

CNPJ nº 21.291.445/0001-48

LORENA VARJAO OLIVEIRA, nacionalidade brasileira, nascida em 28/12/1993, solteira, empresaria, CPF nº 013.658.675-95, RG nº 1321858302, órgão expedidor SSP - BA, residente e domiciliada na RUA CLARA NUNES, 310, AP 402, PITUBA, SALVADOR, BA, CEP 41810425, BRASIL.

Sócia da sociedade limitada de nome empresarial BAIANA NET TELECOM LTDA, registrada legalmente por contrato social devidamente arquivado nesta Junta Comercial do Estado da Bahia, sob NIRE nº 29204560246, com sede Rua Joana Angelica, 395, : Térreo;, Malembá Candeias, BA, CEP 43805570, devidamente inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica/MF sob o nº 21.291.445/0001-48, deliberam de pleno e comum acordo ajustarem a presente alteração contratual e consolidação, nos termos da Lei nº 10.406/ 2002, mediante as condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA. CARLOS BERNARDO VARJAO OLIVEIRA admitido neste ato, nacionalidade brasileira, nascido em 26/07/2003, solteiro, empresário, CPF nº 042.913.205-07, RG nº 14.908.339-43, órgão expedidor SSP - BA, residente e domiciliado na RUA CLARA NUNES, 310, AP 402, PITUBA, SALVADOR, BA, CEP 41810425, BRASIL.

CARLOS ALBERTO DE OLIVEIRA admitido neste ato, nacionalidade brasileira, nascido em 28/11/1956, casado em comunhão parcial de bens, empresário, CPF nº 113.396.245-91, RG nº 01.744.640-61, órgão expedidor SSP - BA, residente e domiciliado na RUA CLARA NUNES, 310, AP 402, PITUBA, SALVADOR, BA, CEP 41810425, BRASIL.

CLÁUSULA SEGUNDA. O capital anterior totalmente integralizado passa a ser de R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), em moeda corrente nacional, representado por 150.000 (cento e cinquenta mil) quotas de capital, no valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada uma, cuja aumento é totalmente subscrito e integralizado, neste ato, pelos sócios. Em decorrência do aumento do capital social, e transferência de quotas, este fica assim distribuído: LORENA VARJAO OLIVEIRA, 150.000 (Cento e Cinquenta Mil) quotas, no valor nominal de R$ 1,00 (Um Real) cada uma, correspondendo a R$ 150.000,00 (Cento E Cinquenta Mil Reais)

CLÁUSULA TERCEIRA. Retira-se da sociedade o sócio LORENA VARJAO OLIVEIRA, detentora de 150.000 (Cento e Cinquenta Mil) quotas, no valor nominal de R$ 1,00 (Um Real) cada uma, correspondendo a R$ 150.000,00 (Cento E Cinquenta Mil Reais).

A sócio LORENA VARJAO OLIVEIRA transfere suas quotas de capital social, que perfaz o valor de R$75.000,00 (Setenta e Cinco Mil Reais), direta e irrestritamente ao sócio CARLOS ALBERTO DE OLIVEIRA, da seguinte forma: Transfere neste ato através de doação 75.000 (setenta e cinco mil) Quotas de R$1,00 (um real) cada totalizando R$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais), dando, plena, geral e irrevogável quitação.

VERIFICADO A AUTENTICIDADE DO DOCUMENTO VIA INTERNET.

Req: 81100001100813

24 02 25

Marcelo Silvestre dos Santos
Agente de Contratação
Decreto nº 003/2025
Câmara Municipal de Candeias

Carlos Bernardo Varjão Oliveira

http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chavel=XWA3oHhRAx4jkggnd2lPBg&chave2=BT-06aCCpMpeIH2nWncfRg
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 19423718884-GILBERTO BOAVENTURA DIAS 71

Junta Comercial do Estado da Bahia 24/08/2021
Certifico o Registro sob o nº 98105133 em 24/08/2021
Protocolo 218222424 de 20/08/2021
Nome da empresa BAIANA NET TELECOM LTDA NIRE 29204560246
Este documento pode ser verificado em http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx
Chancela 202220089968279
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 24/08/2021
por Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral
JUCEB

ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 4 E CONSOLIDAÇÃO DA SOCIEDADE BAIANA NET TELECOM LTDA

CNPJ nº 21.291.445/0001-48

A sócio LORENA VARJAO OLIVEIRA transfere suas quotas de capital social, que perfaz o valor de R$75.000,00 (Setenta e Cinco Mil Reais), direta e irrestritamente ao sócio CARLOS BERNARDO VARJAO OLIVEIRA, da seguinte forma: Transfere neste ato através de doação 75.000 (setenta e cinco mil) Quotas de R$1,00 (um real) cada totalizando R$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais), dando plena, geral e irrevogável quitação.

As quotas ficam assim distribuídas após as alterações:

CARLOS BERNARDO VARJAO OLIVEIRA, com 75.000 (setenta e cinco mil) quotas, perfazendo um total de R$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais) integralizado.

CARLOS ALBERTO DE OLIVEIRA, com 75.000 (setenta e cinco mil) quotas, perfazendo um total de R$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais) integralizado.

CLÁUSULA QUARTA. A administração da sociedade caberá isoladamente a(o) Sócio(a) CARLOS BERNARDO VARJAO OLIVEIRA, isoladamente a(o) Sócio(a) CARLOS ALBERTO DE OLIVEIRA com os poderes e atribuições de representação ativa e passiva na sociedade, judicial e extrajudicialmente, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto social, sempre de interesse da sociedade, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, fazê-lo em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos cotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do(s) outro(s) sócio(s).

CLÁUSULA QUINTA. O(s) administrador(es) declara(m), sob as penas da lei, que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou propriedade.

CLÁUSULA SEXTA. O foro para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes do contrato social permanece em CANDEIAS - BA.

CLÁUSULA SETIMA. As Cláusulas e condições estabelecidas em atos já arquivados e que não foram expressamente modificadas por esta alteração continuam em vigor.

Em face das alterações acima, consolida-se o contrato social, nos termos da Lei nº 10.406/2002, mediante as condições e cláusulas seguintes

VERIFICADO A AUTENTICIDADE DO DOCUMENTO VIA INTERNET.
Data: 24 02 25
Marcelo Silvestre dos Santos
Agente de Contratação
Decreto nº 003/2025
Camara Municipal de Candeias

Req: 81100001100813

Carlos Bernardo Varjão Oliveira

http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=XWA3oHhRAx4jKggndZlPBg&chave2=BT-06aCCpMpeIH2nWncfRg
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 19423718884-GILBERTO BOAVENTURA DIAS 71

Junta Comercial do Estado da Bahia 24/08/2021
Certifico o Registro sob o nº 98105133 em 24/08/2021
Protocolo 218222424 de 20/08/2021
Nome da empresa BAIANA NET TELECOM LTDA NIRE 29204560246
Este documento pode ser verificado em http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx
Chancela 202220089968279
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 24/08/2021
por Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral
JUCEB

ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 4 E CONSOLIDAÇÃO DA SOCIEDADE BAIANA NET TELECOM LTDA

CNPJ nº 21.291.445/0001-48

CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL

CARLOS BERNARDO VARJAO OLIVEIRA, nacionalidade brasileira, nascido em 26/07/2003, solteiro, empresário, CPF nº 042.913.205-07, RG nº 14.908.339-43, órgão expedidor SSP - BA, residente e domiciliado na RUA CLARA NUNES, 310, AP 402, PITUBA, SALVADOR, BA, CEP 41810425, BRASIL.

CARLOS ALBERTO DE OLIVEIRA, nacionalidade brasileira, nascido em 28/11/1956, casado em comunhão parcial de bens, empresário, CPF nº 113.396.245-91, RG nº 01.744.640-61, órgão expedidor SSP - BA, residente e domiciliado na RUA CLARA NUNES, 310, AP 402, PITUBA, SALVADOR, BA, CEP 41810425, BRASIL.

Únicos sócios da sociedade limitada de nome empresarial BAIANA NET TELECOM LTDA, registrada legalmente por contrato social devidamente arquivado nesta Junta Comercial do Estado da Bahia, sob NIRE nº 29204560246, com sede Rua Joana Angélica, 395, Térreo, Malembá Candeias, BA, CEP 43805570, devidamente inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica/MF sob o nº 21.291.445/0001-48, resolve consolidar o contrato social da Sociedade Empresária Limitada e delibera de pleno e comum acordo ajusta a presente consolidação contratual, nos termos da Lei nº 10.406/ 2002, mediante as condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA. A empresa constituída tem a denominação empresarial de BAIANA NET TELECOM LTDA e tem sede na Rua Joana Angélica, 395, Térreo, Malembá Candeias, BA, CEP 43805570, eleito o foro desta comarca para dirimir qualquer dúvida em relação ao presente instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA. O capital social é de R$150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), sendo 150.000 (cento e cinquenta mil) quotas de R$ 1,00 (um real) cada, já integralizados em moeda corrente do País.

CLÁUSULA TERCEIRA. O objeto social da empresa é:

Serviços de comunicação multimídia – SCM.
Manutenção de estações e redes de telecomunicações.
Portais, provedores de conteúdo e serviços de informação na internet.
Tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem na internet.
Suporte técnico, manutenção e serviços em tecnologia da informação.
Consultoria em tecnologia da informação.
Provedores de voz sobre protocolo internet – voip.
Provedores de acesso às redes de comunicações.
Operadoras de televisão por assinatura por satélite.
Operadoras de televisão por assinatura por cabo.
Atividades de monitoramento de sistemas de segurança eletrônico.

VERIFICADO A AUTENTICIDADE DO DOCUMENTO VIA INTERNET.
Data: 24/02/25
Assinatura/Rubrica
Marcelo Silvestre dos Santos
Agente de Contratação
Decreto nº 003/2025
Câmara Municipal de Candeias

Req: 81100001100813

Carlos Bernardo Vargas Oliveira

http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=XWA3oHhRAx4jkggndZ1PBg&chave2=BT-06aCCpMpeIH2nWncfRg
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 19423718884-GILBERTO BOAVENTURA DIAS 71

JUCEB
Junta Comercial do Estado da Bahia 24/08/2021
Certifico o Registro sob o nº 98105133 em 24/08/2021
Protocolo 218222424 de 20/08/2021
Nome da empresa BAIANA NET TELECOM LTDA NIRE 29204560246
Este documento pode ser verificado em http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx
Chancela 202220089968279
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 24/08/2021
por Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral

ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 4 E CONSOLIDAÇÃO DA SOCIEDADE BAIANA NET TELECOM LTDA

CNPJ nº 21.291.445/0001-48

CLÁUSULA QUARTA. A empresa iniciou suas atividades em 24/10/2014 e seu prazo de duração é por tempo indeterminado.

CLÁUSULA QUINTA. A administração da sociedade caberá isoladamente a(o) Sócio(a) CARLOS BERNARDO VARJAO OLIVEIRA , isoladamente a(o) Sócio(a) CARLOS ALBERTO DE OLIVEIRA com os poderes e atribuições de representação ativa e passiva na sociedade, judicial e extrajudicialmente, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto social, sempre de interesse da sociedade, autorizado o uso do nome empresarial,

vedado, no entanto, fazê-lo em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos cotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do(s) outro(s) sócio(s).

CLÁUSULA SEXTA. Os administradores declaram sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercerem a administração da sociedade, por lei especial ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou propriedade.

CLÁUSULA SETIMA. A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas respondem solidariamente pela integralização do capital social.

CLÁUSULA OITAVA. Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apuradas.

§ 1º Por deliberação dos sócios a distribuição de lucros poderá ser em qualquer período do ano a partir de resultado do período apurado.

§ 2º A distribuição dos lucros poderá não obedecer à participação do sócio desde que aprovada pelos sócios cotistas.

CLÁUSULA NONA. Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará sua atividade com os herdeiros ou sucessores. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do(s) sócio(s) remanescente(s), o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

Parágrafo único. O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio.

CLÁUSULA DECIMA. Os casos omissos no presente contrato serão resolvidos pelo consenso dos sócios, com observância da Lei nº 10.406/2002.

24/02/25

Marcelo Silvestre dos Santos
Agente de Contratação
Decreto nº 008/2025
Camara Municipal de Candeias

Carlos Bernardo Varjão Oliveira

VERIFICADO A AUTENTICIDADE DO DOCUMENTO VIA INTERNET.
Data:
Assinatura

http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=XWA3oHhRAx4jkggndZlPBg&chave2=BT-06aCCpMpeIH2nNncfRg
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 19423718884-GILBERTO BOAVENTURA DIAS 71

Junta Comercial do Estado da Bahia 24/08/2021
Certifico o Registro sob o nº 98105133 em 24/08/2021
Protocolo 218222424 de 20/08/2021
Nome da empresa BAIANA NET TELECOM LTDA NIRE 29204560246
Este documento pode ser verificado em http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx
Chancela 202220089968279
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 24/08/2021
por Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral
JUCEB

CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA. Fica eleito o foro de Candeias - BA para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam este instrumento.

CANDEIAS, 12 de agosto de 2021.

Lorena Varjão Oliveira

LORENA VARJAO OLIVEIRA

Carlos Bernardo Varjão Oliveira

CARLOS BERNARDO VARJAO OLIVEIRA

CARLOS ALBERTO DE OLIVEIRA

VERIFICAÇÃO DA AUTENTICIDADE DO DOCUMENTO VIA INTERNET
Data: 24/07/25
Marcelo Silvestre dos Santos
Agente de Contratação
Decreto nº 003/2025
Câmara Municipal de Candeias

http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=XWA3oHhRAx4jkggndZ1PBg&chave2=BT-06aCCpMpeIH2nWncfRg
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 19423718884-GILBERTO BOAVENTURA DIAS 71

JUCEB
Junta Comercial do Estado da Bahia 24/08/2021
Certifico o Registro sob o nº 98105133 em 24/08/2021
Protocolo 218222424 de 20/08/2021
Nome da empresa BAIANA NET TELECOM LTDA NIRE 29204560246
Este documento pode ser verificado em http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx
Chancela 202220089968279
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 24/08/2021
por Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral

DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE

http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=XWA3cHhRAx4jkggnd2lPBg&chave2=BT-06aCCpMpeIH2nWncfRg
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 19423716884-GILBERTO BOAVENTURA DIAS 71

Eu Gilberto Boaventura Dias, com inscrição ativa no CRC/(BA) sob o nº19.237/O-4, expedida em 29/07/2013, inscrito no CPF nº 194.237.188-84, DECLARO, sob as penas da Lei penal e, sem prejuízo das sanções administrativas e cíveis, que estes documentos são autênticos e condiz com os originais.

Documentos apresentados:

1. **DAM – (01 pagina);**
2. **Alteração Contratual nº 4 da Baiana Net Telecom LTDA**
3. **DBE (01 página);**
4. **Carteira CRC – Gilberto Boaventura Dias (01 Página)**
5. **Carteira de Identidade de Carlos Alberto de Oliveira**
6. **Carteira de identidade de Carlos Bernardo Varjão Oliveira**

Data: 19/08/2021

VERIFICADO A AUTENTICIDADE DO DOCUMENTO VIA INTERNET.
Data 24/02/25
Assinatura

24/02/25

Marcelo Silvestre dos Santos
Agente de Contratação
Decreto nº 003/2025
Câmara Municipal de Candeias

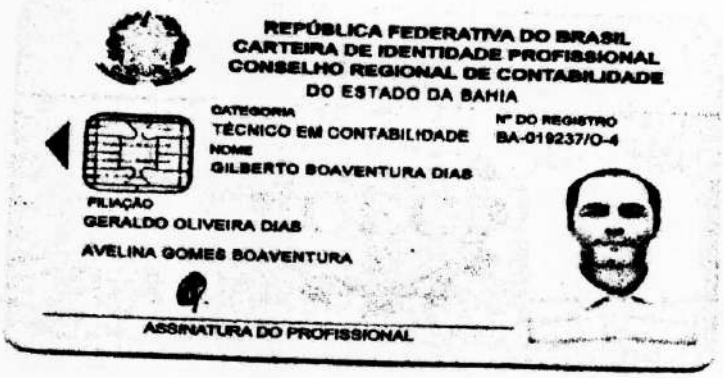
Junta Comercial do Estado da Bahia 24/08/2021

Certifico o Registro sob o nº 98105133 em 24/08/2021
Protocolo 218222424 de 20/08/2021
Nome da empresa BAIANA NET TELECOM LTDA NIRE 29204560246
Este documento pode ser verificado em http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx
Chancela 202220089968279
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 24/08/2021
por Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral

JUCEB

37

http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=XWA3cHhRAx4jkggndZ1PBg&chave2=BT-06aCCpMpeIH2nWncfRg
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 19423718884-GILBERTO BOAVENTURA DIAS 71



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CARTEIRA DE IDENTIDADE PROFISSIONAL
CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE
DO ESTADO DA BAHIA

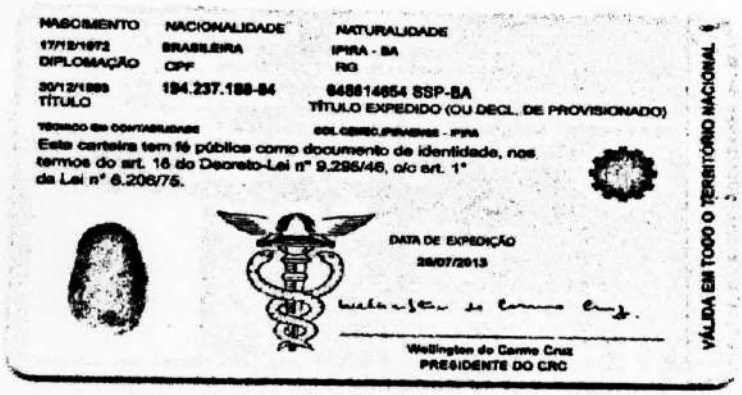
CATEGORIA
TÉCNICO EM CONTABILIDADE

Nº DO REGISTRO
BA-019237/O-4

NOME
GILBERTO BOAVENTURA DIAS

FILIAÇÃO
GERALDO OLIVEIRA DIAS
AVELINA GOMES BOAVENTURA

ASSINATURA DO PROFISSIONAL



NASCIMENTO	NACIONALIDADE	NATURALIDADE
17/12/1972	BRASILEIRA	IPIRA - BA
DIPLOMAÇÃO	CPF	RG
30/12/1999	194.237.188-84	648614654 SSP-BA
TÍTULO		TÍTULO EXPEDIDO (OU DECL. DE PROVISIONADO)

TÉCNICO EM CONTABILIDADE — COL.CONSEC./PARANÁ - PARÁ

Esta carteira tem fé pública como documento de identidade, nos termos do art. 16 do Decreto-Lei nº 9.295/46, a/c art. 1º da Lei nº 6.206/75.

DATA DE EXPEDIÇÃO
28/07/2013

Wellington do Carmo Cruz
PRESIDENTE DO CRC

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

VERIFICADO A AUTENTICIDADE DO DOCUMENTO VIA INTERNET.
Data: 24/02/25
Assinatura/Carimbo/Matrícula
Marcelo Silvestre dos Santos
Agente de Contratação
Decreto nº 003/2025
Câmara Municipal de Candeias

Junta Comercial do Estado da Bahia 24/08/2021
Certifico o Registro sob o nº 98105133 em 24/08/2021
Protocolo 218222424 de 20/08/2021
Nome da empresa BAIANA NET TELECOM LTDA NIRE 29204560246
Este documento pode ser verificado em http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx
Chancela 202220089968279
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 24/08/2021
por Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral

38

JUCEB
Junta Comercial do Estado da Bahia

218222424

TERMO DE AUTENTICAÇÃO

NOME DA EMPRESA	BAIANA NET TELECOM LTDA
PROTOCOLO	218222424 - 20/08/2021
ATO	002 - ALTERAÇÃO
EVENTO	021 - ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)

MATRIZ

NIRE 29204560246
CNPJ 21.291.445/0001-48
CERTIFICO O REGISTRO EM 24/08/2021
PROTOCOLO ARQUIVAMENTO 98105133 DE 24/08/2021 DATA AUTENTICAÇÃO 24/08/2021

EVENTOS

051 - CONSOLIDACAO DE CONTRATO/ESTATUTO ARQUIVAMENTO 98105133

REPRESENTANTES QUE ASSINARAM DIGITALMENTE

CPF 19423718884 - GILBERTO BOAVENTURA DIAS 71

TIANA REGILA M G DE ARAÚJO
Secretária-Geral

VERIFICADO A AUTENTICIDADE DO DOCUMENTO VIA INTERNET.
Data: 24 02 25
Assinatura/Carimbo/Matrícula
1
Marcelo Silvestre dos Santos
Agente de Contratação
Decreto nº 003/2025
Câmara Municipal de Candeias

Junta Comercial do Estado da Bahia 24/08/2021
Certifico o Registro sob o nº 98105133 em 24/08/2021
Protocolo 218222424 de 20/08/2021
Nome da empresa BAIANA NET TELECOM LTDA NIRE 29204560246
Este documento pode ser verificado em http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx
Chancela 202220089968279
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 24/08/2021
por Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral

ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 3 E CONSOLIDAÇÃO DA SOCIEDADE BAIANA NET TELECOM LTDA

CNPJ nº 21.291.445/0001-48

LORENA VARJAO OLIVEIRA, nacionalidade brasileira, nascida em 28/12/1993, solteira, Médica, CPF nº 013.658.675-95, RG nº 1321858302, órgão expedidor SSP - BA, residente e domiciliada na Rua Clara Nunes, 310, AP 402, Pituba, Salvador, BA, CEP 41810425, BRASIL.

CARLOS ALBERTO DE OLIVEIRA, nacionalidade BRASILEIRA, nascido em 28/11/1956, casado em comunhão parcial de bens, empresário, CPF nº 113.396.245-91, RG nº 1744640, órgão expedidor SSP - BA, residente e domiciliado(a) no(a) Rua Clara Nunes, 310, AP 402, Pituba, Salvador, BA, CEP 41810425, BRASIL.

Sócios da sociedade limitada de nome empresarial BAIANA NET TELECOM LTDA, registrada legalmente por contrato social devidamente arquivado nesta Junta Comercial do Estado da Bahia, sob NIRE nº 29204560246, com sede Rua Joana Angélica, 395, Térreo, Malemba Candeias, BA, CEP 43805570, devidamente inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Juridica/MF sob o nº 21.291.445/0001-48, deliberam de pleno e comum acordo ajustarem a presente alteração contratual, nos termos da Lei nº 10.406/ 2002, mediante as condições estabelecidas nas cláusulas seguintes.

CLÁUSULA PRIMEIRA. A sociedade passa a ter o seguinte objeto:

Serviços de comunicação multimídia - SCM
Manutenção de estações e redes de telecomunicações
Portais, provedores de conteúdo e serviços de informação na internet.
Tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem na internet.
Suporte técnico, manutenção e serviços em tecnologia da informação.
Consultoria em tecnologia da informação
Provedores de voz sobre protocolo internet - voip
Provedores de acesso às redes de comunicações
Operadoras de televisão por assinatura por satélite.
Operadoras de televisão por assinatura por cabo
Atividades de monitoramento de sistemas de segurança eletrônico.

CNAE FISCAL
6110-8/03 - serviços de comunicação multimídia – SCM.
4221-9/05 - manutenção de estações e redes de telecomunicações.
6319-4/00 - portais, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet.
6311-9/00 - tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem na internet.
6209-1/00 - suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação.
6204-0/00 - consultoria em tecnologia da informação.
6190-6/02 - provedores de voz sobre protocolo internet – voip.
6190-6/01 - provedores de acesso às redes de comunicações.
6143-4/00 - operadoras de televisão por assinatura por satélite.
6141-8/00 - operadoras de televisão por assinatura por cabo.
8020-0/01 - atividades de monitoramento de sistemas de segurança eletrônico.

CLÁUSULA SEGUNDA. Retira-se da sociedade o sócio CARLOS ALBERTO DE OLIVEIRA, detentor de 2.500 (Dois Mil e Quinhentos) quotas, no valor nominal de R$ 1,00 (Um Real) cada uma, correspondendo a R$ 2.500,00 (Dois Mil e Quinhentos Reais).

Req: 81000000819010

VERIFICADO A AUTENTICIDADE DO DOCUMENTO VIA INTERNET.
Data: 24/02/25
Assinatura:
Marcelo Silvestre dos Santos
Agente de Contratação
Decreto nº 003/2025
Câmara Municipal de Candeias

Junta Comercial do Estado da Bahia 25/08/2020
Certifico o Registro sob o nº 97991346 em 25/08/2020
Protocolo 203717384 de 17/08/2020
Nome da empresa BAIANA NET TELECOM LTDA NIRE 29204560246
Este documento pode ser verificado em http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx
Chancela 121196544271045
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 25/08/2020
por Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral
JUCEB

http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=ampwYnSCA9BeKfCUDp7w-g&chave2=BT-06aCCpMpeIH2nWncfRg
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 19423718884-GILBERTO BOAVENTURA DIAS

ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 3 E CONSOLIDAÇÃO DA SOCIEDADE BAIANA NET TELECOM LTDA

CNPJ nº 21.291.445/0001-48

CLÁUSULA TERCEIRA. O sócio CARLOS ALBERTO DE OLIVEIRA transfere suas quotas de capital social, que perfaz o valor total de R$2.500,00 (Dois Mil e Quinhentos Reais), direta e irrestritamente à sócia LORENA VARJAO OLIVEIRA, da seguinte forma: Transfere neste ato 2.500 (duas mil e quinhentas) quotas de R$ 1,00 (um real) cada, totalizando R$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), dando plena e total quitação das quotas doadas.
Após a cessão e transferência de quotas, e da retirada de sócio, fica assim distribuído:

LORENA VARJAO OLIVEIRA, com 25.000 (Vinte e Cinco Mil) quotas, perfazendo um total de R$ 25.000,00 (Vinte e Cinco Mil Reais).

Paragrafo Único – Conforme autoriza o Artigo 1.052, § 1º do CC., a sociedade permanecerá unipessoal.

CLÁUSULA QUARTA. A administração da sociedade caberá ISOLADAMENTE à Sócia LORENA VARJAO OLIVEIRA com os poderes e atribuições de representação ativa e passiva na sociedade, judicial e extrajudicialmente, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto social, sempre de interesse da sociedade, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, fazê-lo em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos cotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do(s) outro(s) sócio(s).

CLÁUSULA QUINTA. A administradora declara, sob as penas da lei, que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou propriedade.

CLÁUSULA SEXTA. O foro para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes do contrato social permanece em CANDEIAS - BA.

CLÁUSULA SÉTIMA. As Cláusulas e condições estabelecidas em atos já arquivados e que não foram expressamente modificadas por esta alteração continuam em vigor.

Em face das alterações acima, consolida-se o contrato social, nos termos da Lei nº 10.406/2002, mediante as condições e cláusulas seguintes:

CONSOLIDAÇÃO

LORENA VARJAO OLIVEIRA, nacionalidade brasileira, nascida em 28/12/1993, solteira, Médica, CPF nº 013.658.675-95, RG nº 1321858302, órgão expedidor SSP - BA, residente e domiciliada na Rua Clara Nunes, 310, AP 402, Pituba, Salvador, BA, CEP 41810425, BRASIL. Única sócia da sociedade limitada de nome empresarial BAIANA NET TELECOM LTDA, registrada legalmente por contrato social devidamente arquivado nesta Junta Comercial do Estado da Bahia, sob NIRE nº 29204560246, com sede Rua Joana Angélica, 395, Térreo, Malembá Candeias, BA, CEP 43805570, devidamente inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica/MF sob o nº 21.291.445/0001-48, resolve consolidar o contrato social da Sociedade Empresária Limitada e delibera de pleno e comum acordo ajusta a presente alteração

http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=ampwYnSCA9BeKfCUDp7w-g&chave2=BT-06aCCpMpeIH2nWncfRg
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 19423718884-GILBERTO BOAVENTURA DIAS

VERIFICADO A AUTENTICIDADE DO DOCUMENTO VIA INTERNET.
Data: 24 02 25
Assinatura Fac-Símile/Autógrafa
Marcelo Silvestre dos Santos
Agente de Contratação
Decreto nº 003/2025
Câmara Municipal de Candeias

Junta Comercial do Estado da Bahia 25/08/2020
Certifico o Registro sob o nº 97991346 em 25/08/2020
Protocolo 203717384 de 17/08/2020
Nome da empresa BAIANA NET TELECOM LTDA NIRE 29204560246
Este documento pode ser verificado em http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx
Chancela 121196544271045
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 25/08/2020
por Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral

ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 3 E CONSOLIDAÇÃO DA SOCIEDADE BAIANA NET TELECOM LTDA

CNPJ nº 21.291.445/0001-48

e consolidação contratual, nos termos da Lei nº 10.406/ 2002, mediante as condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA. A empresa constituída tem a denominação empresarial de BAIANA NET TELECOM LTDA e tem sede na Rua Joana Angélica, 395, Térreo, Malembá Candeias, BA, CEP 43805570, eleito o foro desta comarca para dirimir qualquer dúvida em relação ao presente instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA. O capital social é de R$25.000,00 (vinte e cinco mil reais), sendo 25.000 (vinte e cinco mil) quotas de R$ 1,00 (um real) cada, já integralizados em moeda corrente do País.

CLÁUSULA TERCEIRA. O objeto social da empresa é:
Serviços de comunicação multimídia – SCM.
Manutenção de estações e redes de telecomunicações.
Portais, provedores de conteúdo e serviços de informação na internet.
Tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem na internet.
Suporte técnico, manutenção e serviços em tecnologia da informação.
Consultoria em tecnologia da informação.
Provedores de voz sobre protocolo internet – voip.
Provedores de acesso às redes de comunicações.
Operadoras de televisão por assinatura por satélite.
Operadoras de televisão por assinatura por cabo.
Atividades de monitoramento de sistemas de segurança eletrônico.

CLÁUSULA QUARTA. A empresa iniciou suas atividades em 24/10/2014 e seu prazo de duração é por tempo indeterminado.

CLÁUSULA QUINTA. A administração da sociedade é exercida ISOLADAMENTE pela sócia LORENA VARJAO OLIVEIRA com os poderes e atribuições de representação ativa e passiva na sociedade, judicial e extrajudicialmente, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto social, sempre de interesse da sociedade, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, fazê-lo em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos cotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do(s) outro(s) sócio(s).
Parágrafo único. No exercício da administração, o administrador terá direito a uma retirada mensal a título de pro labore, cujo valor será definido de comum acordo entre os sócios.

CLÁUSULA SEXTA. A administradora declara sob as penas da lei, que não está impedida de exercer a administração da sociedade, por lei especial ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou propriedade.

CLÁUSULA SETIMA. A responsabilidade da sócia é restrita ao valor de suas quotas, mas respondem solidariamente pela integralização do capital social.

VERIFICADO A AUTENTICIDADE DO DOCUMENTO VIA INTERNET.
Data: 24/02/25 Rubrica
Marcelo Silvestre dos Santos
Agente de Contratação
Decreto nº 003/2025
Câmara Municipal de Candeias

http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=amgwYnSCA9EekfCUDp7w-g&chave2=BT-06aCCpMpeIH2nWncfRg
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 19423718884-GILBERTO BOAVENTURA DIAS

Junta Comercial do Estado da Bahia 25/08/2020
Certifico o Registro sob o nº 97991346 em 25/08/2020
Protocolo 203717384 de 17/08/2020
Nome da empresa BAIANA NET TELECOM LTDA NIRE 29204560246
Este documento pode ser verificado em http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx
Chancela 121196544271045
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 25/08/2020
por Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral
JUCEB

ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 3 E CONSOLIDAÇÃO DA SOCIEDADE BAIANA NET TELECOM LTDA

CNPJ nº 21.291.445/0001-48

CLÁUSULA OITAVA. Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apurados.

§ 1º Por deliberação dos sócios a distribuição de lucros poderá ser em qualquer período do ano a partir de resultado do período apurado.

§ 2º A distribuição dos lucros poderá não obedecer à participação do sócio desde que aprovada pelos sócios cotistas.

CLÁUSULA NONA. Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará sua atividade com os herdeiros ou sucessores. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do(s) sócio(s) remanescente(s), o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

Parágrafo único. O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio.

CLÁUSULA DECIMA. Os casos omissos no presente contrato serão resolvidos pelo consenso dos sócios, com observância da Lei nº 10.406/2002.

CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA. Fica eleito o foro de Candeias - BA para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam este instrumento.

CANDEIAS, 11 de junho de 2020.

LORENA VARJÃO OLIVEIRA

CARLOS ALBERTO DE OLIVEIRA

VERIFICADO A AUTENTICIDADE DO DOCUMENTO VIA INTERNET
Data: 24 02 25
Marcelo Silvestre dos Santos
Agente de Contratação
Decreto nº 003/2025
Câmara Municipal de Candeias

http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=ampwYnSCA9EeKfCUDp7w-g&chave2=BT-06aCCpMpeIH2nWncfRq
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 19423718884-GILBERTO BOAVENTURA DIAS

Junta Comercial do Estado da Bahia 25/08/2020
Certifico o Registro sob o nº 97991346 em 25/08/2020
Protocolo 203717384 de 17/08/2020
Nome da empresa BAIANA NET TELECOM LTDA NIRE 29204560246
Este documento pode ser verificado em http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx
Chancela 121196544271045
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 25/08/2020
por Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral

43

JUCEB
Junta Comercial do Estado da Bahia

203717384

TERMO DE AUTENTICAÇÃO

NOME DA EMPRESA	BAIANA NET TELECOM LTDA
PROTOCOLO	203717384 - 17/08/2020
ATO	002 - ALTERAÇÃO
EVENTO	021 - ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)

MATRIZ

NIRE 29204560246
CNPJ 21.291.445/0001-48
CERTIFICO O REGISTRO EM 25/08/2020
PROTOCOLO ARQUIVAMENTO 97991346 DE 25/08/2020 DATA AUTENTICAÇÃO 25/08/2020

EVENTOS

051 - CONSOLIDACAO DE CONTRATO/ESTATUTO ARQUIVAMENTO: 97991346

REPRESENTANTES QUE ASSINARAM DIGITALMENTE

Cpf: 19423718884 - GILBERTO BOAVENTURA DIAS

ESTADO DA BAHIA
PER ARDUA SURGO
BRASIL

Tiana Regila M. G. de Araújo

TIANA REGILA M G DE ARAÚJO
Secretária-Geral

1

VERIFICADO A AUTENTICIDADE DO DOCUMENTO VIA INTERNET.
Data: 24/02/25
Assinatura Gerada/Matrícula

240225

Marcelo Silvestre dos Santos
Agente de Contratação
Decreto nº 003/2025
Comissão Municipal de Candeias

Junta Comercial do Estado da Bahia 25/08/2020
Certifico o Registro sob o nº 97991346 em 25/08/2020
Protocolo 203717384 de 17/08/2020
Nome da empresa BAIANA NET TELECOM LTDA NIRE 29204560246
Este documento pode ser verificado em http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx
Chancela 121196544271045
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 25/08/2020
por Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral

ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 2 DA SOCIEDADE BAIANA NET TELECOM LTDA
CNPJ nº 21.291.445/0001-48

LORENA VARJAO OLIVEIRA nacionalidade brasileira, nascida em 28/12/1993, solteira, empresária, CPF nº 013.658.675-95, RG nº 1321858302, órgão expedidor SSP - BA, residente e domiciliado(a) no(a) RUA CLARA NUNES, 310, AP 402, PITUBA, SALVADOR, BA, CEP 41810425, BRASIL.

CARLOS ALBERTO DE OLIVEIRA nacionalidade brasileira, nascido em 28/11/1956, casado em comunhão parcial de bens, empresário, CPF nº 113.396.245-91, RG nº 1744640, órgão expedidor SSP - BA, residente e domiciliado(a) no(a) RUA CLARA NUNES, 310, AP 402, PITUBA, SALVADOR, BA, CEP 41810425, BRASIL.

Sócios da sociedade limitada de nome empresarial BAIANA NET TELECOM LTDA, registrada legalmente por contrato social devidamente arquivado nesta Junta Comercial do Estado da Bahia, sob NIRE nº 29204560246, com sede Rua Joana Angélica, 395, : Térreo, Malembá Candeias, BA, CEP 43.805-570, devidamente inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica/MF sob o nº 21.291.445/0001-48, deliberam de pleno e comum acordo ajustarem a presente alteração contratual, nos termos da Lei nº 10.406/ 2002, mediante as condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

OBJETO SOCIAL

CLÁUSULA PRIMEIRA. A sociedade passa a ter o seguinte objeto:
SERVICOS DE COMUNICACAO DE MULTIMIDIA - SCM PROVEDORES DE VOZ SOBRE PROTOCOLO INTERNET - VOIP PORTAIS, PROVEDORES DE CONTEUDO E SERVICOS DE INFORMACAO NA INTERNET. PROVEDORES DE ACESSO AS REDES DE COMUNICACAO. ALUGUEL DE PALCOS, COBERTURAS E ESTRUTURAS DE USO TEMPORARIO , EXCETO ANDAIMES. EDICAO DE REVISTAS. SERVICOS DE ORGANIZACOES DE FEIRAS, CONGRESSOS, EXPOSICOES E FESTAS. OPERADORAS DE TELEVISÃO POR ASSINATURA POR CABO. OPERADORAS DE TELEVISÃO POR ASSINATURA POR SATÉLITE..

CNAE FISCAL

6110-8/03 - serviços de comunicação multimídia - scm
5813-1/00 - edição de revistas
6141-8/00 - operadoras de televisão por assinatura por cabo
6143-4/00 - operadoras de televisão por assinatura por satélite
6190-6/01 - provedores de acesso às redes de comunicações
6190-6/02 - provedores de voz sobre protocolo internet - voip
6319-4/00 - portais, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet
7739-0/03 - aluguel de palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário, exceto andaimes
8230-0/01 - serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas

VERIFICADO A AUTENTICIDADE DO DOCUMENTO VIA INTERNET.
Data: 24/02/25
Marcelo Silvestre dos Santos
Agente de Contratação
Decreto nº 003/2025
Câmara Municipal de Candeias

DA RATIFICAÇÃO E FORO

CLÁUSULA SEGUNDA. O foro para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes do contrato social permanece CANDEIAS - BA.

CLÁUSULA TERCEIRA. As Cláusulas e condições estabelecidas em atos já arquivados e que não foram expressamente modificadas por esta alteração continuam em vigor.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam este instrumento.

JUCEB
Certifico o Registro sob o nº 97883129 em 29/07/2019
Protocolo 196191491 de 26/07/2019
Nome da empresa BAIANA NET TELECOM LTDA NIRE 29204560246
Este documento pode ser verificado em http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx
Chancela 192431619385834
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 29/07/2019
por Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral

CANDEIAS, 15 de julho de 2019.

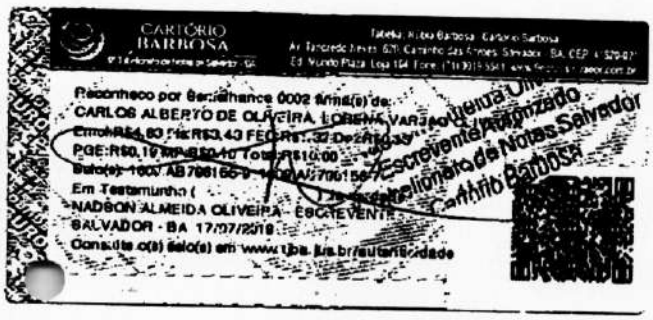
Lorena Varjão Oliveira
LORENA VARJAO OLIVEIRA

9º TABELIONATO DE NOTAS DE SALVADOR CARTÓRIO BARBOSA

CARLOS ALBERTO DE OLIVEIRA

9º TABELIONATO DE NOTAS DE SALVADOR CARTÓRIO BARBOSA

Req: 81900000773076


CARTÓRIO BARBOSA

Reconheço por Semelhança 0002 firma(s) de:
CARLOS ALBERTO DE OLIVEIRA, LORENA VARJAO OLIVEIRA
Emol:R$4,80 TFJ:R$3,43 FECRI:R$1,37 Do Artigo
PGE:R$0,10 RA:R$0,10 Total:R$10,00
Selo(s): 1002 AB 70615[illegible] 1002AA 70615[illegible]
Em Testemunho (
NADSON ALMEIDA OLIVEIRA - ESCREVENTE
SALVADOR - BA 17/07/2019
Consulte o(s) selo(s) em www.tjba.jus.br/autenticidade

Escrevente Autorizado
9º Tabelionato de Notas Salvador
Cartório Barbosa

VERIFICADO A AUTENTICIDADE DO DOCUMENTO VIA INTERNET.
Data: 24/07/25
Assinatura/carimbo/matrícula

24 02 25

Marcelo Silvestre dos Santos
Agente de Contratação
Decreto nº 003/2025
Câmara Municipal de Candeias

JUCEB

Certifico o Registro sob o nº 97883129 em 29/07/2019
Protocolo 196191491 de 26/07/2019
Nome da empresa BAIANA NET TELECOM LTDA NIRE 29204560246
Este documento pode ser verificado em http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx
Chancela 192431619385834
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 29/07/2019
por Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral

JUCEB
Junta Comercial do Estado da Bahia

196191491

TERMO DE AUTENTICAÇÃO

NOME DA EMPRESA	BAIANA NET TELECOM LTDA
PROTOCOLO	196191491 - 26/07/2019
ATO	002 - ALTERAÇÃO
EVENTO	021 - ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)

MATRIZ

NIRE 29204560246
CNPJ 21.291.445/0001-48
CERTIFICO O REGISTRO EM 29/07/2019

ESTADO DA BAHIA
PER ARDUA SURGO
BRASIL

VERIFICADO A AUTENTICIDADE DO DOCUMENTO VIA INTERNET.
Data: 24 02 25
Assinatura/Rubrica

Tiana Regila M. G. de Araujo

TIANA REGILA M G DE ARAÚJO
Secretária-Geral

Marcelo Silvestre dos Santos
Agente de Contratação
Decreto nº 003/2025
Camara Municipal de Candeias

1

Junta Comercial do Estado da Bahia
Certifico o Registro sob o nº 97883129 em 29/07/2019
Protocolo 196191491 de 26/07/2019
Nome da empresa BAIANA NET TELECOM LTDA NIRE 29204560246
Este documento pode ser verificado em http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx
Chancela 192431619385834
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 29/07/2019
por Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral

JUCEB

29/07/2019

ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 1 e CONSOLIDAÇÃO DA SOCIEDADE BAIANA NET TELECOM LTDA

CNPJ nº 21.291.445/0001-48

LORENA VARJAO OLIVEIRA nacionalidade brasileira, nascida em 28/12/1993, solteira, empresária, CPF nº 013.658.675-95, carteira de identidade nº 1321858302, órgão expedidor SSP - BA, residente e domiciliado(a) no(a) Rua Clara Nunes, 310, AP 402, Pituba, Salvador, BA, CEP 41810425, BRASIL.

CARLOS ALBERTO DE OLIVEIRA nacionalidade brasileira, nascido em 28/11/1956, casado em comunhão parcial de bens, engenheiro, CPF nº 113.396.245-91, carteira de identidade nº 1744640, órgão expedidor SSP - BA, residente e domiciliado(a) no(a) Rua Clara Nunes, 310, AP 402, Pituba, Salvador, BA, CEP 41810425, BRASIL.

JOAO VITOR TAVARES DE OLIVEIRA nacionalidade brasileira, nascido em 26/06/1980, solteiro, empresário, CPF nº 812.997.105-49, carteira de identidade nº 0515840777, órgão expedidor SSP - BA, residente e domiciliado(a) no(a) Rua dos Missionários, 134, Casa, Centro, Candeias, BA, CEP 43805450, BRASIL.

Sócios da Sociedade Limitada de nome empresarial BAIANA NET TELECOM LTDA, registrada legalmente por contrato social devidamente arquivado nesta Junta Comercial do Estado da Bahia, sob NIRE nº 29204560246, com sede Rua Joana Angélica, 395, : Térreo, Malembá Candeias, BA, CEP 43.805-570, devidamente inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica/MF sob o nº 21.291.445/0001-48, deliberam de pleno e comum acordo ajustarem a presente alteração contratual e Consolidação, nos termos da Lei nº 10.406/ 2002, mediante as condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA. Retira-se da sociedade o sócio(a) JOAO VITOR TAVARES DE OLIVEIRA, detentor de 2.500 (Dois Mil e Quinhentos) quotas, no valor nominal de R$ 1,00 (Um Real) cada uma, correspondendo a R$ 2.500,00 (Dois Mil e Quinhentos Reais).

CLÁUSULA SEGUNDA. O sócio(a) CARLOS ALBERTO DE OLIVEIRA transfere quotas de capital social, que perfaz o valor de R$17.500,00 (Dezessete Mil e Quinhentos Reais), direta e irrestritamente a sócia LORENA VARJAO OLIVEIRA, da seguinte forma: Transfere neste ato através de doação 17.500 (dezessete mil e Quinhentas) quotas no valor de R$ 1,00 (um real) cada uma, totalizando R$ 17.500,00 (dezessete mil e quinhentos reais), dando plena, geral e irrevogável quitação.

O sócio(a) JOAO VITOR TAVARES DE OLIVEIRA transfere quotas de capital social, que perfaz o valor de R$2.500,00 (Dois Mil e Quinhentos Reais), direta e irrestritamente a sócia LORENA VARJAO OLIVEIRA, da seguinte forma: Transfere neste ato através de doação 2.500 (duas mil e Quinhentas) quotas no valor de R$ 1,00 (um real) cada uma, totalizando R$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), dando plena, geral e irrevogável quitação.

Após a cessão e transferência de quotas, e da retirada de sócio(a), o capital social da sociedade no valor de R$ 25.000,00 (Vinte e Cinco Mil Reais) dividido em 25.000 (Vinte e Cinco Mil) quotas no valor nominal de R$ 1,00 (Um Real) cada, subscrito e integralizado em moeda corrente do país, fica assim distribuído:

LORENA VARJAO OLIVEIRA, com 22.500 (Vinte e Dois Mil e Quinhentos) quotas, perfazendo um total de R$ 22.500,00 (Vinte e Dois Mil e Quinhentos Reais).

VERIFICAÇÃO DO DOCUMENTO VIA INTERNET
Data: 24 02 25
Assinatura
Marcelo Silvestre dos Santos
Agente de Contratação
Decreto nº 003/2025
Câmara Municipal de Candeias

JUCEB
Certifico o Registro sob o nº 97814727 em 06/12/2018
Protocolo 187937532 de 05/12/2018
Nome da empresa BAIANA NET TELECOM LTDA NIRE 29204560246
Este documento pode ser verificado em http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx
Chancela 256232110386866
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 06/12/2018
por Hélio Portela Ramos - Secretário Geral

ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 1 e CONSOLIDAÇÃO DA SOCIEDADE BAIANA NET TELECOM LTDA

CNPJ nº 21.291.445/0001-48

CARLOS ALBERTO DE OLIVEIRA, com 2.500 (Dois Mil e Quinhentos) quotas, perfazendo um total de R$ 2.500,00 (Dois Mil e Quinhentos Reais).

Totalizando o valor de R$ 25.000,00 (Vinte e Cinco Mil Reais).

CLÁUSULA TERCEIRA. A administração da sociedade caberá Isoladamente a(o) Sócio(a) LORENA VARJAO OLIVEIRA, Isoladamente a(o) Sócio(a) CARLOS ALBERTO DE OLIVEIRA, com os poderes e atribuições de representação ativa e passiva na sociedade, judicial e extrajudicialmente, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto social, sempre de interesse da sociedade, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, fazê-lo em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos cotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do(s) outro(s) sócio(s).

CLÁUSULA QUARTA. O(s) administrador(es) declara(m), sob as penas da lei, que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou propriedade.

CLÁUSULA QUINTA. O foro para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes do contrato social permanece CANDEIAS - BA.

CLÁUSULA SEXTA. As Cláusulas e condições estabelecidas em atos já arquivados e que não foram expressamente modificadas por esta alteração continuam em vigor.

Em face das alterações acima, consolida-se o contrato social, nos termos da Lei nº 10.406/2002, mediante as condições e cláusulas seguintes.

CONSOLIDAÇÃO

LORENA VARJAO OLIVEIRA nacionalidade brasileira, nascida em 28/12/1993, solteira, empresária, CPF nº 013.658.675-95, carteira de identidade nº 1321858302, órgão expedidor SSP - BA, residente e domiciliado(a) no(a) Rua Clara Nunes, 310, AP 402, Pituba, Salvador, BA, CEP 41810425, BRASIL.

CARLOS ALBERTO DE OLIVEIRA nacionalidade brasileira, nascido em 28/11/1956, casado em comunhão parcial de bens, engenheiro, CPF nº 113.396.245-91, carteira de identidade nº 1744640, órgão expedidor SSP - BA, residente e domiciliado(a) no(a) Rua Clara Nunes, 310, AP 402, Pituba, Salvador, BA, CEP 41810425, BRASIL.

Sócios da Sociedade Limitada de nome empresarial BAIANA NET TELECOM LTDA, registrada legalmente por contrato social devidamente arquivado nesta Junta Comercial do Estado da Bahia,

VERIFICADO A AUTENTICIDADE DO DOCUMENTO VIA INTERNET
Data: 24/02/25
Marcelo Silvestre dos Santos
Agente de Contratação
Decreto nº 003/2025
Câmara Municipal de Candeias

Req: 81800001043636

JUCEB

Certifico o Registro sob o nº 97814727 em 06/12/2018
Protocolo 187937532 de 05/12/2018
Nome da empresa BAIANA NET TELECOM LTDA NIRE 29204560846
Este documento pode ser verificado em http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx
Chancela 256232110386866
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 06/12/2018
por Hélio Portela Ramos - Secretário Geral

ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 1 e CONSOLIDAÇÃO DA SOCIEDADE BAIANA NET TELECOM LTDA

CNPJ nº 21.291.445/0001-48

sob NIRE nº 29204560246, com sede Rua Joana Angélica, 395, Térreo, Malembá Candeias, BA, CEP 43.805-570, devidamente inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica/MF sob o nº 21.291.445/0001-48, deliberam de pleno e comum acordo ajustarem a presente Consolidação, nos termos da Lei nº 10.406/ 2002, mediante as condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

PRIMEIRA - A empresa constituída tem a denominação empresarial de BAIANA NET TELECOM LTDA e tem sede e domicilio na Rua Joana Angélica, 395, Térreo, Malembá Candeias, BA, CEP 43.805-570, eleito o foro desta comarca para dirimir qualquer dúvida em relação ao presente instrumento.

SEGUNDA - O capital social é de R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), já integralizados em moeda corrente do País, sendo 25.000 (vinte e cinco mil) quotas de R$ 1,00 (um real) cada. Distribuído entre os sócios:

LORENA VARJAO OLIVEIRA, com 22.500 (Vinte e Dois Mil e Quinhentos) quotas, perfazendo um total de R$ 22.500,00 (Vinte e Dois Mil e Quinhentos Reais).

CARLOS ALBERTO DE OLIVEIRA, com 2.500 (Dois Mil e Quinhentos) quotas, perfazendo um total de R$ 2.500,00 (Dois Mil e Quinhentos Reais).

Parágrafo Primeiro - As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do(s) outro(s) sócio(s), a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço direito de preferência para sua aquisição, se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

Parágrafo Segundo - A responsabilidade dos sócios é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social, na forma do artigo 1052 da Lei 10.406/02.

TERCEIRA - O objeto social da empresa é:

61.10-8-03 - Serviços de comunicação multimídia – SCM

61.90-6-02 - Provedores de voz sobre protocolo internet - VOIP
63.19-4-00 - Portais, provedores de conteúdo e serviços de informação na internet.
61.90-6-01 - Provedores de acesso às redes de comunicações
77.39-0-03 - Aluguel de palcos, coberturas e estruturas de uso temporário, exceto andaimes.
58.13-1-00 - Edição de revistas.
82.30-0-01 - Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas.

240225

Marcelo Silvestre dos Santos
Agente de Contratação
Decreto nº 003/2025
Câmara Municipal de Candeias

QUARTA - A empresa iniciou suas atividades em 24/10/2014 e seu prazo de duração é por tempo indeterminado.

QUINTA – A administração da sociedade cabe Isoladamente a(o) Sócio(a) LORENA VARJAO OLIVEIRA , Isoladamente a(o) Sócio(a) CARLOS ALBERTO DE OLIVEIRA com os poderes e

Req: 81800001043636

JUCEB

Certifico o Registro sob o nº 97814727 em 06/12/2018
Protocolo 187937532 de 05/12/2018
Nome da empresa BAIANA NET TELECOM LTDA NIRE 29204560246
Este documento pode ser verificado em http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx
Chancela 256232110386866
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 06/12/2018
por Hélio Portela Ramos - Secretário Geral

atribuições de representação ativa e passiva na sociedade, judicial e extrajudicialmente, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto social, sempre de interesse da sociedade, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, fazê-lo em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos cotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do(s) outro(s) sócio(s).

SEXTA – O exercício social terá início em 1º de janeiro e terminará em 31 de dezembro. Ao fim de cada exercício, será levantado o balanço patrimonial correspondente ao mesmo período, bem como, preparadas as demais demonstrações financeiras exigidas por lei. A sociedade poderá levantar balanços intermediários ou intercalares e distribuir os lucros evidenciados nos mesmos.

SÉTIMA - O(s) administrador(es) declara(m), sob as penas da lei, que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou propriedade.

OITAVA – Os sócios podem fixar uma retirada mensal, a título de "pró-labore", observadas as disposições regulamentares pertinentes.

NONA - A entrada de novos sócios dependerá da aprovação unânime de todos os sócios, sendo que, nenhum sócio poderá ceder ou transferir qualquer de suas quotas a terceiros sem previamente oferecer ao outro sócio o direito de adquiri-las.

DÉCIMA - As modificações do contrato social, mediante deliberações dos sócios, deverão observar as disposições contidas nos artigos 1071/1080 do Código Civil.

DÉCIMA PRIMEIRA - Os lucros líquidos ou prejuízos apurados serão distribuídos aos sócios proporcionalmente à participação de cada um no capital social.

DÉCIMA SEGUNDA – A sociedade se dissolverá nos casos previstos em lei e em caso de dissolução e liquidação da sociedade, será o liquidante escolhido pelos sócios, representando a maioria do capital social. Nessa hipótese, os haveres da sociedade serão empregados na liquidação das obrigações e o remanescente, se houver, será rateado entre os sócios em proporção ao número de quotas que cada um possuir.

DÉCIMA TERCEIRA - A retirada, exclusão, falecimento ou interdição de um dos sócios, não dissolverá a sociedade, que prosseguirá com o remanescente, pelo prazo previsto em lei, a menos que este resolva liquidá-la. Em caso de falecimento ou incapacidade judicialmente declarada de

24022 5

Marcelo Silvestre dos Santos
Agente de Contratação
Decreto nº 003/2025
Câmara Municipal de Candeias

Certifico o Registro sob o nº 97814727 em 06/12/2018
Protocolo 187937532 de 05/12/2018
Nome da empresa BAIANA NET TELECOM LTDA NIRE 29204560246
Este documento pode ser verificado em http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx
Chancela 256232110386866
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 06/12/2018
por Hélio Portela Ramos - Secretário Geral

qualquer dos sócios, os herdeiros ou sucessores do sócio falecido ou incapacitado poderão ingressar na sociedade em sua substituição.

Parágrafo Primeiro - Nos casos previstos pelo "caput" desta cláusula, somente poderão ingressar na sociedade profissionais que atendam as exigências previstas na legislação pertinente às organizações contábeis.

Parágrafo Segundo - Em tendo ocorrido o falecimento ou interdição de um dos sócios, o inventariante ou o curador, respectivamente, não terão poderes de administração, a menos que sejam da mesma categoria profissional do falecido ou interdito.

DÉCIMA QUARTA - Todo e qualquer litígio oriundo deste contrato, seja entre os sócios, seja entre o sócio e a sociedade, mesmo durante a fase de liquidação, poderá ser submetido ao Juízo Arbitral, conforme os dispositivos da Lei 9.307/96, vedado o recurso à equidade.

Parágrafo único - Para as controvérsias que forem incompatíveis de serem solucionadas pelo procedimento arbitral, por não versarem sobre direitos patrimoniais disponíveis, fica eleito o foro do Município de Candeias, Estado da Bahia, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja. O foro ora eleito também será competente para o processamento e a execução da sentença arbitral.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam este instrumento.

CANDEIAS, 5 de novembro de 2018.

Lorena Varjão Oliveira
LORENA VARJAO OLIVEIRA
CPF: 013.658.675-95

Tabelionato de Notas Candeias- BA

CARLOS ALBERTO DE OLIVEIRA
CPF: 113.396.245-91

Tabelionato de Notas Candeias- BA

JOAO VITOR TAVARES DE OLIVEIRA
CPF: 812.997.105-49

TABELIONATO DE NOTAS E PROTESTO DE CANDEIAS / BA
Tabelionato de Notas e Protesto de Candeias
Rua do Paseo, 101 - Centro - Tel.(71)3605-0953
Reconheço por Semelhança (0002 firma(s) de:
CARLOS ALBERTO DE OLIVEIRA, JOAO VITOR TAVARES DE OLIVEIRA
Emol: R$ 4,11 Taxa: R$ 2,05 Total: R$ 6,60
Selo(s): 1468.AB2610234 1468.AB2610243
Em Testemunho (...) de verdade.
Marinete de Aguiar Santos - atendente
CANDEIAS - BA 29/11/2018
Marinete de Aguiar Santos
ESCREVENTE AUTORIZADA
Selo de Autenticidade
Ato Notarial ou de Registro
1468.AB2610243
1468.AB2610234

4º TABELIONATO DE NOTAS
Bel. Gustavo Cabrim de Amorim - Tabelião
Reconheço por SEMELHANCA 0001 e(s) assinatura(s) - de LORENA VARJAO OLIVEIRA (0188281) - dou fe. ---
Salvador 14/11/2018
Selo(s): 1604.AD 308591-1
--- Em testemunho ( ) de verdade.
ROZIENE PINHEIRO PEREIRA DOS ANJOS
ESCREVENTE AUTORIZADA
Selo de Autenticidade
Ato Notarial ou de Registro
1604.AD308591-1

240225

Marcelo Silvestre dos Santos
Agente de Contratação
Decreto nº 003/2025
Câmara Municipal de Candeias

Req: 81800001043636

Certifico o Registro sob o nº 97814727 em 06/12/2018
Protocolo 187937532 de 05/12/2018
Nome da empresa BAIANA NET TELECOM LTDA NIRE 29204560246
Este documento pode ser verificado em http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx
Chancela 256232110386866
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 06/12/2018
por Hélio Portela Ramos - Secretário Geral

JUCEB
Junta Comercial do Estado da Bahia

187937532

TERMO DE AUTENTICAÇÃO

NOME DA EMPRESA	BAIANA NET TELECOM LTDA
PROTOCOLO	187937532 - 05/12/2018
ATO	002 - ALTERAÇÃO
EVENTO	021 - ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)

MATRIZ

NIRE 29204560246
CNPJ 21.291.445/0001-48
CERTIFICO O REGISTRO EM 06/12/2018

EVENTOS

051 - CONSOLIDACAO DE CONTRATO/ESTATUTO ARQUIVAMENTO: 97814727

ESTADO DA BAHIA
PER ARDUA SURGO
BRASIL

VERIFICADO A AUTENTICIDADE DO DOCUMENTO VIA INTERNET.
Data: 24 02 25
Assinatura
Marcelo Silvestre dos Santos
Agente de Contratação
Decreto 003/2025
Câmara Municipal de Candeias

HÉLIO PORTELA RAMOS
Secretário Geral

06/12/2018

Junta Comercial do Estado da Bahia
Certifico o Registro sob o nº 97814727 em 06/12/2018
Protocolo 187937532 de 05/12/2018
Nome da empresa BAIANA NET TELECOM LTDA NIRE 29204560246
Este documento pode ser verificado em http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx
Chancela 256232110386866
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 06/12/2018
por Hélio Portela Ramos - Secretário Geral

JUCEB

CONTRATO SOCIAL POR TRANSFORMAÇÃO DE EMPRESÁRIO INDIVIDUAL EM SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA

BAIANA NET TELECOM LTDA.

João Vitor Tavares de Oliveira, empresário, maior, brasileiro, solteiro, CPF nº 812.997.105-49, EG nº 0515840777, SSP – BA, residente e domiciliado na Rua dos Missionários, nº 134, casa, Centro, CEP 43.805-450, Candeias – BA, na condição de Empresário Individual , inscrito na Junta Comercial do Estado da Bahia sob o NIRE nº 29.105.029.674 em 24/10/2014 e no CNPJ nº 21.291.445/0001-48, com sede na Rua Joana Angélica, nº 395, Térreo, Malembá, CEP 43.805-570, Candeias – BA, fazendo uso do que permite o § 3º art. 968 da lei 10.406/2002, com redação alterada pelo art. 10 da Lei Complementar 128/2008, ora transforma seu registro de EMPRESÁRIO em **SOCIEDADE EMPRESÁRIA**, uma vez que admite os sócios **Carlos Alberto de Oliveira,** brasileiro, maior, casado em comunhão universal de bens, engenheiro, nascido em 28/11/1956, natural de Bom Jesus da Lapa – BA, residente e domiciliado na Rua Clara Nunes, 310, apt. 402, Edf. San Michael, Pituba, CEP 41810-425, Salvador – BA, portador do RG nº 1.744.640 e CPF nº 113.396.245-91; **Lorena Varjão Oliveira**, brasileira, maior, solteira, estudante, nascida em 28/12/1993, natural de Salvador – BA, residente e domiciliada na Rua Clara Nunes, 310, apt. 402, Edf. San Michael, Pituba, CEP 41810-425, Salvador – BA, portadora do RG nº 13.218.583-02 e CPF nº 013.658.675-95, passando a constituir o tipo jurídico SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA, a qual se regerá, doravante, pelo presente CONTRATO SOCIAL ao qual se obrigam mutuamente todos os sócios.

CLÁUSULA PRIMEIRA - A sociedade girará sob a denominação empresarial de BAIANA NET TELECOM LTDA.

CLÁUSULA SEGUNDA - A sociedade tem sede e domicilio na Rua Joana Angélica, nº 395, Térreo, Malembá, CEP 43.805-570, Candeias – BA, poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filiais, em qualquer parte do pais, se assim, em conjunto, decidirem os sócios, mediante alteração contratual assinada por todos.

CLÁUSULA TERCEIRA - A sociedade tem por objeto:
61.10-8-03 - Serviços de comunicação multimídia – SCM.
61.90-6-02 - Provedores de voz sobre protocolo internet - VOIP .
63.19-4-00 - Portais, provedores de conteúdo e serviços de informação na internet .
61.90-6-01 - Provedores de acesso às redes de comunicações .
77.39-0-03 - Aluguel de palcos, coberturas e estruturas de uso temporário, exceto andaimes.
58.13-1-00 - Edição de revistas.
82.30-0-01 - Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas.

CLÁUSULA QUARTA - O prazo de duração da sociedade é indeterminado.

CLÁUSULA QUINTA - O capital social da sociedade, totalmente subscrito e integralizado pelos sócios neste ato em moeda corrente nacional, é de R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), dividido em 25.000 (vinte e cinco mil) quotas, no valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada uma, assim distribuído entre os sócios quotistas:

a) **Carlos Alberto de Oliveira** é possuidor de 20.000 (vinte mil) quotas no valor unitário de R$1,00 (um real) cada uma, totalizando R$ 20.000,00 (vinte mil reais).

b) **João Vitor Tavares de Oliveira** é possuidor de 2.500 (duas mil e quinhentas) quotas no valor unitário de R$1,00 (um real) cada uma, totalizando R$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais).

VERIFICAÇÃO DE AUTENTICIDADE DO DOCUMENTO VIA INTERNET.
Data: 24 02 25
Marcelo Silvestre dos Santos
Agente de Contratação
Decreto nº 003/2025
Câmara Municipal de Candeias

JUCEB
Certifico o Registro sob o nº 29204560246 em 19/10/2018
Protocolo 188225196 de 18/10/2018
Nome da empresa BAIANA NET TELECOM LTDA NIRE 29204560246
Este documento pode ser verificado em http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx
Chancela 215589191351118
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 19/10/2018
por Hélio Portela Ramos - Secretário Geral

CONTRATO SOCIAL POR TRANSFORMAÇÃO DE EMPRESÁRIO INDIVIDUAL EM SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA

BAIANA NET TELECOM LTDA.

b) **Lorena Varjão Oliveira** é possuidora de 2.500 (duas mil e quinhentas) quotas no valor unitário de R$1,00 (um real) cada uma, totalizando R$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais).

Parágrafo Primeiro - As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do(s) outro(s) sócio(s), a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço direito de preferência para sua aquisição, se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

Parágrafo Segundo - A responsabilidade dos sócios é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social, na forma do artigo 1052 da Lei 10.406/02.

CLÁUSULA SEXTA - A administração da sociedade incumbe a(os) sócio(os) **Carlos Alberto de Oliveira, João Vitor Tavares de Oliveira, Lorena Varjão Oliveira,** o(s) qual(is) recebera(ão) a denominação de administrador(es), isoladamente ou em conjunto, cabendo a ele(s), os poderes e atribuições de representação ativa e passiva na sociedade, judicial e extrajudicialmente, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto social, sempre de interesse da sociedade, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, fazê-lo em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos cotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do(s) outro(s) sócio(s).

CLÁUSULA SÉTIMA - A entrada de novos sócios dependerá da aprovação unânime de todos os sócios, sendo que, nenhum sócio poderá ceder ou transferir qualquer de suas quotas a terceiros sem previamente oferecer ao outro sócio o direito de adquiri-las.

CLÁUSULA OITAVA - As modificações do contrato social, mediante deliberações dos sócios, deverão observar as disposições contidas nos artigos 1071/1080 do Código Civil.

CLÁUSULA NONA - O exercício social terá início em 1° de janeiro e terminará em 31 de dezembro. Ao fim de cada exercício, será levantado o balanço patrimonial correspondente ao mesmo período, bem como, preparadas as demais demonstrações financeiras exigidas por lei. A sociedade poderá levantar balanços intermediários ou intercalares e distribuir os lucros evidenciados nos mesmos.

CLÁUSULA DÉCIMA - Os lucros líquidos ou prejuízos apurados serão distribuídos aos sócios proporcionalmente à participação de cada um no capital social.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – A sociedade se dissolverá nos casos previstos em lei e em caso de dissolução e liquidação da sociedade, será o liquidante escolhido pelos sócios, representando a maioria do capital social. Nessa hipótese, os haveres da sociedade serão empregados na liquidação das obrigações e o remanescente, se houver, será rateado entre os sócios em proporção ao número de quotas que cada um possuir.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - A retirada, exclusão, falecimento ou interdição de um dos sócios, não dissolverá a sociedade, que prosseguirá com o remanescente, pelo prazo previsto em lei, a menos que este resolva liquidá-la. Em caso de falecimento ou incapacidade judicialmente

VERIFICADO A AUTENTICIDADE DO DOCUMENTO VIA INTERNET.
Data: 24 02 25
Marcelo Silvestre dos Santos
Agente de Contratação
Decreto nº 043/2025
Camara Municipal de Candeias

JUCEB
Certifico o Registro sob o nº 29204560246 em 19/10/2018
Protocolo 188225196 de 18/10/2018
Nome da empresa BAIANA NET TELECOM LTDA NIRE 29204560246
Este documento pode ser verificado em http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx
Chancela 215589191351118
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 19/10/2018
por Hélio Portela Ramos - Secretário Geral

CONTRATO SOCIAL POR TRANSFORMAÇÃO DE EMPRESÁRIO INDIVIDUAL EM SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA

BAIANA NET TELECOM LTDA.

declarada de qualquer dos sócios, os herdeiros ou sucessores do sócio falecido ou incapacitado poderão ingressar na sociedade em sua substituição.

Parágrafo Primeiro - Nos casos previstos pelo "caput" desta cláusula, somente poderão ingressar na sociedade profissionais que atendam as exigências previstas na legislação pertinente às organizações contábeis.

Parágrafo Segundo - Em tendo ocorrido o falecimento ou interdição de um dos sócios, o inventariante ou o curador, respectivamente, não terão poderes de administração, a menos que sejam da mesma categoria profissional do falecido ou interdito.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - Os sócios declaram, sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar(em) sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - Todo e qualquer litígio oriundo deste contrato, seja entre os sócios, seja entre o sócio e a sociedade, mesmo durante a fase de liquidação, poderá ser submetido ao Juízo Arbitral, conforme os dispositivos da Lei 9.307/96, vedado o recurso à equidade.

Parágrafo único - Para as controvérsias que forem incompatíveis de serem solucionadas pelo procedimento arbitral, por não versarem sobre direitos patrimoniais disponíveis, fica eleito o foro do Município de Candeias, Estado da Bahia, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja. O foro ora eleito também será competente para o processamento e a execução da sentença arbitral.

E, por estarem assim justos e contratados, lavram este instrumento.

CANDEIAS - BA , 27 de Setembro de 2018.

Carlos Alberto de Oliveira
Carlos Alberto de Oliveira
CPF: 113.396.245-91

João Vitor Tavares de Oliveira 24 02 25
João Vitor Tavares de Oliveira
CPF: 812.997.105-49

Lorena Varjão Oliveira
Lorena Varjão Oliveira
CPF: 013.658.675-95

Marcelo Silvestre dos Santos
Agente de Contratação
Decreto nº 003/2025
Camara Municipal de Candeias

RECONHECIMENTO NO VERSO

TABELIONATO DE NOTAS E PROTESTO DE CANDEIAS / BA
Selo de Autenticidade
1466.AB249645-9
1466.AB247104-9

Certifico o Registro sob o nº 29204560246 em 19/10/2018
Protocolo 188225196 de 18/10/2018
Nome da empresa BAIANA NET TELECOM LTDA NIRE 29204560246
Este documento pode ser verificado em http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx
Chancela 215589191351118
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 19/10/2018
por Hélio Portela Ramos - Secretário Geral



4º TABELIONATO DE NOTAS
Bel. Gustavo Calmon J. Andrade - Tabelião

Reconheço por SEMELHANCA 0001 e(s) assinatura(s) - de LORENA VARJAO OLIVEIRA (10188281), dou fe. ---
Salvador, 10/10/2018
Selo(s): 1604.AD 277234-6
Em testemunho ( ) da verdade.
JOZETE FRANCISCA DE SOUZA OLIVEIRA
ESCREVENTE AUTORIZADA

Selo de Autenticidade
Tribunal de Justiça do Estado da Bahia
Ato Notarial ou de Registro
1604.AD277234-6

VERIFICADO A AUTENTICIDADE DO DOCUMENTO VIA INTERNET.

24 02 25

Marcelo Silvestre dos Santos
Agente de Contratação
Decreto nº 003/2025
Câmara Municipal de Candeias

JUCEB

Certifico o Registro sob o nº 29204560246 em 19/10/2018
Protocolo 188225196 de 18/10/2018
Nome da empresa BAIANA NET TELECOM LTDA NIRE 29204560246
Este documento pode ser verificado em http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx
Chancela 215589191351118
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 19/10/2018
por Hélio Portela Ramos - Secretário Geral

57

JUCEB
Junta Comercial do Estado da Bahia

188225196

TERMO DE AUTENTICAÇÃO

NOME DA EMPRESA	BAIANA NET TELECOM LTDA
PROTOCOLO	188225196 - 18/10/2018
ATO	090 - CONTRATO
EVENTO	046 - TRANSFORMACAO

MATRIZ

NIRE 29204560246
CNPJ 21.291.445/0001-48
CERTIFICO O REGISTRO EM 19/10/2018

ESTADO DA BAHIA
PER ARDUA SURGO
BRASIL

24 02 25

HÉLIO PORTELA RAMOS
Secretário Geral

Marcelo Silvestre dos Santos
Agente de Contratação
Decreto nº 003/2025
Câmara Municipal de Candeias

1

Junta Comercial do Estado da Bahia

19/10/2018

Certifico o Registro sob o nº 29204560246 em 19/10/2018
Protocolo 188225196 de 18/10/2018
Nome da empresa BAIANA NET TELECOM LTDA NIRE 29204560246
Este documento pode ser verificado em http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx
Chancela 215589191351118
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 19/10/2018
por Hélio Portela Ramos - Secretário Geral



Câmara Municipal de Candeias
CONFERE COM O ORIGINAL
Marcelo Silvestre dos Santos
Agente de Contratação
Decreto nº 003/2025
Câmara Municipal de Candeias





Câmara Municipal de Candeias
CONFERE COM O ORIGINAL
Assinatura

Marcelo Silvestre dos Santos
Agente de Contratação
Decreto nº 003/2025
Câmara Municipal de Candeias

ESTADO DA BAHIA

Câmara Municipal de Candeias

Região Metropolitana

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

ATESTAMOS, para os devidos fins, que a empresa BAIANA NET TELECOM LTDA, com sede na Rua Joana Angélica, nº 395, Térreo, Bairro Malembá, CEP 43.805-570, cidade de Candeias/BA, inscrita no CNPJ sob o nº 21.291.445/0001-48, executou para a CAMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS, inscrita no CNPJ sob o nº 13.612.254/0001-02, em conformidade com as especificações técnicas e normas da ABNT os serviços de: Instalação de equipamentos e serviço de telefonia VOIP com PABX e terminais telefônicos IP, conforme declaração em anexo.

Início dos serviços: 01/04/2024

Término dos serviços: 11/04/2024

Endereço dos serviços: Avenida dos Três Poderes, s/n, Bairro Ouro Negro, CEP 43805-190, na cidade de Candeias, estado da Bahia.

Valor do Contrato: R$ 4.600,00

Profissional Responsável Técnico: Engenheiro Eletricista, Diego de Menezes Oliveira

ART: BA20240720081

Candeias/BA, 17 de abril de 2024

Câmara Municipal de Candeias
CONFERE COM O ORIGINAL

Marcelo Silvestre dos Santos
Agente de Contratação
Decreto nº 003/2025
Camara Municipal de Candeias

Carlos Augusto Guedes da Silva
Diretor Administrativo
CPF Nº 223.835.575-87

Carlos Augusto Guedes Ferreira
Diretor Administrativo
Decreto 002/2023
Camara Municipal de Candeias

13612254/0001-02
CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS
AV. DOS TRÊS PODERES, S/Nº
OURO NEGRO - CEP. 43805 - 190
CANDEIAS - BA

JOCAL
CONSULTORIA

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos, para os devidos fins, que a empresa **Baiana Net Telecom Ltda**, inscrita no CNPJ sob o nº 21.291.445/0001-48, **estabelecida na Rua Joana Angélica, nº 395, Bairro Malembá, na cidade Candeias,** *Estado da Bahia*, **presta à JOCAL EMPREENDIMENTOS CONTABEIS LTDA, CNPJ nº 17.211.730/0001-34, estabelecida na Rua** PC MILTON BULCAO LEMOS, **nº** 10, **bairro** MALEMBA, **na cidade de** *Candeias/BA*, CEP 43.805-660, o serviço de solução integrada de comunicação VOIP baseada em protocolo SIP, bem como o fornecimento dos equipamentos necessários, instalação e manutenção dos mesmos.

Informamos ainda que, a prestação dos serviços citados acima apresentam bom desempenho operacional, tendo a empresa cumprido fielmente com suas obrigações, nada constando que a desabone técnica e comercialmente, até a presente data.

Câmara Municipal de Candeias
CONFERE COM O ORIGINAL
Assinatura

Marcelo Silvestre dos Santos
Agente de Contratação
Decreto nº 003/2025
Câmara Municipal de Candeias

Candeias, 19 de fevereiro de 2024

José Carlos Lima de Almeida
Contador
CRC 017625.0-3-BA
JOSÉ CARLOS LIMA DE ALMEIDA

Câmara Municipal de Candeias
CONFERE COM O ORIGINAL
Assinatura
Marcelo Silvestre dos Santos
Agente de Contrataçao
Decreto 001 2024

JOSE CARLOS LIMA DE ALMEIDA
Sócio-Administrador
(CPF 395.536.635-91)

62

Boletim de Serviço Eletrônico em 02/10/2020
DOU de 02/10/2020, seção 1, página 9

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

ATO Nº 5498, DE 22 DE SETEMBRO DE 2020

O GERENTE DE OUTORGA E LICENCIAMENTO DE ESTAÇÕES DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 183, do Regimento Interno da Anatel, aprovado pela Resolução nº 612, de 29 de abril de 2013, e

CONSIDERANDO o disposto na Portaria n.º 1.919, de 20 de setembro de 2019, que delega competência à Gerência de Outorga e Licenciamento de Estações para outorgar autorização para exploração de serviços de telecomunicações e de autorização de uso de radiofrequências, não decorrentes de procedimentos licitatórios, bem como decidir pela adaptação, prorrogação e extinção, exceto por caducidade, e

CONSIDERANDO o disposto no Regulamento dos Serviços de Telecomunicações, aprovado pela Resolução nº 73, de 25 de novembro de 1998;

CONSIDERANDO que, conforme dispõe o § 1º do art. 3º do Regulamento Geral de Outorgas, aprovado pela Resolução nº 720, de 10 de fevereiro de 2020, a autorização para a exploração de serviço de telecomunicações será expedida por prazo indeterminado e a título oneroso, e independerá de licitação, salvo em caso de impossibilidade técnica ou, excepcionalmente, quando o excesso de competidores puder comprometer a prestação de uma modalidade de serviço de interesse coletivo;

CONSIDERANDO o constante dos autos do processo nº 53500.043843/2020-88,

RESOLVE:

Art. 1º Consolidar e adaptar as autorizações expedidas em favor da BAIANA NET TELECOM LTDA , CNPJ/MF nº 21.291.445/0001-48, outorgando à entidade a explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Parágrafo único. Esta consolidação e adaptação é efetuada de ofício e sem custo para o administrado, conforme art. 31 do Regulamento Geral de Outorgas - RGO.

Art. 2º O uso de radiofrequência, quando necessário, tendo ou não caráter de exclusividade, dependerá de prévia outorga da Agência, mediante autorização, nos termos da regulamentação e da respectiva consignação, que se dará mediante ato da autoridade competente.

Art. 3º Estabelecer que os equipamentos que compõem as estações de telecomunicações do serviço devem ter certificação expedida ou aceita pela Anatel, segundo as normas vigentes.

Art. 4º Este Ato entra em vigor na data de publicação de seu extrato no Diário Oficial da União.

Documento assinado eletronicamente por **Renato Sales Bizerra Aguiar, Gerente de Outorga e Licenciamento de Estações**, em 01/10/2020, às 11:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 23, inciso II, da Portaria nº 912/2017 da Anatel.

A autenticidade deste documento pode ser conferida em http://www.anatel.gov.br/autenticidade, informando o código verificador **5997833** e o código CRC **1CE74746**.

VERIFICADO A AUTENTICIDADE DO DOCUMENTO VIA INTERNET

24 02 25

Marcelo Silvestre dos Santos
Agente de Contratação
Decreto nº 003/2025
Câmara Municipal de Candeias

Acesso à Informação BRASIL

ANATEL Agência Nacional de Telecomunicações

BOA TARDE
HUMBERTO ANTUNES

Sistemas Interativos

Menu Principal

STEL >> Consultas >> Entidades (218) >> Contrato | menu ajuda

Detalhe do Contrato

Entidade

Razão Social/Nome:	BAIANA NET TELECOM LTDA				
CNPJ/CPF:	21291445000148	**Tipo Usuário:**	3 - Integral	**Situação CNPJ/CPF:**	Entidade não possui débitos
Sigla:		**Nome Fantasia:**	BAIANA NET TELECOM		
Inscrição Estadual:		**Atividade Empresa:**			
End. Eletrônico:					
Home Page:					
Observação:					

Serviço Explorado

Nº Fistel:	50415171938	**Nº Processo:**	53500065103201705 (SICAP)
Serviço:	045 - (SCM) - Serviço de Comunicação Multimídia		
Sigla Empresa:			
Classe Correpondência:	CV - EXCLUSIVAMENTE CORRESPONDENCIA DE EMPRESA PRIVADA	**Interesse:**	COLETIVO
End. Eletrônico:			
Observação:			
Fistel Devedor:	Não	**Situação Fistel:**	Não licenciado

Atos Emitidos

Contrato - Clique no mapa ao lado para visualizar a Área de Prestação deste contrato

Modalidade:	N				
Nº Entidade:	4375408	**Tipo:**	Autorização	**Situação:**	Em Vigor
Nº Ato:	11275/2017	**Data:**	14/08/2017	**Data Publicação:**	28/08/2017
Nº Contrato:		**Data:**		**Data Publicação:**	
Data Validade Final:				**Data Validade Radiofrequencia:**	
Observação:					

Estações

Licenciadas:	0	**Terminais:**	0
Total:	0		

Endereço Sede

País:	Brasil						
Cep:	43805570	**Logradouro:**	RUA JOANA ANGELICA				
Número:	395	**Complemento:**	: TERREO;	**Bairro:**	MALEMBA	**UF:**	BA
Município:	Candeias	**Distrito:**		**SubDistrito:**			

- Telefones

Principal:	(71)3605-7803
Comercial1:	(71)9654-6532

Endereço Correspondência

Destinatário:							
País:	Brasil						
Cep:	43805570	**Logradouro:**	Rua Joana Angélica				
Número:	395	**Complemento:**	Térreo	**Bairro:**	Malembá	**UF:**	BA
Município:	Candeias	**Distrito:**		**SubDistrito:**			

- Telefones

Telefones não cadastrados

VERIFICADO A AUTENTICIDADE DO DOCUMENTO VIA INTERNET.

Data: 24 02 25

Marcelo Silvestre dos Santos
Agente de Contratação
Decreto 003/2025
Câmara Municipal de Candeias

ESTADO DA BAHIA
Câmara Municipal de Candeias
Região Metropolitana

Ofício Requisitório

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

Ao

Ilmo(ª) Senhor(a) Rosana de Souza Silva

Presidente da Câmara Municipal de Candeias, Bahia.

Venho, por meio desta missiva, encarecer a abertura de processo administrativo para Contratação de empresa para Prestação de serviço de solução integrada de comunicação VOIP baseada em protocolo SIP, com fornecimento de servidor local e redundância em nuvem e operação de STFC, juntamente com o fornecimento em comodato de aparelhos e ramais IP, incluindo instalação, configuração, treinamento, suporte técnico e portabilidade numérica dos atuais números, para atender as necessidades da Câmara Municipal de Candeias - Bahia, de acordo com as especificações e quantitativos previstos no termo de referência.

Ainda na condição de Diretor Administrativo, venho à presença de V. Exa., em cumprimento as exigências contidas na Lei n° 14.133/21, expor Requisição para abertura de processo administrativo, termo de referência para dispensa de licitação, estimativa de despesa e pesquisa de mercado, quadro resumo para seleção dos potenciais fornecedores e documentos para contratação direta.

I- DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A operação do Serviço Telefônico Fixo Comutado STFC compreende ligações locais e ligações de longa distância nacional, bem como ligações ao sistema de telefonia móvel celular, local e longa distância nacional, por meio de um entroncamento SIP (Session Initiation Protocol), com

redundância de acesso e com capacidade para inicial de 200 (duzentos) ramais com capacidade de expansão, conforme descrito neste Termo de Referência.

Necessidade latente de modernização do serviço de telefonia, proporcionando segurança, agilidade, escalabilidade, utilizando o protocolo IP, com implementações rápidas e eficientes decenários complexos, que não é possível com o cenário utilizado atualmente e que notoriamente segue em descontinuação pelas atuais prestadoras, além da possibilidade de agregar diversos cenários onde as mudanças tecnológicas são imprescindíveis, como: home-office, teleconferência.

Em síntese, a necessidade de contratação desses serviços se fundamenta na busca pela eficiência operacional, otimização do atendimento ao público, melhoria na comunicação interna, promoção da transparência e *accountability*, além da modernização da instituição. Ao atender essas demandas, a Câmara Municipal de Vereadores reafirma seu compromisso com a qualidade dos serviços prestados à comunidade e com a promoção de uma gestão pública eficaz.

Ante as razões elencadas supra, que, diga-se de passagem, não são as únicas, é que se justifica a necessidade da contratação em vértice.

Assim, resta evidente que o quanto elencado alhures amplificou a obrigatoriedade desta Casa em adotar de medidas que tenha por escopo atender essas finalidades, sendo a principal delas, justamente, a aderência à realidade do e-social.

Nesse sentido, a Diretoria Administrativa, considerando a necessidade acima revelada e justificada, solicita e encarece pela contratação de empresa, para prestar os

serviços necessários à continuidade das atividades administrativas.

II - DA ESTIMATIVA DE DESPESAS, DA COMPATIBILIDADE COM OS PREÇOS PRATICADOS NO MERCADO E DA ESCOLHA DO PRESTADOR DE SERVIÇOS.

Na dicção do art. 72, II, do Novel Estatuto Licitatório (Lei n. 14.133/21), compete à autoridade solicitante da despesa, a qual será paga mediante prévio processo de contratação direta, por dispensa de licitação, demonstrar a estimativa da despesa que está a reclamar sua pactuação. Portanto, nesse rumo, registra-se que, fazendo um apanhado do modo como o contrato merece ser executado, sua complexidade, volume de demanda, conhecimento específico, custos diretos e indiretos, além dos fiscais e de deslocamento, chega-se à constatação que a estimativa da despesa é de **R$ 58.200,00 (cinquenta e oito mil e duzentos reais)**, consoante revela mapa de preços confeccionado.

De acordo com o inciso VII do art. 72 da Lei n. 14.133/21, nos procedimentos de dispensa de licitação a Administração Pública deve justificar a compatibilidade do preço contratado com o valor praticado pelo mercado e as razões para definição do prestador.

Nesse contexto, a Câmara Municipal de Candeias (BA), para justificar o preço da contratação ora pretendida, utilizou-se para análise de preços as cotações com potenciais prestadores de serviços.

ESTADO DA BAHIA
Câmara Municipal de Candeias
Região Metropolitana

Dessa forma, após concluída a pesquisa de preços, as quais seguem encartadas, e levando em conta o valor pretendido, bem ainda as qualificações técnicas mínimas buscadas, chega-se a empresa **BAIANA NET TELECOM LTDA ME**, figurando como a melhor opção entre os pesquisados, porquanto demonstra experiência e capacidade para execução dos serviços, naturalmente pelo seu acervo técnico, além do que possui o preço mais vantajoso para a Administração, daí, portanto, a escolha recair na empresa acima referida.

Assim, após as razões acima expostas, infere-se que a proposta desenvolvida pela empresa **BAIANA NET TELECOM LTDA ME, CNPJ nº 21.291.445/0001-48**, mais se ajusta aos anseios desta Administração, porquanto, para além de demonstrar habilitação necessária, revelou-se a mais econômico aos cofres públicos.

CONCLUSÃO

Logo, diante das informações acima trazidas e os documentos que instruem o presente Memorando, requer que V. Exa., após análise, autorize a abertura de procedimento administrativo para dispensa de licitação com o objetivo de adquirir o mencionado objeto.

CANDEIAS-BA, 24 de fevereiro de 2025.

Everaldo Silva Aragão Filho
DIRETOR ADMINISTRATIVO

ESTADO DA BAHIA
Câmara Municipal de Candeias
Região Metropolitana

TERMO DE REFERÊNCIA

End.: Av. dos Três Poderes, s/n – Bairro Ouro Negro.
CEP: 43.800-000 – Candeias – Ba – Tel.: 71 – 3190-3989

ESTADO DA BAHIA
Câmara Municipal de Candeias
Região Metropolitana

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO E DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, "a" e "i", da Lei n. 14.133/2021).

1.1. **OBJETO**: Prestação de serviço de solução integrada de comunicação VOIP baseada em protocolo SIP, com fornecimento de servidor local e redundância em nuvem e operação de STFC, juntamente com o fornecimento em comodato de aparelhos e ramais IP, incluindo instalação, configuração, treinamento, suporte técnico e portabilidade numérica dos atuais números, para atender as necessidades da Câmara Municipal de Candeias - Bahia.

1.2. **DAS ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADE**:

Item	Especificações	Und	Qtde
01	Prestação de serviço de solução integrada de comunicação VOIP baseada em protocolo SIP, com fornecimento de servidor local e redundância em nuvem e operação de STFC, juntamente com o fornecimento em comodato de aparelhos e ramais IP, incluindo instalação, configuração, treinamento, suporte técnico e portabilidade numérica dos atuais números, para atender as necessidades da Câmara Municipal de Candeias-Bahia.	Mês	12

1.3. O detalhamento do objeto elencado no subitem anterior está elencada no arquivo em anexo.

1.4. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Federal n.º 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.5. **O objeto desta contratação é caracterizado como comum**, pois, como pode ser visto na sua descrição, os padrões de desempenho e qualidade puderam ser objetivamente definidos pelo Termo de Referência, por meio de especificações usuais de mercado, ou seja, figura como objeto amplamente disponível no mercado, cujas variações de qualidade não se revelam significativas.

1.6. **O prazo de vigência da contratação é de 12 meses**, contados da assinatura do Contrato, na forma do artigo 105, da Lei nº 14.133/2021, podendo ser prorrogado, de acordo com a legislação de regência.

1.6.1. O objeto em questão configura-se como prestação de serviços contínuo, conforme definido pelo art. 6º, inciso XV, da Lei nº 14.133/21, uma vez que visa assegurar a manutenção de atividade essencial, cuja natureza se caracteriza por uma necessidade permanente e imprescindível aos usuários dos serviços prestados pela Administração. A continuidade da prestação de serviços é, portanto, fundamental para o adequado atendimento e a regularidade das atividades institucionais, atendendo aos princípios de eficiência e eficácia na prestação de serviços públicos.

1.6.2. A minuta do contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.7. **DO PARCELAMENTO DO OBJETO**:

1.7.1. Consoante o disposto no inciso VIII do art. 18 da Lei nº 14.133/21, a Administração Pública, em sua atuação, é instada a dividir as contratações de obras, serviços e compras em tantas parcelas quantas se revelarem técnica e economicamente viáveis, com o escopo de otimizar os recursos financeiros e promover o incremento da competitividade entre os licitantes, sem renunciar à economia de escala. Essa divisão objetiva, em regra, proporcionar melhor aproveitamento das alternativas do mercado, fomentando um cenário de ampla disputa entre os potenciais prestadores de serviços.

1.7.2. No presente caso, contudo, a opção pela prestação de serviços do objeto em lote único justifica-se amplamente, haja vista que tal configuração propicia à Administração uma melhor relação custo-benefício, notadamente em razão da economia de escala proporcionada pela contratação única. Esse formato não compromete, de modo algum, a concorrência, uma vez que o mercado é amplamente composto por prestadores de serviços capazes de atender ao escopo integral da contratação, abrangendo todos os itens demandados sem quaisquer dificuldades operacionais. Assim, a manutenção do objeto em lote único garante não apenas a obtenção de preços mais vantajosos, mas também assegura a eficiência e a coesão na prestação de serviços dos bens e serviços envolvidos.

1.7.3. Além dos benefícios econômicos, a escolha de não parcelar o objeto encontra respaldo na necessidade técnica de se garantir a integralidade e a padronização da prestação de serviços, evitando, assim, potenciais incompatibilidades entre diferentes prestadores de serviços e minimizando os riscos inerentes à execução fragmentada. Ao centralizar a responsabilidade em um único prestador de serviço, possibilita-se um controle mais eficaz sobre a qualidade do objeto adquirido, especialmente no que concerne ao atendimento das especificações técnicas exigidas e à solução de eventuais inconformidades que possam surgir.

1.7.4. A não fragmentação, portanto, não apenas resguarda a economia de escala, mas também preserva a eficiência operacional da Administração, permitindo uma execução uniforme e contínua das atividades vinculadas a prestação de serviços do objeto. Em se tratando de um lote único, tal escolha reflete um planejamento estratégico voltado à otimização dos recursos públicos, observando-se os princípios de economicidade e eficiência que devem nortear as contratações públicas.

1.7.5. Diante do exposto, resta demonstrada a viabilidade e a vantajosidade do formato proposto, bem como a ausência de óbices legais para sua adoção, uma vez que a prestação de serviços em lote único, nos moldes ora propostos, favorece a consecução dos objetivos institucionais, com estrita observância aos preceitos legais e aos princípios que regem a Administração Pública.

1.8. **JUSTIFICATIVA DO QUANTITATIVO ELEITO:**

1.8.1. Os quantitativos definidos resultam de um levantamento rigoroso das ações realizadas pela Administração Pública, considerando a singularidade e as necessidades específicas de cada evento ou atividade. Tal análise, conduzida com critério e precisão, possibilitou a determinação de quantitativos que se alinham às demandas reais da Contratante, garantindo que a execução do objeto atenda aos padrões de qualidade e apresentação esperados, de modo a proporcionar a ambientação apropriada aos distintos contextos institucionais.

1.8.2. Além do levantamento detalhado, a definição dos quantitativos foi embasada em experiências acumuladas em exercícios anteriores, proporcionando uma referência sólida para estimar com exatidão as quantidades de materiais indispensáveis. Esse histórico de dados serve como parâmetro seguro para prevenir tanto a insuficiência quanto o excesso de itens, assegurando que os recursos públicos sejam empregados de forma racional e eficiente.

1.8.3. Assim, os quantitativos estabelecidos refletem uma metodologia fundamentada e meticulosa, direcionada para a realização de eventos e ações de alto nível que promovam a imagem institucional da Administração Pública. Dessa forma, busca-se garantir não apenas a eficiência e a qualidade das atividades executadas, mas também a otimização dos recursos e a observância dos princípios de economicidade e responsabilidade.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'b' da Lei n. 14.133/2021).

2.1 A Câmara Municipal de Vereadores de Candeias recebe, diariamente, um número elevado de ligações, as quais são direcionadas aos mais diversos setores desta Edilidade, inclusive aos próprios parlamentares, que tem nesse canal um dos principais meios de comunicação com a população local.

2.2. Diante desse cenário, surgiram as seguintes necessidades:

a) Deficiências no Atendimento e Triagem de Demandas da Comunidade.

A atual estrutura de atendimento da Câmara Municipal tem apresentado deficiências significativas na recepção, triagem e encaminhamento das demandas apresentadas pela comunidade. Essas dificuldades impactam diretamente na eficácia do serviço público prestado pela instituição, resultando em atrasos, falhas na comunicação e, consequentemente, na insatisfação dos munícipes.

b) Sobrecarga no Atendimento Manual.

A crescente demanda por informações e serviços por parte dos cidadãos tem sobrecarregado o sistema de atendimento atualmente em vigor. O atendimento manual resulta em longos tempos de espera, retrabalho e, em alguns casos, na não resolução eficiente das demandas.

c) Falta de Direcionamento Adequado.

Os registros mostram que, por vezes, houve a distribuição ineficaz das demandas aos setores responsáveis. Isso não apenas aumenta o tempo de resolução, mas também propicia a perda de informações importantes durante o processo de repasse interno.

d) Ineficiência na Resolução de Demandas Urgentes.

Tais deficiências podem comprometer a capacidade da Câmara Municipal de priorizar e atender prontamente demandas consideradas urgentes. Isso impacta diretamente na capacidade da instituição de responder de maneira eficiente a situações críticas que necessitam de intervenção imediata.

e) Lacuna na Prestação de Contas e Transparência.

O modelo atualmente estruturado também dificulta a prestação de contas à comunidade. A falta de rastreabilidade e registro detalhado das interações prejudica a transparência e a capacidade de apresentar relatórios precisos sobre o volume e a natureza das demandas.

recebidas e resolvidas.

f) Necessidade de Modernização e Eficiência.

Além das questões operacionais, a Câmara Municipal reconhece a necessidade de modernização para alinhar-se às expectativas da sociedade contemporânea.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'c')

3.1. Com vistas a satisfazer a necessidade descrita no item anterior, pelos prepostos desta instituição foi elaborada pesquisa de mercado, através da qual foi identificada que a contratação dos serviços descritos no item 1 é o que melhor satisfaz tal demanda, tendo em conta as seguintes razões:

a) Aumento da Eficiência Operacional.

A Câmara Municipal de Vereadores é uma instituição pública cuja missão é representar os interesses da população e zelar pelo bom funcionamento da administração municipal. A implementação de um sistema dessa natureza visa aprimorar a eficiência operacional da instituição, possibilitando o tratamento ágil e assertivo das demandas apresentadas pela comunidade.

b) Otimização do Atendimento ao Público.

A contratação desses serviços permite a otimização do atendimento ao público, proporcionando uma resposta rápida e direcionada às demandas apresentadas pelos cidadãos. Com a utilização desse sistema, bem como a implementação de uma URA eficiente, será possível receber, triar e encaminhar as ligações de maneira mais eficaz, garantindo uma experiência satisfatória aos munícipes.

c) Melhoria na Comunicação Interna.

O sistema em destaque não se limita apenas ao contato com o público externo, mas também otimiza a comunicação interna da Câmara Municipal. Ao direcionar as chamadas para os setores adequados de forma automática, reduzimos o tempo de espera e minimizamos possíveis ruídos na transmissão de informações internas, contribuindo para uma gestão mais eficiente e transparente.

d) Transparência e Accountability.

A implementação desse sistema fortalece os princípios da transparência e accountability ao possibilitar o rastreamento e registro das interações realizadas. Isso cria um histórico detalhado das demandas recebidas e das ações tomadas, proporcionando uma base sólida para avaliações de desempenho, prestação de contas e aprimoramento contínuo dos serviços oferecidos pela Câmara Municipal.

e) Modernização e Alinhamento com as Práticas Atuais.

Diante do cenário atual, é imperativo que as instituições públicas adotem tecnologias modernas para acompanhar as expectativas da sociedade. A contratação de serviços de atendimento representa um passo em direção à modernização da Câmara Municipal, alinhando-a com as práticas contemporâneas de gestão e atendimento ao público.

3.2 Conclusão:

Em síntese, a necessidade de contratação desses serviços se fundamenta na busca pela eficiência operacional, otimização do atendimento ao público, melhoria na comunicação interna, promoção da transparência e accountability, além da modernização da instituição. Ao atender essas demandas, a Câmara Municipal de Vereadores reafirma seu compromisso com a qualidade dos serviços prestados à comunidade e com a promoção de uma gestão pública eficaz.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea 'd' da Lei nº 14.133/21)

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade aplicáveis à contratação, os requisitos da contratação estão detalhados neste instrumento.

4.2. Imperiosa, ainda, a apresentação da documentação prevista no alusivo à FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO PRESTADOR DE SERVIÇO, deste Termo de Referência.

4.3. **Subcontratação:**

4.3.1. É vedada a subcontratação.

4.4. **Garantia da contratação:**

4.4.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, diante da natureza do objeto.

5. MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL (arts. 6º, XXIII, alínea "e" da Lei n. 14.133/2021).

5.1. **Comunicações e Convocação:**

5.1.1. Após a assinatura do contrato, a Administração poderá convocar a Contratada para uma reunião inicial com o intuito de apresentar o plano de fiscalização. Este documento deverá detalhar as obrigações contratuais, os mecanismos de monitoramento, as diretrizes para a execução do objeto, o plano operacional de prestação de serviços (quando aplicável), o método de avaliação dos resultados e as sanções cabíveis, garantindo uma execução eficiente e transparente do contrato.

5.1.2. A Administração poderá convocar um representante da Contratada para discussões e orientações, especialmente nos casos em que se demandem providências imediatas, assegurando a continuidade e a qualidade dos serviços prestados.

5.1.3. Todas as comunicações entre a Administração e a Contratada deverão ser formalizadas por escrito, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica quando a celeridade do ato o exigir, respeitando as disposições legais aplicáveis.

5.2. Forma de Execução Contratual.

5.2.1. A contratada será responsável pela prestação dos serviços, rigorosamente em conformidade com as especificações técnicas exigidas, garantindo que os serviços atendam aos padrões de qualidade e desempenho.

5.2.2. Os serviços deverão ser realizados no local designado pela Administração, atendendo às solicitações do Gestor do Contrato e às necessidades operacionais da administração.

5.2.3. As solicitações deverão ser atendidas no prazo máximo de até 5 dias úteis após o recebimento da Ordem de Serviço, garantindo a funcionalidade e continuidade das atividades administrativas e legislativas.

5.2.4. O atendimento deverá ocorrer de segunda a sexta-feira, das 8h às 17h, salvo orientação específica do Gestor do Contrato para atender demandas extraordinárias ou urgentes.

5.2.5. Os serviços deverão ser realizados de forma contínua e ajustada, conforme as necessidades identificadas pelo Gestor do Contrato, respeitando as especificações e condições estabelecidas.

5.2.6. Todo o transporte de equipamentos, caso necessário, será de exclusiva responsabilidade da contratada, assegurando a integridade dos dispositivos durante o transporte e a devolução ao local de uso em perfeitas condições de funcionamento.

5.2.7. A contratada deverá responder prontamente às Ordens de Serviço enviadas pelo Gestor do Contrato por meio eletrônico, garantindo o cumprimento dos prazos e condições estabelecidas no pedido.

5.2.8. Caso solicitado, a contratada deverá realizar testes nos equipamentos após a execução dos serviços para assegurar sua funcionalidade e conformidade com as especificações.

5.2.9. Qualquer defeito ou inconformidade identificado nos serviços prestados deverá ser corrigido pela contratada no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, sem ônus adicional para a Administração.

5.3. **Suspensão e Prorrogação do Contrato:**

5.3.1. Em casos de paralisação ou suspensão temporária do contrato, devidamente justificados, o cronograma de execução será automaticamente prorrogado pelo período correspondente, com registro das circunstâncias em apostilamento contratual.

5.4. **Inexecução e Substituições:**

5.4.1. O contrato deverá ser executado em sua totalidade pelas partes, observando-se as cláusulas avençadas e as normas estabelecidas pela Lei nº 14.133/2021, sendo cada parte responsável pelas consequências de uma eventual inexecução total ou parcial.

5.4.2. Caso as refeições fornecidas apresentem desconformidades com os padrões exigidos, a Contratada deverá efetuar a substituição dos itens em até 3 dias úteis, após notificação, sem ônus adicional para a Administração.

6. DA GESTÃO CONTRATUAL E FISCALIZAÇÃO

6.1. O objetivo da gestão do contrato é assegurar o cumprimento integral das obrigações contratuais por parte da empresa contratada, garantindo a qualidade da prestação de serviços e o atendimento às necessidades da administração pública.

6.2. O gestor do contrato deverá controlar os prazos para solicitação e entrega dos produtos, conforme estabelecido no cronograma contratual.

6.3. A contratada deverá cumprir rigorosamente os prazos de entrega definidos em cada solicitação formal.

6.4. Caso haja atraso na entrega, serão aplicadas as penalidades previstas no contrato, observadas as justificativas apresentadas pela contratada.

6.5. O gestor do contrato manterá um canal de comunicação constante com a empresa contratada, facilitando o encaminhamento de demandas, esclarecimentos e notificações.

6.6. Deverão ser mantidos registros detalhados de todas as entregas, inspeções, notificações e demais interações entre as partes, a fim de documentar o histórico da execução contratual e possibilitar a transparência e rastreabilidade do processo.

6.7. **Rotinas de Fiscalização Contratual**

6.7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, *caput*).

6.7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.7.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da contratada para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.7.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.8. **Preposto:**

6.8.1. A contratada deverá indicar, mediante declaração, um preposto, no Município, aceito pela fiscalização, durante o período de vigência do contrato, para representá-la administrativamente, sempre que for necessário. Na declaração deverá constar o nome completo, nº do CPF e do documento de identidade, além dos dados relacionados à sua qualificação profissional.

6.8.2. O preposto deverá estar apto a esclarecer as questões relacionadas às faturas dos serviços prestados, bem como quaisquer assuntos pertinentes ao bom andamento e execução do contrato.

6.8.3. A empresa orientará o seu preposto quanto à necessidade de acatar as orientações da Administração, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho.

6.8.4. A Contratada deverá manter preposto indicado durante todo o período contratual.

6.8.5. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

6.9. **Fiscalização:**

6.9.1. O acompanhamento da execução do contrato será levado a efeito pelos fiscais de contrato de cada secretaria, que exercerá a fiscalização técnica e a administrativa.

6.10. **Fiscalização Técnica:**

6.10.1. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração;

6.10.2. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei no 14.133, de 2021, art. 117, §1º);

6.10.3. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.10.4. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;

6.10.5. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato;

6.10.6. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.11. **Fiscalização Administrativa:**

6.11.1. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário;

6.11.2. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

6.12. **Gestor do Contrato:**

6.12.1. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração;

6.12.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência;

6.12.3. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que

obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.12.4. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei no 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.12.5. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração;

6.12.6. O gestor do contrato, ou, em sua ausência, o fiscal administrativo, deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

6.12.7. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da prestação do serviço, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos.

6.12.8. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

6.13. O fiscal do contrato será o Sr. Fabiane de Jesus Sales, servidor inscrito na matrícula nº 3952, conforme previsto no Decreto nº 004/2025.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1. DO RECEBIMENTO E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

7.1.1. **Do recebimento:**

7.1.2. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de

sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.1.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.1.4. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.1.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.1.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.1.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.1.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.2. **Liquidação:**

7.2.1. A nota fiscal, e/ou fatura, deverá ser emitida em nome do Órgão Contratante e será precedida da execução dos objetos, conforme este Termo de Referência.

7.2.2. A Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 15 (quinze) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

7.2.3. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.2.3.1. o prazo de validade;
7.2.3.2. a data da emissão;
7.2.3.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
7.2.3.4. o período respectivo de execução do contrato;
7.2.3.5. o valor a pagar; e
7.2.3.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.2.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.2.5. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta própria da Administração, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.2.6. A Administração deverá: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no Termo de Referência; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.2.7. Constatando-se a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.2.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.2.9. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.2.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

7.3. **Prazo de pagamento:**

7.3.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

7.3.2. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

7.3.3. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:
EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela a ser paga.
I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:
I = (TX) I =
(6 / 100) I = 0,00016438
= Percentual da taxa anual = 6%

7.4. **Forma de pagamento:**

7.4.1. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.4.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.4.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.4.3.1. Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ), Contribuição Social sobre o

Lucro Líquido (CSLL), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), e Contribuição para os Programas de Integração Social e Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep), na forma da Instrução Normativa RFB nº1.234 de 11 de janeiro de 2012, conforme determina o art. 64 da Leu nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996;

7.4.3.2. Contribuição previdenciária, correspondente a 11% (onze por cento), na forma da Instrução Normativa RFB nº 971 de 13 de novembro de 2009, conforme determina a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991;

7.4.3.3. Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), na forma da Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, combinada com a legislação pertinente.

7.4.3.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.4.4. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.5. **Antecipação de Pagamento**

7.5.1. A presente contratação não permite a antecipação de pagamento seja parcial ou total, conforme as regras previstas no presente tópico.

7.6. **Cessão de Crédito**

7.6.1. Não é admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME n.º 53, de 8 de julho de 2020, por tratar-se de regulação adstrita ao Governo Federal, em seu âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

7.6.2. A cessão fiduciária de direitos creditícios apenas poderá ser utilizada pela empresa contratada, quando houver regulamentação própria no âmbito desta Administração, às quais estarão reguladas por suas instruções normativas.

8. DO REAJUSTE.

8.1. Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas;

8.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da Contratada, os preços contratados poderão sofrer reajustes após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade;

8.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste;

8.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará à Contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a Contratada obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer;

8.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo;

8.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor;

8.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo;

8.8. O reajuste será realizado por Apostilamento.

9. DAS OBRIGAÇÕES

9.1. DO CONTRATANTE.

9.1.1. A CONTRATANTE deverá exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as disposições insertas no termo de referência, cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

9.1.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos itens adquiridos, por servidor ou comissão especialmente designados, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

9.1.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da prestação dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

9.1.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação de serviços, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

9.1.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber;

9.1.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

9.1.6.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados;

9.1.6.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

9.1.6.3. promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e

9.1.6.4. considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

9.1.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento das aquisições objeto do contrato;

9.1.8. Cientificar o órgão de representação judicial desta instituição para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;

9.1.9. Arquivar, dentre outros documentos, orçamentos, termos de recebimento, aditamentos, relatórios e notificações expedidas.

9.1.10. Decidir sobre eventuais alterações necessárias acerca da contratação, nos limites permitidos por lei, para melhor adequação de seu objeto.

9.1.11. Colocar à disposição da contratada os elementos e informações necessários à execução do objeto;

9.2.DA CONTRATADA

9.2.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência, se houver seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

9.2.2. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância das especificações do Termo de Referência, se houver, e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente as indicações que houver, como, por exemplo, da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia;

9.2.3. O objeto deve estar acompanhado, ainda, quando for o caso, do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

9.2.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.2.5. O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de 10 (dez) dias o produto com avarias ou defeitos;

9.2.6. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto do presente termo;

9.2.7. Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.2.8. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório;

9.2.9. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na Minuta de Contrato;

9.2.10. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.2.11. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato;

9.2.12. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

9.2.13. Sujeitar-se a mais ampla fiscalização por parte do Contratante, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações procedentes, caso ocorram;

9.2.14. A empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, juntamente com a fatura relativa ao serviço/prestação de serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.2.15. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

9.2.16. Cumprir as exigências das autoridades públicas;

9.2.17. Manter, durante toda a exceção do contrato, em conformidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;

10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO PRESTADOR/FORNECEDOR (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'h', da Lei n. 14.133/2021)

10.1. O prestador de serviço será selecionado por meio da realização de procedimento de DISPENSA DE LICITAÇÃO, com adoção do critério de julgamento pela MENOR PREÇO.

10.2. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis); e

b) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep).

10.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa prestadora/fornecedora e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

10.4. Caso conste na Consulta de Situação do Prestador a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

10.5. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de prestação de serviços similares, dentre outros.

10.6. A Contratada será convocada para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

10.7. É dever da Contratada manter atualizada a respectiva documentação de habilitação ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

10.8. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

10.9. Se a Contratada for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o prestador/prestador de serviço for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10.10. Serão aceitos registros de CNPJ de prestador/prestador de serviço matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10.11. Para fins de contratação, deverá o prestador/fornecedor comprovar os seguintes requisitos de habilitação:

10.11.1. Habilitação jurídica:

10.11.2. No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.11.3. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

10.11.4. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores.

10.11.5. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

10.11.6. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

10.11.7. decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;

10.11.8. No caso de exercício de atividade não listadas nos itens acima: ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, nos termos da legislação pertinente.

10.11.9. No caso de sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971

10.11.10. No caso de exercício de atividade não listadas nos itens acima: ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, nos termos do artigo nos termos da legislação correspondente;

10.11.11. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

10.12. Regularidade fiscal, social e trabalhista:

10.12.1. Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e/ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

10.12.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal ou estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

10.12.3. Certidão negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União;

10.12.4. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

10.12.5. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

10.12.6. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

10.12.7. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

10.12.8. O cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

10.12.9. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

10.12.10. Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

10.13. Qualificação Econômico-Financeira:

10.13.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

10.14. Qualificação Técnica:

10.14.1. Comprovação de aptidão para o prestação de serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

10.14.2. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia

do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços.

10.14.3. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

10.14.4. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do prestador de serviço.

10.14.5. O prestador de serviço disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, com dolo ou culpa o participante que:

11.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;
11.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
11.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;
11.1.4. deixar de entregar a documentação exigida ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo órgão licitante;
11.1.5. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
11.1.5.1. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
11.1.5.2. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
11.1.5.3. deixar de apresentar amostra, quando exigida;
11.1.5.4. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações requeridas;
11.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
11.1.7. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração
11.1.8. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
11.1.9. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

11.1.10. fraudar o procedimento ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
11.1.11. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
11.1.11.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
11.1.11.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
11.1.11.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
11.1.12. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
11.1.13. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
11.1.14. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;

11.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os participantes, em qualquer momento do processo.

11.3. Com fulcro na Lei 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos participantes as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
11.3.1. advertência;
11.3.2. multa;
11.3.3. impedimento de licitar e contratar;
11.3.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.4. Na aplicação das sanções serão considerados:
11.4.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
11.4.2. as peculiaridades do caso concreto;
11.4.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
11.4.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
11.4.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.5. A sanção prevista na cláusula 10.3.1 será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista na cláusula 10.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

11.6. A sanção prevista na cláusula 10.3.2, calculada na forma do Termo de Referência ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta

e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no item 10, deste Termo de Referência.

11.7. A sanção prevista na cláusula 10.3.3 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nas cláusulas 10.1.2, 10.1.3, 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6 e 10.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública do ente que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

11.8. A sanção prevista na item 10.3.4 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nas item 10.1.8, 10.1.9, 10.1.10, 10.1.11 e 10.1.12, bem como pelas infrações administrativas previstas nas item 10.1.2, 10.1.3, 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6 e 10.1.7, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida na item 10.7 deste Termo de Referência, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

11.9. As sanções previstas nas item 10.3.1, 10.3.3 e 10.3.4, poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na item 10.3.2.

11.10. Os atos previstos como infrações administrativas nas leis que versam sobre as licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

11.11. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

11.12. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente as legislações pertinentes.

11.13. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

11.14. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no em livro próprio, mantido nesta Administração.

11.15. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.16. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.17. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

11.18. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.19. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

11.20. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da Administração.

12.1.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

UNIDADE: 101 - CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEAIS –
ELEMENTO DE DESPESA: 3390.39.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURIDICA
PROJETO/ATIVIDADES: 2002 - GESTÃO DAS AÇÕES LEGISLATIVAS.

12.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

13. DISPOSIÇÕES GERAIS

11.2. A Administração reserva-se no direito de impugnar os serviços prestados, se esses não estiverem de acordo com as especificações contidas neste Termo de referência.

11.3. Os casos omissos serão resolvidos com base nos dispositivos constantes na Lei Federal 14.133/2021.

11.4. Fica eleito o foro da Comarca de Candeias como único e competente para dirimir quaisquer demandas do presente contrato, por mais privilegiado que outro possa ser.

Candeias, Bahia, **24** de **fevereiro** de **2025**.

Everaldo Silva Aragão Filho
Diretor Administrativo

ESTADO DA BAHIA

Câmara Municipal de Candeias

Região Metropolitana

ANEXO

1. DO OBJETO

Prestação dos serviços de solução integrada de comunicação VOIP baseada em protocolo SIP, com fornecimento de servidor local e redundância em nuvem e operação de STFC, juntamente com o fornecimento em comodato de aparelhos e ramais IP, incluindo instalação, configuração, treinamento, suporte técnico e portabilidade numérica dos atuais números, para atender as necessidades da Câmara Municipal de Vereadores de Candeias - Bahia.

2. JUSTIFICATIVA PARA CONTRATAÇÃO

A operação do Serviço Telefônico Fixo Comutado STFC compreende ligações locais e ligações de longa distância nacional, bem como ligações ao sistema de telefonia móvel celular, local e longa distância nacional, por meio de um entroncamento SIP (Session Initiation Protocol), com redundância de acesso e com capacidade para inicial de 200 (duzentos) ramais com capacidade de expansão, conforme descrito neste Termo de Referência.

Necessidade latente de modernização do serviço de telefonia, proporcionando segurança, agilidade, escalabilidade, utilizando o protocolo IP, com implementações rápidas e eficientes decenários complexos, quenão é possível com o cenário utilizado atualmente e que notoriamente segue em descontinuação pelas atuaisprestadoras, além da possibilidade de agregar diversos cenários onde as mudanças tecnológicas são imprescindíveis, como: home-office, teleconferência.

3. MATERIAL NECESSÁRIO PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.

Os serviços em destaque carecem da cessão, em regime de comodato, dos segunites materiais:

ITEM	QUANT
AC POINT WI-FI MESH IND OUT UNIFI WIFI UAP-AC-M	4
LS 1008G LITEWAVE 8-PORT GIGABIT DESKTOP SWITCH	3
RB 3011 UIAS-RM ROT D CORE 1.4GHZ ARM CPU 10XGBIT	1
CABO DE REDE CAT 6.	100 Metros
RJ45	20

4. CARACTERISTICAS DO SERVIÇO

4.1 Fornecimento de Sistema de PABX IP com tecnologia SIP, com instalação de servidor local e redundância em nuvem segura, de forma a oferecer alta disponibilidade de serviço.

4.2 A contratada deverá fornecer todos os equipamentos necessários ao pleno funcionamento do serviço, como: servidores, terminais IP, licenças de softphones, adaptadores ATA e qualquer outro equipamento mesmo não expresso nesse documento.

4.3 Todas as licenças de software necessárias ao pleno funcionamento do sistema deverão estar inclusas e previstas por toda a duração do prazo contratual.

4.4 Todos os equipamentos fornecidos deverão ser em regime do comodato e possuir o devido registro na ANATEL.

4.5 O sistema deverá prover suporte, no mínimo, aos seguintes codecs de voz padrões de mercado: G.711 type A law e G.711 type G.722; G.732.1 G.7263 2 G.729 ou G.729A ou G.729AB; ILBC.

4.6 O suporte técnico deverá estar disponível em regime 24x7 com fornecimento de numero do tipo 0800 para abertura de chamados e apresentado níveis de escalonamento de suporte em caso de falhas graves.

4.7 O Sistema de Comunicação e os demais componentes que estão especificados neste edital devem suportar o serviço VOIP tanto sobre IPv4 quanto sobre IPv6;

4.8 A Solução deve comportar o processo de autenticação de usuário para qualquer aparelho ou software.

4.9 A CONTRATADA será responsável pela prestação de serviços de provimento de infraestrutura e operação do Serviço Telefônico Fixo Comutado STFC, para ligações locais, ligações de longa distância nacional, bem como para ligações ao sistema de telefonia móvel celular, local e longa distância nacional e internacional, por meio de um entroncamento SIP de

30 (trinta) instâncias simultâneas ou canais, bidirecionais, com redundância de acesso através dos links de internet já existentes da Contratante com acesso ao servidor backup na nuvem além do servidor Local instalado. Cada ramal deverá ser habilitado para receber chamadas externas com carcteristicas de linha direta (DDR);

4.10 OS Ramais serão instalados nos endereços fornecidos na ordem de serviço emitida pela Câmara Municipal de Candeias, com previsão de adição ou redução dos números de ramais contratados conforme necessidade da contratante, com solicitação por email com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

4.11 Os locais de ativação dos Ramais deverão estar providos de conexão a internet ou rede privativa conectada aodatacenter da Câmara Municipal de Candeias, que atenda os mínimos requisitos de qualidade para trafego do conteúdo de Voz sobre IP, objeto dessa licitação.

4.12 Durante a vigência do contrato, caso os equipamentos contratados apresentam qualquer defeito ou falha, deverão ser consertados ou substituídos pela Contratada;

4.13 Durante a vigência do contrato, a CONTRATADA deverá realizar sem custo adicional, atualizações (upgrades) de softwares para melhoria do sistema e adição de novas facilidades/funcionalidades disponibilizadas pelo fabricante, para todos os equipamentos e serviços que fazem parte do contrato em questão, sem a interrupção dos serviços de telefonia;

4.14 As empresas participantes do certame, deverão estar regularmente inscrita/cadastrada diante aAgência Nacional de Telecomunicações – ANATEL.

5. SEGURANÇA DO SISTEMA

Implementar criptografia para tráfego de sinalização e de voz entre: Os terminais de comunicação; Os terminais de comunicação e o controlador de chamadas; Os terminais e gateways; Utilizar o protocolo TLS
v.1.2 ou superior, ou IPSEC, para sinalização segura; Utilizar o protocolo SRTP para criptografia da mídia nos ramais IP e troncos IP, utilizandoo padrão AES 128 bits ou AES 256 bits, com a troca chaves decriptografia a cada chamada realizada; 5.28.

Unidade de Resposta Audível (URA):

A solução deve possibilitar a criação de, no mínimo 10 (dez) URAs (unidade de resposta aud ível). Deve aceitar gravações efetuadas a partir de um ramal da Central de PABX, para a utilização como promptsde voz/menus, bem como a opção de utilização alternativade arquivos de áudio WAV;

As URAs devem ter limite de tempo para a escolha de uma das opções do menu configurável em quantidade e número de tentativas, e opção de destino da chamada após atingir os limites definidos;

As URAs devem ter indicação de opção inválida para seleção de uma opção não definidano menu, através da vocalização de text o, configurável em quantidade, e opção de destino da chamada após olimite de tentativas incorretas definido;

Gravação de chamadas.

100

A PBX IP deve suportar a gravação de chamadas por ramal e por fila de atendimento. No caso de gravação de chamadas de um ramal específico, deve ser possível escolher entre não gravar, gravartodas chamadas, apenas chamadas externas ou gravação controlada pelo usuário;

Facilidades de telefonia comuns a todos os usuários:

Interligação automática entre ramais, sem custos;

Interligação da rede pública com os ramais, segundo suas classes de serviços;Interligação dos ramaiscom rede pública, segundo suas classes de serviços; Transferência nas chamadas de entrada, saída e internas (ramais/ramais);

Transferência em caso de ocupado ou não atender Permitir que a chamada seja transferidapara outroramal, no caso de o telefone estar ocupado ou não atender;

Possibilidade de transferência de chamada com ou sem anúncio;

Música de espera personalizável para chamadas retidas e quando em processo de consultae transferência de ramais;

Possibilidade de toques diferenciados para chamadas internas e externas; Os ramais de um grupo consecutivo (grupo de números individuais ou pelo geral do grupo; busca) poderão ser acessados porseus Captura de chamadas em grupo, individual e entre grupos;

Possibilidade de criação de grupos de buscas de ramais;

Chamadas de retorno automático para ligações ramal a ramal atendimento como no casode ocupado;

Redirecionamento (sigame) de chamadas internas e externas de modo que todos os ramaisdo sistema possam desviar as ligações de seu ramal para outro número, com possibilidade de restrição em relação ao número chamado;

Repetição do último número discado;

Repetição automática de chamada quando o número de telefone pretendido estiver disponível, caso estejaocupada ou não tenha sido atendido;

Codigo pessoal de usuário de ramal, de modo que este possa trazer a categoria do ramal para qualqueroutro ramal da rede, permitindo que, independentemente de onde esteja, possa o usuário utilizar dos privilégios que seu ramal possui, mesmo através de outros ramais;

Chamadas de entrada através de discagem direta a ramal (DDR);

Chamadas de saída através de código de acesso opcional; Identificação ou supressão do número do chamador e do nome do chamador;

Call park (estacionamento de chamadas); Chamada em espera (pêndulo) colocando a outra em espera; Permitir que o usuário atenda à uma segunda chamada,
Permitir que o usuário transfira ligações entre ramais ou números externos;

Permitir a configuração de modelos ("templates") de configuração de telefones, que possam ser associados a telefones individuais , de forma a evitar que características globais como som de toque, IPs do sistema, classe de serviço etc., tenham que ser configuradas em cada telefone individualmente;

Serviço noturno, ou seja, apresentação de mensagem em resposta automática de chamadas a serativada em horários prédefinidos;

Restrição de chamada individual (cadeado eletrônico), de modo que chamadas específicas (locais, nacionais,internacionais ou de celular) em um ramal sejam habilitadas ou desabilitadas por meio de uso de senha;

Pos suir sistema de controle de senhas permitindo a configuração de expiração das mesmas; Capacidadede conferência de áudio para no mínimo 5 usuários;

Previsão de agenda interna para armazenamento de usuários/ramais com visualização pelo sistemasoftphone;

Permitir após o e stabelecimento da chamada que os demais dispositivos parem de tocarou que possaser comutada para qualquer outro dispositivo sem interrupção da chamada;

Permitir bloqueio de chamadas de entrada e/ou saída com lista de números não permitidos, criado para limitar o ramal na realização de determinadas chamadas, ce lulares, DDD, DDI, 0300, 0900, dentre outros;

Todos os equipamentos deverão suportar, no mínimo, os seguintes protocolos e padrões:RFC 1889: RTP:A Transport Protocol for RealTime Applications;

Sinalização criptografada através do protocolo TLS ou IPSEC conforme RFC 2246 ou 2406;RFC 2327:Session Description Protocol (SDP);

RFC 2543: Session Initiation Protocol v2

RFC 2833: RTP Payload for DTMF Digits, Telephony Tones and Telephony Signals;RFC 3261: SIP: Session Initiation Protocol;

RFC 3262: Reliability of Provisional Responses in SIP;

RFC 3263: Session Initiation Protocol (SIP): Locating SIP Servers;RFC 3264: SDP Offer/Answer Model;RFC 3265: SIPspecific Event Notification;RFC 3311: SIP UPDATE Method;
RFC 3323: SIP Privacy Mechanism;RFC 3515: SIP REFER Method;

RFC 3711: The Secure Realtime Transport Protocol (SRTP);RFC 3842: SIP Message Waiting;
RFC 4028: Session Timers in SIP;
RFC 4566: Session Description Protocol;

RFC 4568: Session Description Protocol (SDP) Security Descriptions for Media Streams oupor meio d oSDES (Session Description Protocol Security Descriptions for Media Streams);]

RFC 4733: Telephone Events (DTMF)

Gerenciamento:

Possuir interface gráfica via web browser (http/https) para administração, gerenciamentoe programação do PABX virtual, de forma centralizada;

Possuir mecanismos para controle de acesso e permissão dos usuários que farão aadministração doservidor de gerenciamento do PABX virtual;

Possibilitar a criação, alteração e remoção de usuários, grupos de ramais e perfis de ace suas permissões;

Configuração de facilidades de ramais; Configuração de ramais (criação, manutenção,permissão e bloqueio);

Gerenciamento da função chefe secretária para um ramal ou faixa de ramais;Visualização de usuáriosativos no sistema;

Prover relatórios com detalhes sobre tentativas de login inválidas;

Manter registro das alterações realizadas no sistema para fins de controle de auditoria;

Possibilitar a monitoração da qualidade das chamadas VoIP, informando sobre parâmetrosqualidade deserviço na rede (delay, jitter, perda de pacotes, etc);

Possuir alarmes para notificação e localização, como por exemplo, em caso de perda do link com o PABX, congestionamento de canais SIP, taxa excessiva de perda de chamadas, problema com módulos,etc;

Categorizar o alarme com informações mínimas como data/hora, local, equipamento que originou incidentee mensagem indicativa de erro.

6. A TARIFAÇÃO E FRANQUIA

6.1 Apresenta-se no quadro abaixo os totais das estimativas em minutos das chamadas telefônicas a seremrealizadas:

CATEGORIA	TIPO DE LIGAÇÃO	FRANQUIA MENSAL
Local	Fixo – Fixo	Ilimitado
Local	Fixo – Movel VC1	Ilimitado
LDN	Fixo – Fixo Brasil	Ilimitado
LDN	Fixo – Movel VC2 X VC3	Ilimitado

6.2 A opção pelo formato de ligações ilimitadas se deve às diversas pesquisas de mercado, realizadas com operadoras que oferecem os serviços nos moldes citados neste Termo, cujos resultados demonstraram maior viabilidade de contratação através de preço fixo, ou seja, com ligações ilimitadas para números fixos e móveis. Neste formato, a gestão das ligações também é facilitada, uma vez que não se faz necessário o acompanhamento dos gastos, configurações de bloqueio e justificativas de gastos extraordinários, o q ue se torna interessante para ambas as partes: contratante e contratada. Assim, avaliando o comparativo dos quantitativos e gastos atuais com os valores orçados, é possível identificar que a contratação do serviço no formato de ligações ilimitadas é mais v antajosa à Administração;

7. DO TREINAMENTO NO SISTEMA DE COMUNICAÇÃO PABX COM TECNOLOGIA VOIP (INSTALAÇÃO, CONFIGURAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO)

7.1 O treinamento para os administradores do sistema deverá ser realizado preferencialmente de forma presencial, em ambiente físico disponibilizado pela CONTRATANTE;

7.2 A CONTRATADA, a seu critério e de comum acordo com a CONTRATANTE, poderá optar por executar o treinamento em outra cidade, sendo que os custos de hospedagem e deslocamento dos participantes correrão por sua conta;

7.3 Será de natureza teórica e prática, devendo abranger todos os componentes e funcionalidades do sistema ofertado, em seus aspectos mais relevantes;

7.4 O conteúdo programático do treinamento será definido previamente pela CONTRATANTE em

conjunto com a CONTRATADA e deverá abordar, no mínimo, os principais aspectos relativos ao sistema adquirido;

7.5 A CONTRATADA deverá fornecer material didático que abranja todo o conteúdo do treinamento, sendo opcional a utilização de material de treinamento oficial.

7.6 A data e horário de realização do treinamento será definido pela CONTRATADA em conjunto com a CONTRATANTE;

7.7 A critério da CONTRATANTE, poderá ser alocado no treinamento o número mínimo de 2 (dois) participantes e máximo de 10 (dez);

7.8 As despesas relacionadas a materiais didáticos serão de responsabilidade da CONTRATADA;

8. DO APARELHO DE TELEFONE FIXO IP

8.1 As especificações técnicas solicitadas devem estar plenamente disponíveis nos equipamentos ofertados pela CONTRATADA, sem a necessidade de quaisquer outras aquisições, ta peças, dispositivos ou softwares complementares;

8.2 Serão permitidos aparelhos de telefonia IP fornecidos por quaisquer fabricantes, desde que plenamentecompatíveis com o modelo de referência do PABX IP/SIP;

8.3 Elementos auxiliares, tais como transceivers, cabos de rede, dispositivos de alimentação elétrica edemais acessórios, deverão estar inclusos no fornecimento, sem custos adicionais e deverão ser plenamente compatíveis com a central PABX virtual fornecida pelo fabricante/CONTRATADO;

8.4 Todas as funcionalidades previstas para os aparelhos de telefone IP, abaixo descritas, devem ser próprias do aparelho fornecido. Não será aceita a inclusão de elementos customizados adicionais de hardware e software para complementar os recursos e funcionalidades exigidas;

8.5 Os aparelhos telefônicos IP ofertados deverão ser homologados pela ANATEL, confirmado devendoconstar no sistema de Gestão de Certificação e Homologação da ANATEL (SGCH);

8.6 Todos os aparelhos e peças deverão ser novos e de primeiro uso, e não constar, no momento daapresentação, com previsão de descontinuidade de fornecimento por parte do fabricante;

8.7 Todos os aparelhos de telefone IP fornecidos deverão obrigatoriamente possuir uma etiqueta deidentificação com o número de patrimônio da CONTRATADA;

8.8 O aparelho deverá ser um modelo de utilização em mesa; Deverá permitir configuração do equipamento via browser.

8.9 Possuir fonte de Alimentação Externa

8.10 Possuir 2 (duas) interfaces ethernet RJ45 Gigabit 10/100/1000 Mbps BaseT, com autonegociação de velocidade, de modo a interligar a LAN e o PC sem a necessidade de adaptadores externos, compartilhandoo mesmo ponto de rede;

8.11 Suportar cabeamento es truturado Ethernet cat 5/6;Recurso de display LCD, com no

mínimo asinformações de data e hora corrente, no formato 24hs;

8.12 Permitir a visualização no display das informações de data e hora corrente, identificação do ramal,número e/ou nome re lacionados à uma chamada, durante a ligação telefônica;

8.13 Permitir a navegação visual no display para catálogo de ramais, histórico de chamadas atendidas, nãoatendidas e realizadas;

8.14 Sinalização visual para: Chamada em espera; Chamada em curso ; Indicador de nova mensagem decorreio de voz; Indicador de Mute ativo; Indicador de vivavoz ativo; Indicadorde chamada perdida;

8.15 Suportar no mínimo os protocolos e padrões: TCP/IP v4 (IPv4) e TCP/IP v6 (IPV6); UDP; RTP/RTCP (Realtime Transport Protocol/RTP Control Protocol); SRTP (Secure Realtime Transport Protocol RFC 3711); SIP 2.0 (RFC3261); HTTP/HTTPS; ARP; ICMP; DNS; Cliente DHCP para configuração automática de endereço IP; deve suportar também atribuição de endereço IP fixo; Atualização de firmware por intermédio do protocolo HTTP, FTP, TFTP, ou mecanismo equivalente disponível na solução de gerenciamento; Cliente NTP/SNTP para sincronismo horário com servidor NTP/SNTP, ou por intermédio de mecanismo equivalente disponível no PABX virtual de telefonia IP; Identificação de chamada segundo padrão DTMF.

9. QUALIDE DE SERVIÇO (QoS)

9.1. Implementar qualidade de serviço na camada 2, por meio de marcação e priorização de tráfego comutilização de TOS (Type of Service RFC 1349) e DSCP;

9.2. Implementar qualidade de serviço na camada 3, com segmentação por VLAN, segundo padrões do IEE 802.1p e IEEE 802.1q, visando separação de tráfego de dados e de voz da estação de trabalho conectada ao aparelho.

10. DO SERVIÇO DE IMPLANTAÇÃO DO PABX NA NUVEM E DEMAIS COMPONENTES DE TELEFONIA.

10.1 Disposições preliminares: Entende-se por serviços de implantação, as atividades de treinamento dos membros da equipe técnica de TI da CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS, com a utilização do Sistema de PABX/IP e respectiva Ferramenta de Gerenciamento Gráfica, configuração dos ramais, testes de funcionamento e suporte técnico pós implantação da solução durante a vigência do contrato;

10.2 Os serviços de implantação deverão ser executados pela CONTRATADA nas dependências da CONTRATANTE;

10.3 Os serviços de implantação deverão ser executados pela CONTRATADA durante o horário de expediente compreendido das 8h às 17h, de segunda-feira a sexta-feira, devendo ser previamente agendado, de comum acordo entre as partes;

10.4 Todos os instrumentos/equipamentos necessários para a execução dos serviços e testes de aceitaçãodo serviço e produtos serão fornecidos pela CONTRATADA;

10.5 A equipe técnica da CONTRATADA deverá trabalhar sob orientação e supervisão direta do profissionalresponsável pela coordenação das atividades de implantação, com o acompanhamento de um servidor do setor de TI e um servidor do setor de Coordenadoria de Gestão da CONTRATANTE;
10.6 A equipe técnica da CONTRATADA deverá dar todo o suporte técnico à equipe de Tecnologia da Informação da CONTRATANTE, para configuração da rede interna e links de internet, no que se refere às configurações relativas ao tráfego de voz, orientando sobre configuração de interfacese portas no Firewall,priorização de trafego na LAN, configuração de VLAN ou outras especificidades que forem necessárias parao melhor desempenho do trafego de voz da CONTRATANTE;
10.7 A CONTRATADA, se necessário, deverá elaborar e manter RELATÓRIO DE ATIVIDADES (RA), contendo anotações das atividades realizadas, irregularidades encontradas e outras ocorrênciasrelativas à execução do contrato de modo a subsidiar reunião periódica de acompanhamento do projeto a ser realizada com a participação mínima do gestor técnico da CONTRATANTE e pelo agente técnico da CONTRATADA;
10.8 O prazo de início da instalação do objeto é de 10 (dez) dias corridos contados a partir da assinatura do contrato, e o prazo de finalização total da instalação é de 30 (trinta) dias corridos, apartir da assinatura do contrato.

11. DA PORTABILIDADE NUMÉRICA

11.1 Definição: Portabilidade de Código de Acesso (Número de Telefone) facilidade de rede que possibilita ao usuário de serviço de telecomunicações manter o Código de Acesso a ele designado, independentemente de prestadora de serviço de telecomunicações;

11.2 Caso a Operadora a ser contratada seja diferente da Operadora atual, ficará sob a responsabilidade da CONTRATADA as providências necessárias à efetivação da portabilidade das atuais linhas já utilizadas pela CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS, sem custo adicional;

11.3 A CONTRATADA deverá manter a mesma numeração atualmente utilizada (números de telefone) conforme critérios da Portabilidade regulamentada pela ANATEL;

11.4 A portabilidade deverá ocorrer após assinatura deste contrato, em momento oportuno para que não impacte nas atividades da CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS, comunicando previamente o Departamento de Tecnologia da Informação;

11.5 Não será admitida mudança de titularidade dos números de telefone pertencentes ao CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS. Findando o contrato, a CONTRATADA fica OBRIGADA a ceder a Portabilidade Numérica para outra Operadora de STFC que venha a ser contratada pela CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS.

12. DO SUPORTE TÉCNICO

12.1 A CONTRATADA deverá disponibilizar atendimento técnico especializado à infraestrutura do serviço da solução integrada de comunicação de voz sobre IP (Internet Protocol) modalidade 24x7x365 durante a vigência do contrato;
12.2 Entende-se como infraestrutura do serviço da solução integrada de comunicação de voz

sobre IPVoIP, a garantia do pleno funcionamento das funcionalidades do software do PABX em nuvem e Softphones, bem como dos aparelhos de telefone fixo IP e seus componentes; 11.3.

12.3 Os chamados poderão ser feitos por telefone, email, WhatsApp ou portal da CONTRATADA, conformeconveniência do CONTRATANTE, e deverão ter procedimentos de priorização para atendimento;

12.4 O prazo de solução dos problemas será em horas corridas, de acordo com tabela de priorização, contadas do momento da abertura do chamado, até a sua completa resolução e restabelecimento do fornecimento do serviço, conforme tabela de SLA abaixo:

EVENTO	STATUS	SLA
Alteração ou inclusão de configuração de Ramal, ouproblemas deajustes quenão afetam a funcionalidade da telefonia	Baixo	48 Horas
Sistema de telefonia ou equipamento funcionando,mas com problemas médio pontuais e localizados.	Medio	24 Horas
Ramal parado ou impossibilitado de usar	Medio	24 Horas
Defeito ou desconfiguração pontual de Ramal não relacionado aoaparelho fixo ou Soptphone	Medio	24 Horas
Parada por não funcionamento do sistema do PABXvirtual ou doserviço de telefonia	Critico	4 Horas

13. DA VISTORIA TÉCNICA

13.1 A vistoria aos locais de instalação é facultativa e poderá ser realizada por representante legal dalicitante, devidamente identificado. Para tanto, o interessado deverá solicitar, junto ao setor de Tecnologiada Informação da Câmara Municipal de Candeias.

14. PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO

14.1 Competirá ao órgão solicitante, proceder ao acompanhamento da execução do contrato, na forma do art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93, bem assim receber o objeto segundo o disposto nas alíneas "a e b", do inciso I, do art. 73 da Lei Federal nº 8.666/93, competindo ao servidor ou comissão designada, primordialmente:

14.2 Anotar, em registro próprio, as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando as providências necessárias à correção das falhas ou defeitos observados.

14.3 As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante do órgão solicitante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

ESTADO DA BAHIA

Câmara Municipal de Candeias

Região Metropolitana

15. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

15.1 O pagamento será efetuado após a liberação da Nota Fiscal/Fatura pela Fiscalização, em parcela mensal, correspondentes à efetiva execução do objeto.

15.2 O pagamento Nota Fiscal/Fatura ocorrerá em até 20 (vinte) dias contados a partir da sua apresentação,devidamente atestada, referente à efetiva execução do objeto.

15.3 As faturas deverão estar atestadas pela Fiscalização do Órgão Gerenciador.

15.4 Para o pagamento a Nota Fiscal/Fatura deverá ser apresentada em 02 (duas) vias, emitidas em nome da Câmara Municipal de Candeias.

15.5 Nenhum pagamento isentará a CONTRATADA das responsabilidades contratuais, nem implicará em aprovação definitiva do fornecimento efetuado, total ou parcialmente.

15.6 Havendo alguma pendência impeditiva do pagamento, a CONTRATADA será notificado e será considerada como data da apresentação da fatura da aquela na qual ocorreu a regularização da pendência.

15.7 Na ocorrência de necessidade de providências complementares por parte da CONTRATADA o decurso do prazo de pagamentos será interrompido, reiniciando-se sua contagem a partir da data em que estasforem cumpridas, caso em que não será devida atualização financeira.

15.8 O faturamento correspondente ao objeto contratado deverá ser apresentado pela CONTRATADA, através de Nota Fiscal, em duas vias, com os requisitos da lei vigente, dentro dos prazos estabelecidos na sua proposta, após assinatura do contrato ou por outros instrumentos hábeis, nas formas previstas no art.62 da Lei 8.666/93 e recebimento Nota de Empenho.

15.9 A entrega do material, por parte da CONTRATADA, para uma determinada unidade, não poderá estar vin mculada a débitos de outras unidades, porventura existentes, sob pena de sanções previstas em lei.

15.10 Diante o serviço prestado, a Administração efetivará o pagamento perante os itens e quantitativos que estarão sendo efetivamente consumidos/usados.

Candeias, Bahia, **24** de **fevereiro** de **2025**.

Everaldo Silva Aragão Filho
Diretor Administrativo

ESTADO DA BAHIA

Câmara Municipal de Candeias

Região Metropolitana

APROVO o presente Termo de Referência, cuja finalidade é subsidiar a contratação de todas as informações necessárias à prestação dos serviços, estando presentes os elementos necessários à identificação do objeto e todos os critérios para contratação de forma clara e concisa, além de cumprir com o determinado na legislação.

Câmara Municipal de Candeias, em 24 de fevereiro de 2025.

Rosana de Souza Silva

Presidente da Câmara Municipal de Candeias

ESTADO DA BAHIA

Câmara Municipal de Candeias

Região Metropolitana

GABINETE DO PRESIDENTE DA CÂMARA
DESPACHO DE AUTORIZAÇÃO DE ABERTURA DE PROCESSO PARA CONTRATAÇÃO

A/C: Agente de Contratação

REFERÊNCIA: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SOLUÇÃO INTEGRADA DE COMUNICAÇÃO VOIP BASEADA EM PROTOCOLO SIP, COM FORNECIMENTO DE SERVIDOR LOCAL E REDUNDÂNCIA EM NUVEM E OPERAÇÃO DE STFC, JUNTAMENTE COM O FORNECIMENTO EM COMODATO DE APARELHOS E RAMAIS IP, INCLUINDO INSTALAÇÃO, CONFIGURAÇÃO, TREINAMENTO, SUPORTE TÉCNICO E PORTABILIDADE NUMÉRICA DOS ATUAIS NÚMEROS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS - BAHIA.

Em resposta ao ofício expedido pela unidade demandante, solicitando a prestação dos serviços de PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SOLUÇÃO INTEGRADA DE COMUNICAÇÃO VOIP BASEADA EM PROTOCOLO SIP, COM FORNECIMENTO DE SERVIDOR LOCAL E REDUNDÂNCIA EM NUVEM E OPERAÇÃO DE STFC, JUNTAMENTE COM O FORNECIMENTO EM COMODATO DE APARELHOS E RAMAIS IP, INCLUINDO INSTALAÇÃO, CONFIGURAÇÃO, TREINAMENTO, SUPORTE TÉCNICO E PORTABILIDADE NUMÉRICA DOS ATUAIS NÚMEROS, **AUTORIZO ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO** e determino o encaminhamento ao Setor de Licitações para demais providências administrativas - autuação e numeração rubricada das páginas do Documento de Formalização de Demanda e documentos inclusos, com anexação de capa, para fins de formalização.

Após autuação, determino o envio do processo, nessa ordem, para os seguintes setores:

ESTADO DA BAHIA
Câmara Municipal de Candeias
Região Metropolitana

1) Setor de Contabilidade - Trazer informações acerca da disponibilidade orçamentária e financeira;
2) Agente de Contratação - Emissão de parecer técnico e, se for o caso, a edição do aviso informado no art. 75, §3°, da Lei n° 14.133/21;
3) Procuradoria Geral - Emissão de parecer jurídico;

Ultimadas tais providências, retornem os autos ao Gabinete para deliberação.

Candeias, 24 de fevereiro de 2025.

Rosana de Souza Silva
Presidente da Câmara Municipal de Candeias

ESTADO DA BAHIA
Câmara Municipal de Candeias
Região Metropolitana

Do: Agente de Contratação
Para: Setor de Contabilidade

Processo administrativo: 020/2025.
Dispensa de licitação nº 014/2025.
Assunto: Informação sobre compatibilidade de previsão de recursos orçamentários para a Prestação de serviço de solução integrada de comunicação VOIP baseada em protocolo SIP, com fornecimento de servidor local e redundância em nuvem e operação de STFC, juntamente com o fornecimento em comodato de aparelhos e ramais IP, incluindo instalação, configuração, treinamento, suporte técnico e portabilidade numérica dos atuais números, para atender as necessidades da Câmara Municipal de Candeias - Bahia.

Prezado Senhor,

Em estrita observância ao art. 72, inciso II, da Lei Federal 14.133/2021, solicitamos do setor contábil a demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido, indicando os recursos orçamentários para a Prestação de serviço de solução integrada de comunicação VOIP baseada em protocolo SIP, com fornecimento de servidor local e redundância em nuvem e operação de STFC, juntamente com o fornecimento em comodato de aparelhos e ramais IP, incluindo instalação, configuração, treinamento, suporte técnico e portabilidade numérica dos atuais números, para atender as necessidades da Câmara Municipal de Candeias - Bahia.

ESTADO DA BAHIA
Câmara Municipal de Candeias
Região Metropolitana

Caso exista previsão, favor indicar a fonte do recurso correspondente a reserva no valor de R$ 58.200,00 (cinquenta e oito mil e duzentos reais).

Atenciosamente,

Marcelo Silvestre dos Santos
Agente de Contratação

End.: Av. dos Três Poderes, s/n – Bairro Ouro Negro.
CEP: 43.800-000 – Candeias – Ba – Tel.: 71 – 3190-3989

ESTADO DA BAHIA
Câmara Municipal de Candeias
Região Metropolitana

PARECER CONTÁBIL

Do: Setor de Contabilidade

Para: Agente de Contratação

Assunto: Resposta ao Processo Administrativo n° 020/2025.

Senhor,

Em resposta à solicitação formulada por vossa senhoria a respeito da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários, informamos acerca da existência de dotação orçamentária para custear despesas relativas a contratação de empresa especializada para a Prestação de serviço de solução integrada de comunicação VOIP baseada em protocolo SIP, com fornecimento de servidor local e redundância em nuvem e operação de STFC, juntamente com o fornecimento em comodato de aparelhos e ramais IP, incluindo instalação, configuração, treinamento, suporte técnico e portabilidade numérica dos atuais números, para atender as necessidades da Câmara Municipal de Candeias - Bahia, tenho a informar-lhe que:

a) Existe previsão orçamentária para o valor da contratação e a mesma encontra-se reservada;

b) A Dotação orçamentária pela qual correrá aludida despesa é:

UNIDADE: 101 - CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS
PROJETO/ATIVIDADE: 2002 - GESTÃO DAS AÇÕES LEGISLATIVAS
ELEMENTO DA DESPESA: 3390.39.00.00 -OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA.

Por fim, retornem os autos ao Agente de Contratação para as demais providências.

Jean Carlos Souza Ferreira
Setor de Contabilidade

End.: Av. dos Três Poderes, s/n – Bairro Ouro Negro.
CEP: 43.800-000 – Candeias – Ba – Tel.: 71 – 3190-3989

ESTADO DA BAHIA

CAMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS

Despesa Orçamentária - Demonstrativo

FEVEREIRO/2025

Especificação	Dotação Inicial	Crédito		Dotação Atualizada	Empenhos		Liquidações		Pagamentos		Saldos	
		Adição	Anulação		No Mês	Acumulado	No Mês	Acumulado	No Mês	Acumulado	A Pagar	Disponível
0100 - CÂMARA MUNICIPAL	**36.900.000,00**	**0,00**	**0,00**	**36.900.000,00**	**995.584,34**	**28.349.803,20**	**2.444.395,14**	**4.623.856,35**	**2.050.155,94**	**4.229.617,15**	**24.120.186,05**	**8.550.196,80**
0101 - CÂMARA MUNICIPAL	**36.900.000,00**	**0,00**	**0,00**	**36.900.000,00**	**995.584,34**	**28.349.803,20**	**2.444.395,14**	**4.623.856,35**	**2.050.155,94**	**4.229.617,15**	**24.120.186,05**	**8.550.196,80**
1001-AMPLIAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL	**160.000,00**	**0,00**	**0,00**	**160.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**160.000,00**
33903900 15000000-Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
44905100 15000000-Obras e Instalações	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00
44905200 15000000-Equipamentos e Material Permanente	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
2002-GESTÃO DAS AÇOES DO PODER LEGISLATIVO	**9.903.000,00**	**0,00**	**0,00**	**9.903.000,00**	**995.584,34**	**3.949.803,20**	**631.276,66**	**1.079.348,90**	**237.037,46**	**685.109,70**	**3.264.693,50**	**5.953.196,80**
31900400 15000000-Contratação Por Tempo Determinado	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
31901100 15000000-Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	328.000,00	0,00	0,00	328.000,00	0,00	300.000,00	208.647,75	208.647,75	208.647,75	208.647,75	91.352,25	28.000,00
31901300 15000000-Obrigações Patronais	67.000,00	0,00	0,00	67.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	67.000,00
31909400 15000000-Indenizações e Restituições Trabalhistas	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
33901400 15000000-Diárias - Civil	41.000,00	0,00	0,00	41.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	41.000,00
33903000 15000000-Material de Consumo	855.000,00	0,00	0,00	855.000,00	63.168,36	311.333,79	21.641,72	61.136,22	0,00	39.494,50	271.839,29	543.666,21
33903300 15000000-Passagens e Despesas Com Locomoção	12.000,00	0,00	0,00	12.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.000,00
33903400 15000000-Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00
33903500 15000000-Serviços de Consultoria	1.270.000,00	0,00	0,00	1.270.000,00	0,00	510.000,00	44.280,00	89.280,00	0,00	45.000,00	465.000,00	760.000,00
33903600 15000000-Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	150.000,00	0,00	0,00	150.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	150.000,00
33903900 15000000-Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	6.586.000,00	0,00	0,00	6.586.000,00	885.199,98	2.744.223,41	323.857,19	687.434,93	28.389,71	391.967,45	2.352.255,96	3.841.776,59
33904000 15000000-Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
33909100 15000000-Sentenças Judiciais	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
33909200 15000000-Despesas de Exercícios Anteriores	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
33909300 15000000-Indenizações e Restituições	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
44905200 15000000-Equipamentos e Material Permanente	458.000,00	0,00	0,00	458.000,00	47.216,00	84.246,00	32.850,00	32.850,00	0,00	0,00	84.246,00	373.754,00
2003-GESTÃO DO PLENÁRIO	**26.837.000,00**	**0,00**	**0,00**	**26.837.000,00**	**0,00**	**24.400.000,00**	**1.813.118,48**	**3.544.507,45**	**1.813.118,48**	**3.544.507,45**	**20.855.492,55**	**2.437.000,00**
31901100 15000000-Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	22.051.000,00	0,00	0,00	22.051.000,00	0,00	22.000.000,00	1.591.351,87	3.322.740,84	1.591.351,87	3.322.740,84	18.677.259,16	51.000,00
31901300 15000000-Obrigações Patronais	4.747.000,00	0,00	0,00	4.747.000,00	0,00	2.400.000,00	221.766,61	221.766,61	221.766,61	221.766,61	2.178.233,39	2.347.000,00
33901400 15000000-Diárias - Civil	39.000,00	0,00	0,00	39.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	39.000,00
Total Geral:	**36.900.000,00**	**0,00**	**0,00**	**36.900.000,00**	**995.584,34**	**28.349.803,20**	**2.444.395,14**	**4.623.856,35**	**2.050.155,94**	**4.229.617,15**	**24.120.186,05**	**8.550.196,80**

115

ESTADO DA BAHIA
Câmara Municipal de Candeias
Região Metropolitana

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 020/2025

DISPENSA DE LICITAÇÃO: 014/2025

DA JUSTIFICATIVA DA DISPENSA E NÃO OCORRÊNCIA DE FRAGMENTAÇÃO: Em razão do montante exíguo do serviço/fornecimento de R$ 58.200,00 (cinquenta e oito mil e duzentos), abaixo de R$ 62.725,59 (sessenta e dois, setecentos e vinte e cinco reais e cinquenta e nove centavos), valor de alçada estabelecido no artigo 75, inc. II, da Lei Federal 14.133/2021, justifica-se a contratação direta através de dispensa de licitação, uma vez que não há obrigatoriedade de realização de certame licitatório.

DA FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA E AUTORIZAÇÃO DE ABERTURA DE PROCESSO: Em relação ao documento de formalização de demanda e a autorização da autoridade competente para abertura de processo de contratação, verifica-se as devidas formalizações encartadas nos autos do processo em epígrafe.

DA COMPATIBILIDADE DE PREVISÃO DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS: Foi demonstrado, através de consulta ao setor contábil, a previsão de recursos orçamentários para custear as despesas com o objeto desta dispensa de licitação.

DA RAZÃO DA ESCOLHA DO CONTRATADO: Em análise aos presentes autos, observamos que foram realizadas pesquisas de preços junto a potenciais fornecedores, tendo a empresa BAIANA NET TELECOM LTDA ME, CNPJ nº 21.291.445/0001-48, apresentado o menor preço global, bem como toda documentação pertinente, que comprova o preenchimento dos requisitos de habilitação e qualificação mínima, ou seja, documentos de habilitação

jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, atendendo ao artigo 72, incisos V e VI da Lei Federal 14.133/2021.

DA JUSTIFICATIVA DOS PREÇOS: Foram apresentadas, junto à solicitação da unidade requisitante, número mínimo de 03 (três) cotações, cuja eleição dos destinatários foi devidamente justificada, com os itens e unidades de medidas devidamente especificados - deixando de realizar pesquisa junto ao banco de preços contratado porquanto ausente contratações com as mesmas espeficidades, atendendo ao preceito do artigo 23 da Lei Federal 14.133/2021.

PARECER TÉCNICO DA COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO: Face ao atendimento de todos os pré-requisitos legais exigidos no artigo 72 e seus incisos, entendemos que há no presente o atendimento dos requisitos formais para a contratação. Sendo assim, entendemos que não há impedimento de ordem legal para o acolhimento da postulação da dispensa.

Candeias, Bahia, 24 de fevereiro de 2025.

Marcelo Silvestre dos Santos
Agente de Contratação

ESTADO DA BAHIA

Câmara Municipal de Candeias

Região Metropolitana

Candeias - BA, 24 de fevereiro de 2025.

DO(A): Agente de Contratação

Para: Procuradoria Jurídica e/ou Assessoria Jurídica.

Assunto: Encarecimento de opinativo para exame de conformidade acerca da contratação veiculada no caderno administrativo.

Processo Administrativo: 020/2025. Em conformidade com Lei Federal 14.133/2021, precisamente em seu artigo 72, inciso III, solicito que seja previamente examinada a solicitação para contratação através de dispensa de licitação, e que seja elaborado parecer jurídico para que o mesmo transcorra dentro dos trâmites legais e lisura administrativa. Informamos que foi utilizado como fundamentação legal para esse processo de dispensa de licitação o artigo 75, Inciso II da Lei Federal 14.133/2021. Segue em anexo todo Processo Administrativo contendo a Solicitação de despesa da Unidade requisitante, cotações, razão da escolha do prestador dos serviços, documentação para habilitação jurídica, fiscal e trabalhista, indicação de recursos orçamentários e minuta de contrato para devida apreciação. Caso opine favoravelmente pela contratação, favor encaminhar parecer jurídico favorável para que a autoridade superior autorize a contratação e proceda com a devida publicidade, nos termos do artigo 72, parágrafo único da Lei Federal 14.133/2021. Sem mais para o momento, aproveito a oportunidade para renovar meus sinceros votos de estima e consideração.

Atenciosamente,

Marcelo Silvestre dos Santos

AGENTE DE CONTRATAÇÃO

End.: Av. dos Três Poderes, s/n – Bairro Ouro Negro.
CEP: 43.800-000 – Candeias – Ba – Tel.: 71 – 3190-3989

ESTADO DA BAHIA
Câmara Municipal de Candeias
Região Metropolitana

INSTRUMENTO DE CONTRATO - CONTRATAÇÃO DIRETA
COMPRAS
LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021
LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

Processo Administrativo nº 020/2025

INSTRUMENTO DE CONTRATO Nº ..../2025, QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS, E A EMPRESA BAIANA NET TELECOM LTDA ME, PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.

A CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS, ESTADO DA BAHIA, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ /MF nº 13.612.254/0001/02, com sede na Av. dos Três Poderes, s/n - Bairro Ouro Negro, Candeias - BA, representada neste ato pelo seu Presidente, Rosana de Souza Silva, brasileira, casada, residente e domiciliado na cidade de Candeias - Bahia, a seguir denominada simplesmente **CONTRATANTE**, e a empresa **BAIANA NET TELECOM LTDA ME**, inscrita no CNPJ sob nº. 21.291.445/0001-48, com sede na Rua Joana Angélica - nº 395 - Malemba - Cep: 43.805-570 - Candeias - Bahia, representada pelo(s)Sr. Carlos Alberto de Oliveira, portado do Rg nº 01.744.640-61 SSP/, e CPF: 113.396.245-91, a seguir denominada simplesmente **CONTRATADA**:

Os CONTRATANTES, em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e aos preceitos de direito público, aplicados, supletivamente, os princípios da teoria

VISTO
PROJUR

120

geral dos contratos e as disposições de direito privado, inclusive Lei n° 8.078, de 11 de setembro de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, celebram o presente contrato, decorrente do processo de contratação direta n°014/2025, mediante as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto do contrato é a : Prestação de serviço de solução integrada de comunicação VOIP baseada em protocolo SIP, com fornecimento de servidor local e redundância em nuvem e operação de STFC, juntamente com o fornecimento em comodato de aparelhos e ramais IP, incluindo instalação, configuração, treinamento, suporte técnico e portabilidade numérica dos atuais números, para atender as necessidades da Câmara Municipal de Candeias - Bahia, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência constante do processo de contratação direta identificado no preâmbulo.

1.2. O contrato vincula-se ao ato que tiver autorizado a contratação direta e à respectiva proposta, independentemente de transcrição.

1.3. A descrição da solução como um todo é a estabelecida no Termo de Referência.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

1.4. O contrato terá prazo de vigência de **12 (doze) meses**, contado da sua divulgação.

1.4.1. Os contratos celebrados em caso de urgência terão eficácia a partir da assinatura e deverão ser divulgados no

VISTO
PROJUR

Portal Nacional de Contratações Públicas no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da data da assinatura, sob pena de nulidade.

1.4.2. Enquanto não for criado o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), prazo de vigência será contado da divulgação no Diário Oficial do Município e em sítio eletrônico oficial, certificado digitalmente por autoridade certificadora, no qual a Administração divulga de forma centralizada as informações e os serviços de governo digital dos seus órgãos e entidades.

1.5. O contrato poderá ser prorrogado sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para o contratante, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer dos contratantes, e desde que o valor das sucessivas renovações não ultrapasse o valor de alçada para a dispensa.

1.5.1. A extinção contratual sem ônus para qualquer dos contratantes ocorrerá apenas na próxima data de aniversário do contrato e não poderá ocorrer em prazo inferior a 2 (dois) meses, contado da referida data.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO

1.6. O valor estimado do contrato é de **R$ 58.200,00(cinquenta e oito mil e duzentos reais).**

1.7. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais

VISTO
PROJUR

incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

1.8. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

CLÁUSULA QUARTA - DO CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO

1.9. A despesa correrá pelo(s) seguinte(s) crédito(s) orçamentário(s), previsto(s) no orçamento da Câmara Municipal para o exercício de 2025, conforme classificação funcional programática e categoria econômica abaixo:

UNIDADE: 101 - CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS
PROJETO/ATIVIDADE: 2002 - GESTÃO DAS AÇÕES LEGISLATIVAS
ELEMENTO DA DESPESA: 3390.39.00.00 -OUTRO SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA.

OS RECURSOS TÊM COMO ORIGEM O ORÇAMENTO VIGENTE DO LEGISLATIVO MUNICIPAL LICITANTE E AS QUE LHE CORRESPONDEREM NO EXERCÍCIO FINANCEIRO SUBSEQUENTE.

CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES E PRAZOS DE PAGAMENTO

1.10. As regras acerca das condições de pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência.

1.11. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias da apresentação Fatura / Nota Fiscal, em 02 (duas) vias que deverá ser apresentada ao titular da Secretaria de Finanças para a devida aprovação, de acordo com o art. 5°, § 3°, da lei 8.666/93.

1.12. O pagamento será efetuado em até 05 (cinco) dias úteis subsequentes ao recebimento da Fatura/Nota Fiscal cujo valor

VISTO
PROJUR

não ultrapasse o limite de R$ 17.600,00 (dezessete mil e seiscentos reais).

1.13. A Fatura / Nota Fiscal deverá ser emitida em nome do Ente Contratante, com a inserção das informações e dados contidos no preâmbulo deste instrumento.

1.14. Fatura / Nota Fiscal deverá vir acompanhada, obrigatoriamente, da comprovação de regularidade fiscal e trabalhista da CONTRATADA.

1.15. Não será efetuado qualquer pagamento a titulo de antecipação do valor contratado mesmo que a requerimento do interessado.

1.16. Na execução desse contrato, as despesas relativas a pessoal representam um total de 60% (sessenta por cento), sendo 40% (quarenta por cento) restantes relativos a gastos com insumos, impostos e diversos.

1.17. Os pagamentos a serem efetuados em favor da contratada estarão sujeitos à retenção, na fonte, dos seguintes tributos, quando couber:

1.18. Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), e Contribuição para os Programas de Integração Social e Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep), na forma da Instrução Normativa RFB n°1.234 de 11 de janeiro de 2012, conforme determina o art. 64 da Leu n° 9.430, de 27 de dezembro de 1996;

1.19. Contribuição previdenciária, correspondente a 11% (onze por cento), na forma da Instrução Normativa RFB n° 971 de 13 de novembro de 2009, conforme determina a Lei n° 8.212, de 24 de julho de 1991;

VISTO
PROJUR

1.20. Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), na forma da Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, combinada com a legislação pertinente.

1.21. O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta-corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela Contratada, ou por outro meio previsto na legislação vigente.

1.22. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

1.23. A Contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela Contratada, que porventura não tenha sido acordada no contrato.

1.24. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a **Contratada** não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX) I =(6 / 100) I = 0,00016438 365 TX = Percentual da taxa anual = 6%

VISTO
PROJUR

CLÁUSULA SEXTA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

1.25. Os preços poderão sofrer reajustamento após o interregno de 1 (um) ano, com data-base vinculada à data do orçamento estimado, aplicando-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA/IBGE), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

1.26. O pedido de reajustamento de preços deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação.

1.26.1. A extinção do contrato não configurará óbice para o reajustamento, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

1.27. Nos reajustamentos subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajustamento.

1.28. O contratante terá o prazo de até trinta dias, salvo prorrogação por igual período expressamente motivada, para a resposta ao pedido de reajustamento de preços, contado da data do pedido.

1.29. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

1.30. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, os contratantes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

VISTO
PROJUR

1.31. O registro da variação do valor do contrato para fazer face ao reajustamento poderá ser realizado por simples apostila.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

1.32. Não haverá exigência de garantia de execução.

CLÁUSULA OITAVA - DO REGIME DE EXECUÇÃO

1.33. O regime de execução dos serviços será o de empreitada por preço empreitada por preço global.
1.34. As regras acerca do regime de execução são as estabelecidas no Termo de Referência.

CLÁUSULA NONA - DA MEDIÇÃO E DA LIQUIDAÇÃO

1.35. As regras acerca de critérios e periodicidade da medição, quando for o caso, e prazo e condições para recebimento e liquidação são as estabelecidas no Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO MODELO DE GESTÃO

1.36. As regras acerca do modelo de gestão do contrato são as estabelecidas no Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E DO CONTRATADO

1.37. **São obrigações do contratante:**

VISTO
PROJUR

1.37.1. receber o objeto nos prazos e condições estabelecidas no Termo de Referência, observado o CAPÍTULO IX do TÍTULO III da Lei nº 14.133, de 2021;

1.37.1.1. Considera-se superfaturamento o dano provocado ao patrimônio do contratante, caracterizado, entre outras situações, por medição de quantidades superiores às efetivamente prestadas;

1.37.2. rejeitar o objeto, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato;

1.37.3. comunicar ao contratado, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no serviço executado e o prazo para que seja reparado, corrigido, removido, reconstruído ou substituído;

1.37.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do contratado, através de servidor ou comissão designada;

1.37.5. efetuar o pagamento ao contratado no valor correspondente ao objeto efetivamente prestado, no prazo e forma estabelecidos no Termo de Referência.

1.37.6. emitir, explicitamente, decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato;

1.37.7. o contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

1.38. **São obrigações do contratado:**

VISTO
PROJUR

1.38.1. o contratado deve cumprir todas as obrigações constantes no termo de referência, seus anexos e na proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
1.38.2. executar os serviços conforme especificações deste Projeto Básico e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Projeto Básico e em sua proposta;
1.38.3. reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas e no prazo fixado pelo contratante, no total ou em parte, os serviços executados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados;
1.38.3.1. comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
1.38.3.2. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
1.38.4. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante;
1.38.5. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação e qualificação;

VISTO
PROJUR

1.38.6. cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;

1.38.7. responder pelos danos causados diretamente ao contratante ou a terceiros em razão da execução do contrato, não excluindo nem reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante;

1.38.8. responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato;

1.38.8.1. a inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá ao contratante a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato;

1.38.9. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

1.39. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados.

1.40. O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

VISTO
PROJUR

1.41. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Projeto Básico ou termo de referência.

1.42. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Projeto Básico, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

1.43. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais.

1.44. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

1.45. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-

VISTO
PROJUR

los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

1.46. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

1.47. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

1.48. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

1.49. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

1.50. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

1.51. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

VISTO
PROJUR

1.52. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido neste Projeto Básico e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

1.53. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais.

VISTO
PROJUR

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

1.54. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo.

1.55. No prazo de até 05 dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

1.56. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

1.56.1. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

1.56.1.1. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações de caráter técnico da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato

VISTO
PROJUR

1.56.1.2. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

1.56.1.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

1.56.2. No prazo de até 10 dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

1.56.2.1. quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

1.56.2.2. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

1.56.2.2.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

VISTO
PROJUR

1.57. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o fiscal do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços em conformidade com as exigências contratuais, obedecendo as seguintes diretrizes:

1.57.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

1.57.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

1.57.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

1.58. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.

1.59. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de

1.60. Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

VISTO
PROJUR

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS PRERROGATIVAS DO CONTRATANTE

1.61. As prerrogativas do contratante reger-se-ão pela disciplina do CAPÍTULO IV do TÍTULO III da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

1.62. As infrações e as sanções administrativas reger-se-ão pela disciplina do CAPÍTULO I do TÍTULO IV da Lei nº 14.133, de 2021.

1.63. O contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

1.63.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;

1.63.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano ao contratante, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

1.63.3. dar causa à inexecução total do contrato;

1.63.4. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

1.63.5. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

1.63.6. ensejar o retardamento da entrega do objeto sem motivo justificado;

1.63.7. prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

1.63.8. praticar ato fraudulento na execução do contrato;

1.63.9. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

VISTO
PROJUR

1.63.10. prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada;

1.63.11. comprovadamente, financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

1.63.12. comprovadamente, utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados;

1.63.13. criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para celebrar contrato administrativo;

1.63.14. obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogação do contrato, sem autorização em lei ou no contrato;

1.63.15. manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato;

1.63.16. dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização do sistema financeiro nacional.

1.64. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas as seguintes sanções:

1.64.1. advertência;

1.64.2. multa;

1.64.3. impedimento de licitar e contratar;

1.64.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

VISTO
PROJUR

CLÁUSULA SEXTA - DA EXTINÇÃO

1.65. A extinção do contrato reger-se-á pela disciplina dos CAPÍTULOS VIII e XII do TÍTULO III da Lei nº 14.133, de 2021.

1.66. Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

1.66.1. não cumprimento ou cumprimento irregular de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;

1.66.2. desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;

1.66.3. alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;

1.66.4. decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;

1.66.5. caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;

1.66.6. razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;

1.66.7. não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

1.67. A extinção do contrato poderá ser:

1.67.1. determinada por ato unilateral e escrito do contratante, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

VISTO
PROJUR

1.67.2. consensual, por acordo entre os contratantes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse do contratante;
1.67.3. determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA NULIDADE

1.68. Constatada irregularidade na execução contratual, caso não seja possível o saneamento, a decisão sobre a suspensão da execução ou sobre a declaração de nulidade do contrato somente será adotada na hipótese em que se revelar medida de interesse público, observado o CAPÍTULO XI do TÍTULO III da Lei n° 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DAS ALTERAÇÕES

1.69. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do CAPÍTULO VII do TÍTULO III da Lei n° 14.133, de 2021.
1.70. O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação.
1.70.1. A extinção do contrato não configurará óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

VISTO
PROJUR

ESTADO DA BAHIA
Câmara Municipal de Candeias
Região Metropolitana

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DOS CASOS OMISSOS

1.71. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e em demais normas de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DA DIVULGAÇÃO

1.72. O contratante providenciará a divulgação do contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e do seu extrato em sítio eletrônico oficial, certificado digitalmente por autoridade certificadora, no qual o contratante divulga de forma centralizada as informações e os serviços de governo digital dos seus órgãos e entidades, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da data da assinatura do contrato.

1.72.1. Enquanto não for criado o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), a divulgação dos atos e contratos deverá ocorrer em sítio eletrônico oficial e no Diário Oficial do Município.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DO FORO

1.73. Fica eleito o foro da Comarca de Candeias, Bahia, para dirimir os litígios que decorrerem da execução do contrato que não possam ser compostos pela utilização dos meios alternativos de prevenção e resolução de controvérsias,

VISTO
PROJUR

ESTADO DA BAHIA
Câmara Municipal de Candeias
Região Metropolitana

observado o CAPÍTULO XII do TÍTULO III da Lei nº 14.133, de 2021.

Para firmeza e validade do pactuado, o instrumento de contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor e forma, o qual, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contratantes.

Candeias - BA, XX de XXXXXXX de 2025.

CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS Rosana de Souza Silva **CONTRATANTE**	**BAIANA NET TELECOM LTDA ME** Carlos Alberto de Oliveira **CONTRATADA**

Testemunhas

Nome: CPF:	Nome: CPF:

VISTO
PROJUR

ESTADO DA BAHIA

Câmara Municipal de Candeias

Região Metropolitana

Processo Administrativo nº 020/2025
Dispensa de Licitação nº 014/2025
Objeto: Prestação de serviço de solução integrada de comunicação VOIP baseada em protocolo SIP, com fornecimento de servidor local e redundância em nuvem e operação de STFC, juntamente com o fornecimento em comodato de aparelhos e ramais IP, incluindo instalação, configuração, treinamento, suporte técnico e portabilidade numérica dos atuais números, para atender as necessidades da Câmara Municipal de Candeias – Bahia.

Assunto: Análise acerca da viabilidade jurídica.

PARECER JURÍDICO

DIREITO ADMINISTRATIVO. DISPENSA DE LICITAÇÃO. CONTRATAÇÃO DIRETA DE EMPRESA VOLVIDA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SOLUÇÃO INTEGRADA DE COMUNICAÇÃO VOIP BASEADA EM PROTOCOLO SIP, COM FORNECIMENTO DE SERVIDOR LOCAL E REDUNDÂNCIA EM NUVEM E OPERAÇÃO DE STFC, JUNTAMENTE COM O FORNECIMENTO EM COMODATO DE APARELHOS E RAMAIS IP, INCLUINDO INSTALAÇÃO, CONFIGURAÇÃO, TREINAMENTO, SUPORTE TÉCNICO E PORTABILIDADE NUMÉRICA DOS ATUAIS NÚMEROS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS – BAHIA. CONTRATAÇÃO ANÔMALA EM RAZÃO DO VALOR. LEI 14.133/21, ART. 75, II, VI e VII. POSSIBILIDADE. NECESSIDADE DE OBSERVÂNCIA DOS REQUISITOS LEGAIS E JUSTIFICATIVAS.

1. RELATÓRIO

Os autos aportam nesta Procuradoria Geral com o fito de que seja confeccionado opinativo acerca da higidez jurídica Processo Administrativo em referência, condutor da Dispensa de Licitação tombada sob o nº 014/2025, cujo objeto é a Prestação de serviço de solução integrada de comunicação VOIP baseada em protocolo SIP, com fornecimento de servidor

local e redundância em nuvem e operação de STFC, juntamente com o fornecimento em comodato de aparelhos e ramais IP, incluindo instalação, configuração, treinamento, suporte técnico e portabilidade numérica dos atuais números, para atender as necessidades da Câmara Municipal de Candeias – Bahia, com fulcro no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

Assim sendo, de posse do caderno processual, passar-se-á, agora, incontinente, à análise acerca da viabilidade de formatação do aludido ajuste.

2. FUNDAMENTAÇÃO

Ab initio, cumpre-nos ressalta que o exame da matéria posta em debate restringe-se aos seus aspectos exclusivamente jurídicos, excluídos da análise qualquer questão técnica ou econômica, notadamente quanto à conveniência e oportunidade inerentes a qualquer acordo/ajuste, devendo a autoridade competente se municiar de todas as cautelas para que os atos do processo sejam prestados apenas por quem de direito.

A emissão deste parecer não significa endosso ao mérito administrativo, tendo em vista que é relativo à área jurídica, não adentrando à competência técnica da Administração, em atendimento à recomendação da Consultoria-Geral da União, por meio das Boas Práticas Consultivas – BCP nº 07, qual seja:

> O Órgão Consultivo não deve emitir manifestações conclusivas sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, sem prejuízo da possibilidade de emitir opinião ou fazer recomendações sobre tais questões, apontando tratar-se de juízo discricionário, se aplicável. Ademais, caso adentre em questão jurídica que possa ter reflexo significativo em aspecto técnico deve apontar e esclarecer qual a situação jurídica existente que autoriza sua manifestação naquele ponto.

Pois bem. Dito isto, passemos à análise.

A matéria *in casu* está disciplinada pelo art. 75, inc. II, da Lei nº 14.133/2021, que assim menciona:

> Art. 75. É dispensável a licitação:
>
> I - para contratação que envolva valores inferiores a R$ 119.812,02 (cento e dezenove mil, oitocentos e doze reais e dois centavos), no caso de obras e serviços de engenharia ou de serviços de manutenção de veículos automotores;
>
> II - para contratação que envolva valores inferiores a R$ 59.906,02 (cinquenta e nove mil, novecentos e seis reais e dois centavos), no caso de outros serviços e compras;

O parágrafo primeiro do mesmo artigo serve, por intuitivamente lógico, para integralizar a norma erigida ao norte, de modo que a contratação anômala encarece exegese conjunta, notadamente porque a aferição dos valores deve, necessariamente, perpassar pelo somatório do dispêndio levado a efeito pela respectiva unidade gestora, no exercício financeiro, e o exame da natureza dos objetos, consoante infere-se da leitura do aludido fragmento, senão vejamos:

> § 1° Para fins de aferição dos valores que atendam aos limites referidos nos incisos I e II do caput deste artigo, deverão ser observados:
>
> I - o somatório do que for despendido no exercício financeiro pela respectiva unidade gestora;
>
> II - o somatório da despesa realizada com objetos de mesma natureza, entendidos como tais aqueles relativos a contratações no mesmo ramo de atividade.

Com efeito, a legislação de regência, com fulcro nos princípios da economicidade e da eficiência administrativa, erige como hipótese de dispensa de prélio seletivo as contratações de serviços de natureza diversa de engenharia e de compras cujo valor seja inferior a R$ 62.725,59 (sessenta e dois mil, setecentos e vinte e cinco reais e cinquenta e nove centavos), desde que contextualizada a dispensa.

A nosso ver, a circunstância que se arvora no presente casuísmo amolda-se, objetiva e perfeitamente, à hipótese contida na dicção da norma supramencionada, de modo a autorizar a encarecida contratação.

Passando à análise dos requisitos formais atinentes ao tema, pôde ser verificado que o aviso de dispensa vai ser adotado pela Administração, o qual respeita o prazo mínimo de três dias úteis para a apresentação das propostas e demais documentos, bem como traz em seu bojo a especificação do objeto pretendido e com a manifestação de interesse da Administração em obter propostas adicionais de eventuais interessados, satisfazendo, assim, os predicados estabelecidos pelo art. 75, §3°, da Lei n° 14.133/21.

Já no que respeita à minuta contratual, temos que preenche, indene de dúvidas, os predicados encarecidos pela legislação de regência.

Das recomendações.

Nos autos, deverão estar presentes os elementos de escolha do fornecedor, a justificativa do preço, na forma do art. 72, VI e VII da Lei 14.133/2021. Os preços devem aderir à realidade do mercado, cuja extensão não se limita, necessariamente, aos extremos do Município Contratante e a justificativa do dimensionamento.

Ademais, é de perspícua relevância que seja examinada a documentação comprobatória da habilitação jurídica, consultada a regularidade fiscal da contratada quando da assinatura do contrato, observando-se, outrossim, o prazo de validade das aludidas certidões, conforme exigência pela Lei 14.133/2021 e, para além disso, sejam exaradas todas as certidões aludidas no §4°, do artigo 91, do indigitado diploma normativo.

Por fim, cumpre assoviar, por oportuno e necessário, que o instituto da dispensa de licitação deve ser utilizado de modo a atender ao Princípio da Unidade Orçamentária, e desde que respeitado, de igual modo, o Princípio da Anualidade, mesmo que as respectivas requisições sejam oriundas de Secretarias diferentes. Diante disso, recomendo firme exame acerca do respeito aos antecitados vetores axiológicos, notadamente para que se proscreva eventuais fracionamentos indevido.

Por oportuno, registre-se, ainda, que, após a contratação direta, ressoa imprescindível a publicação do extrato do contrato.

3. CONCLUSÃO

Ante o exposto, desde que atendidas as condições e recomendações infra, opina-se pela possibilidade jurídica de contratação direta por dispensa de licitação, com fulcro no artigo 75, II, da Lei nº 14.133/21.

É o parecer. S.M.J.

Candeias, Bahia, 24 de fevereiro de 2025.

Juno Barbosa Leite
Procurador
Decreto n.º 15/2025

ESTADO DA BAHIA
Câmara Municipal de Candeias
Região Metropolitana

ATO DE AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 020/2025
DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 014/2025

À vista dos elementos contidos no presente Processo devidamente justificado, CONSIDERANDO a manifestação do Agente de Contratação, que prevê a indicação de DISPENSA DE LICITAÇÃO em conformidade ao disposto no art. 72 e art.75, INC II, da Lei Federal 14.133/2021, CONSIDERANDO que o PARECER JURIDICO atesta que foram cumpridas as exigências legais, e no uso das atribuições que me foram conferidas, em especial ao disposto no artigo 72, VIII, da Lei Federal n° 14.133/2021, **AUTORIZO A DISPENSA DE LICITAÇÃO 014/2025.**

Autorizo, em consequência, a proceder-se à contratação nos termos do parecer exarado pelo Agente de Contratação, conforme abaixo descrito:

Objeto a ser contratado:	Prestação de serviço de solução integrada de comunicação VOIP baseada em protocolo SIP, com fornecimento de servidor local e redundância em nuvem e operação de STFC, juntamente com o fornecimento em comodato de aparelhos e ramais IP, incluindo instalação, configuração, treinamento, suporte técnico e portabilidade numérica dos atuais números, para atender as necessidades da Câmara Municipal de Candeias - Bahia.

ESTADO DA BAHIA

Câmara Municipal de Candeias

Região Metropolitana

Sujeito a ser contratado:	**BAIANA NET TELECOM LTDA ME (CNPJ n° 21.291.445/0001-48**
Prazo de Vigência:	**12 (doze) meses**
Valor Total:	**R$ 58.200,00 (cinquenta e oito mil e duzentos reais)**
Fundamento Legal:	Art. 72, INC II, da Lei Federal 14.133/2021.

Justificativa colacionada aos autos do processo de dispensa de licitação n° 014/2025.

Determino, ainda, que se leve a efeito, em no máximo 10 (dez) dias, a publicidade encarecida pelas normas de regência, em especial atenção, inclusive, à dicção do parágrafo único do artigo 72, da Lei Federal n° 14.133/2021, para que fique à disposição do público em sítio eletrônico oficial. Outrossim, em atenção à orientação originária do Tribunal de Contas da União, exarada por conduto do acórdão n° 2458/2021, seja veiculada, igualmente, enquanto não estiver operacionalizada a função no PNCP, no Diário Oficial dos Municípios.

Candeias - BA, 03 de março de 2025.

Rosana de Souza Silva
Presidente

CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS
Publicado
DATA: 06/03/25
Servidor

Everaldo Silva Aragão Filho
Diretor Administrativo
Decreto nº 007/2025
Câmara Municipal de Candeias

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
21.291.445/0001-48 MATRIZ		24/10/2014

NOME EMPRESARIAL
BAIANA NET TELECOM LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
BAIANA NET TELECOM	ME

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
61.10-8-03 - Serviços de comunicação multimídia - SCM

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
42.21-9-05 - Manutenção de estações e redes de telecomunicações
61.10-8-01 - Serviços de telefonia fixa comutada - STFC
61.41-8-00 - Operadoras de televisão por assinatura por cabo
61.43-4-00 - Operadoras de televisão por assinatura por satélite
61.90-6-01 - Provedores de acesso às redes de comunicações
61.90-6-02 - Provedores de voz sobre protocolo internet - VOIP
62.04-0-00 - Consultoria em tecnologia da informação
62.09-1-00 - Suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação
63.11-9-00 - Tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem na internet
63.19-4-00 - Portais, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet
80.20-0-01 - Atividades de monitoramento de sistemas de segurança eletrônico

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
R JOANA ANGELICA	395	: TERREO;

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
43.805-570	MALEMBA	CANDEIAS	BA

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
EMCON4@HOTMIL.COM	(71) 9654-6532

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	24/10/2014

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **26/02/2025** às **09:03:29** (data e hora de Brasília).

VERIFICADO A AUTENTICIDADE DO DOCUMENTO VIA INTERNET.
Data: 03/03/25
Assinatura/Carimbo/Matrícula
Marcelo Silvestre dos Santos
Agente de Contratação
Decreto nº 003/2025
Camara Municipal de Candeias

150

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDEIAS
SECRETARIA DA FAZENDA

CERTIDÃO NEGATIVA DE TRIBUTOS

DADOS DO CONTRIBUINTE

Nome ou Razão Social : **BAIANA NET TELECOM LTDA**

Inscrição CNPJ/CPF: **21.291.445/0001-48** Inscrição Municipal: **1349795**

Endereço: **RUA JOANA ANGELICA, Nº 395, MALEMBA - CANDEIAS-BA, CEP: 43805 -570**

CERTIFICA-SE QUE NÃO CONSTAM CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS NÃO ADIMPLIDOS, REGISTRADOS PARA ESTE CADASTRO ATÉ A PRESENTE DATA.

Ressalvado a Fazenda Pública Municipal o direito de cobrar e inscrever em Dívida Ativa, quaisquer outros débitos de responsabilidade do contribuinte acima qualificado, que vierem a ser apurados posteriormente.

Certidão emitida com fundamento no art. 298 da Lei nº 874/2013 - Código Tributário e de Rendas do Município do Candeias.

Esta certidão abrange somente a inscrição identificada acima.

CERTIDÃO EMITIDA EM : 26 de Fevereiro de 2025

NÚMERO DA CERTIDÃO: 836

VALIDADE: 90 DIAS

VERIFICADO A AUTENTICIDADE DO DOCUMENTO VIA INTERNET.
Data: 63025
Assinatura Servidor/Matrícula

Marcelo Silvestre dos Santos
Agente de Contratação
Decreto nº 003/2025
Câmara Municipal de Candeias

Código de controle de certidão: **A760BA6E**

Atenção: Qualquer rasura tornará o presente documento nulo.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: BAIANA NET TELECOM LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 21.291.445/0001-48
Certidão nº: 11260423/2025
Expedição: 26/02/2025, às 09:02:00
Validade: 25/08/2025 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **BAIANA NET TELECOM LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **21.291.445/0001-48, NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

VERIFICADO A AUTENTICIDADE DO DOCUMENTO VIA INTERNET.
Data: 03/03/25
Marcelo Silvestre dos Santos
Agente de Contratação
Decreto nº 003/2025
Câmara Municipal de Candeias

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: BAIANA NET TELECOM LTDA
CNPJ: 21.291.445/0001-48

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e

2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 15:25:14 do dia 24/02/2025 <hora e data de Brasília>.
Válida até 23/08/2025.
Código de controle da certidão: **CC84.80BA.74FB.9BC1**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

VERIFICADO A AUTENTICIDADE DO DOCUMENTO VIA INTERNET.
Data: 03/03/25
Assinatura Servidor/Matrícula
Marcelo Silvestre dos Santos
Agente de Contratação
Decreto nº 003/2025
Câmara Municipal de Candeias

153

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

SECRETARIA DA FAZENDA

Emissão: 26/02/2025 08:59

Certidão Negativa de Débitos Tributários

(Emitida para os efeitos dos arts. 113 e 114 da Lei 3.956 de 11 de dezembro de 1981 - Código Tributário do Estado da Bahia)

Certidão Nº: **20251104394**

RAZÃO SOCIAL	
BAIANA NET TELECOM LTDA	
INSCRIÇÃO ESTADUAL	CNPJ
120.475.065	**21.291.445/0001-48**

Fica certificado que não constam, até a presente data, pendências de responsabilidade da pessoa física ou jurídica acima identificada, relativas aos tributos administrados por esta Secretaria.

Esta certidão engloba todos os seus estabelecimentos quanto à inexistência de débitos, inclusive os inscritos na Dívida Ativa, de competência da Procuradoria Geral do Estado, ressalvado o direito da Fazenda Pública do Estado da Bahia cobrar quaisquer débitos que vierem a ser apurados posteriormente.

Emitida em 26/02/2025, conforme Portaria nº 918/99, sendo válida por 60 dias, contados a partir da data de sua emissão.

AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO PODE SER COMPROVADA NAS INSPETORIAS FAZENDÁRIA OU VIA INTERNET, NO ENDEREÇO http://www.sefaz.ba.gov.br

VERIFICADO A AUTENTICIDADE DO DOCUMENTO VIA INTERNET.
Data: 03/03/25
Assinatura e Qualificação

Válida com a apresentação conjunta do cartão original de inscrição no CPF na Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda.

Marcelo Silvestre dos Santos
Agente de Contratação
Decreto nº 003/2025
Camara Municipal de Candeias

RelCertidaoNegativa.rpt

154

Voltar | Imprimir

CAIXA
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 21.291.445/0001-48
Razão Social: JOAO VITOR TAVARES DE OLIVEIRA
Endereço: RUA JOANA ANGELINA 395 / MALEMBA / CANDEIAS / BA / 43805-570

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 15/02/2025 a 16/03/2025

Certificação Número: 2025021503422511550672

Informação obtida em 26/02/2025 08:55:32

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

VERIFICADO A AUTENTICIDADE DO DOCUMENTO VIA INTERNET.
Data: 03/03/25
Assinatura/Carimbo/Matrícula
Marcelo Silvestre dos Santos
Agente de Contratação
Decreto nº 003/2025
Câmara Municipal de Candeias

155

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado da Bahia

CERTIDÃO ESTADUAL
CONCORDATA, FALÊNCIA, RECUPERAÇÃO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL - 1º GRAU

CERTIDÃO Nº: 00724656E

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça (https://portalcertidoes.tjba.jus.br/#/primeirograu).

CERTIFICO que, pesquisando os registros dos sistemas eletrônicos de distribuição de processos deste Estado da Bahia, anteriores à data de **26/02/2025**, verifiquei **NÃO CONSTAR** em nome da parte abaixo indicada:

Razão Social: BAIANA NET TELECOM
CNPJ: 21.291.445/0001-48
Endereço: RUA JOANA ANGELICA Nº 395 - CEP: 43.805-570 - TERREO - MALEMBÁ - CANDEIAS - BAHIA

Esta certidão abrange as ações ativas de falência e recuperação judicial e extrajudicial, em que a pessoa pesquisada figure no pólo passivo, para as ações de falência e pólo ativo, para as ações de recuperação judicial / extrajudicial, com exceção dos processos em segredo de justiça.

Em caso de inconformidade, entrar em contato com a Seção de Certidões - SEDEC através do endereço eletrônico sedec@tjba.jus.br.

Os dados informados são de responsabilidade do solicitante, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e/ou destinatário, tendo em vista que a base de dados pesquisada para a emissão desta certidão não possui conexão com nenhuma outra base de dados de outra instituição pública ou da Receita Federal.

Esta certidão é emitida sem custas e tem validade de 30 dias, a partir da sua data de emissão. Após este prazo, será necessária a emissão de nova certidão.

VERIFICADO A AUTENTICIDADE DO DOCUMENTO VIA INTERNET.
Data: 03/03/25
Assinatura/Carga/Matrícula
Marcelo Silvestre dos Santos
Agente de Contratação
Decreto nº 0578/25
Câmara Municipal de Candeias

Salvador/BA, quarta-feira, 26 de fevereiro de 2025

ESTADO DA BAHIA
Câmara Municipal de Candeias
Região Metropolitana

INSTRUMENTO DE CONTRATO - CONTRATAÇÃO DIRETA
COMPRAS
LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021
LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

Processo Administrativo nº 020/2025

INSTRUMENTO DE CONTRATO Nº 016/2025, QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS, E A EMPRESA BAIANA NET TELECOM LTDA ME, PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.

A CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS, ESTADO DA BAHIA, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ /MF nº 13.612.254/0001/02, com sede na Av. dos Três Poderes, s/n - Bairro Ouro Negro, Candeias - BA, representada neste ato pelo seu Presidente, Rosana de Souza Silva, brasileira, casada, residente e domiciliado na cidade de Candeias - Bahia, a seguir denominada simplesmente **CONTRATANTE**, e a empresa **BAIANA NET TELECOM LTDA ME**, inscrita no CNPJ sob nº. 21.291.445/0001-48, com sede na Rua Joana Angélica - nº 395 - Malemba - Cep: 43.805-570 - Candeias - Bahia, representada pelo(s)Sr. Carlos Alberto de Oliveira, portado do Rg nº 01.744.640-61 SSP/, e CPF: 113.396.245-91, a seguir denominada simplesmente **CONTRATADA**:

Os CONTRATANTES, em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e aos preceitos de direito público, aplicados, supletivamente, os princípios da teoria

geral dos contratos e as disposições de direito privado, inclusive Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, celebram o presente contrato, decorrente do processo de contratação direta nº014/2025, mediante as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto do contrato é a : Prestação de serviço de solução integrada de comunicação VOIP baseada em protocolo SIP, com fornecimento de servidor local e redundância em nuvem e operação de STFC, juntamente com o fornecimento em comodato de aparelhos e ramais IP, incluindo instalação, configuração, treinamento, suporte técnico e portabilidade numérica dos atuais números, para atender as necessidades da Câmara Municipal de Candeias - Bahia, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência constante do processo de contratação direta identificado no preâmbulo.

1.2. O contrato vincula-se ao ato que tiver autorizado a contratação direta e à respectiva proposta, independentemente de transcrição.

1.3. A descrição da solução como um todo é a estabelecida no Termo de Referência.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

1.4. O contrato terá prazo de vigência de **12 (doze) meses**, contado da sua divulgação.

1.4.1. Os contratos celebrados em caso de urgência terão eficácia a partir da assinatura e deverão ser divulgados no

Portal Nacional de Contratações Públicas no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da data da assinatura, sob pena de nulidade.

1.4.2. Enquanto não for criado o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), prazo de vigência será contado da divulgação no Diário Oficial do Município e em sítio eletrônico oficial, certificado digitalmente por autoridade certificadora, no qual a Administração divulga de forma centralizada as informações e os serviços de governo digital dos seus órgãos e entidades.

1.5. O contrato poderá ser prorrogado sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para o contratante, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer dos contratantes, e desde que o valor das sucessivas renovações não ultrapasse o valor de alçada para a dispensa.

1.5.1. A extinção contratual sem ônus para qualquer dos contratantes ocorrerá apenas na próxima data de aniversário do contrato e não poderá ocorrer em prazo inferior a 2 (dois) meses, contado da referida data.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO

1.6. O valor estimado do contrato é de **R$ 58.200,00 (cinquenta e oito mil e duzentos reais)**.

1.7. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais

incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

1.8. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

CLÁUSULA QUARTA - DO CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO

1.9. A despesa correrá pelo(s) seguinte(s) crédito(s) orçamentário(s), previsto(s) no orçamento da Câmara Municipal para o exercício de 2025, conforme classificação funcional programática e categoria econômica abaixo:

UNIDADE: 101 - CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS
PROJETO/ATIVIDADE: 2002 - GESTÃO DAS AÇÕES LEGISLATIVAS
ELEMENTO DA DESPESA: 3390.39.00.00 -OUTRO SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA.

OS RECURSOS TÊM COMO ORIGEM O ORÇAMENTO VIGENTE DO LEGISLATIVO MUNICIPAL LICITANTE E AS QUE LHE CORRESPONDEREM NO EXERCÍCIO FINANCEIRO SUBSEQUENTE.

CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES E PRAZOS DE PAGAMENTO

1.10. As regras acerca das condições de pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência.

1.11. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias da apresentação Fatura / Nota Fiscal, em 02 (duas) vias que deverá ser apresentada ao titular da Secretaria de Finanças para a devida aprovação, de acordo com o art. 5°, § 3°, da lei 8.666/93.

1.12. O pagamento será efetuado em até 05 (cinco) dias úteis subsequentes ao recebimento da Fatura/Nota Fiscal cujo valor não ultrapasse o limite de R$ 17.600,00 (dezessete mil e seiscentos reais).

1.13. A Fatura / Nota Fiscal deverá ser emitida em nome do Ente Contratante, com a inserção das informações e dados contidos no preâmbulo deste instrumento.

1.14. Fatura / Nota Fiscal deverá vir acompanhada, obrigatoriamente, da comprovação de regularidade fiscal e trabalhista da CONTRATADA.

1.15. Não será efetuado qualquer pagamento a titulo de antecipação do valor contratado mesmo que a requerimento do interessado.

1.16. Na execução desse contrato, as despesas relativas a pessoal representam um total de 60% (sessenta por cento), sendo 40% (quarenta por cento) restantes relativos a gastos com insumos, impostos e diversos.

1.17. Os pagamentos a serem efetuados em favor da contratada estarão sujeitos à retenção, na fonte, dos seguintes tributos, quando couber:

1.18. Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), e Contribuição para os Programas de Integração Social e Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep), na forma da Instrução Normativa RFB n°1.234 de 11 de janeiro de 2012, conforme determina o art. 64 da Leu n° 9.430, de 27 de dezembro de 1996;

1.19. Contribuição previdenciária, correspondente a 11% (onze por cento), na forma da Instrução Normativa RFB n° 971

de 13 de novembro de 2009, conforme determina a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991;

1.20. Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), na forma da Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, combinada com a legislação pertinente.

1.21. O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta-corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela Contratada, ou por outro meio previsto na legislação vigente.

1.22. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

1.23. A Contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela Contratada, que porventura não tenha sido acordada no contrato.

1.24. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a **Contratada** não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX) I =(6 / 100) I = 0,00016438 365 TX = Percentual da taxa anual = 6%

ESTADO DA BAHIA
Câmara Municipal de Candeias
Região Metropolitana

CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

1.25. Os preços poderão sofrer reajustamento após o interregno de 1 (um) ano, com data-base vinculada à data do orçamento estimado, aplicando-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA/IBGE), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

1.26. O pedido de reajustamento de preços deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação.

1.26.1. A extinção do contrato não configurará óbice para o reajustamento, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

1.27. Nos reajustamentos subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajustamento.

1.28. O contratante terá o prazo de até trinta dias, salvo prorrogação por igual período expressamente motivada, para a resposta ao pedido de reajustamento de preços, contado da data do pedido.

1.29. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

1.30. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, os contratantes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

1.31. O registro da variação do valor do contrato para fazer face ao reajustamento poderá ser realizado por simples apostila.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

1.32. Não haverá exigência de garantia de execução.

CLÁUSULA OITAVA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

1.33. O regime de execução dos serviços será o de empreitada por preço empreitada por preço global.
1.34. As regras acerca do regime de execução são as estabelecidas no Termo de Referência.

CLÁUSULA NONA – DA MEDIÇÃO E DA LIQUIDAÇÃO

1.35. As regras acerca de critérios e periodicidade da medição, quando for o caso, e prazo e condições para recebimento e liquidação são as estabelecidas no Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO MODELO DE GESTÃO

1.36. As regras acerca do modelo de gestão do contrato são as estabelecidas no Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E DO CONTRATADO

1.37. **São obrigações do contratante:**

1.37.1. receber o objeto nos prazos e condições estabelecidas no Termo de Referência, observado o CAPÍTULO IX do TÍTULO III da Lei nº 14.133, de 2021;

1.37.1.1. Considera-se superfaturamento o dano provocado ao patrimônio do contratante, caracterizado, entre outras situações, por medição de quantidades superiores às efetivamente prestadas;

1.37.2. rejeitar o objeto, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato;

1.37.3. comunicar ao contratado, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no serviço executado e o prazo para que seja reparado, corrigido, removido, reconstruído ou substituído;

1.37.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do contratado, através de servidor ou comissão designada;

1.37.5. efetuar o pagamento ao contratado no valor correspondente ao objeto efetivamente prestado, no prazo e forma estabelecidos no Termo de Referência.

1.37.6. emitir, explicitamente, decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato;

1.37.7. o contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

1.38. **São obrigações do contratado:**

1.38.1. o contratado deve cumprir todas as obrigações constantes no termo de referência, seus anexos e na proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
1.38.2. executar os serviços conforme especificações deste Projeto Básico e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Projeto Básico e em sua proposta;
1.38.3. reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas e no prazo fixado pelo contratante, no total ou em parte, os serviços executados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados;
1.38.3.1. comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
1.38.3.2. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
1.38.4. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante;
1.38.5. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação e qualificação;

1.38.6. cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;

1.38.7. responder pelos danos causados diretamente ao contratante ou a terceiros em razão da execução do contrato, não excluindo nem reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante;

1.38.8. responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato;

1.38.8.1. a inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá ao contratante a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato;

1.38.9. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

1.39. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados.

1.40. O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

1.41. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Projeto Básico ou termo de referência.

1.42. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Projeto Básico, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

1.43. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais.

1.44. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

1.45. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-

los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

1.46. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

1.47. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

1.48. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

1.49. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

1.50. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

1.51. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

1.52. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido neste Projeto Básico e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

1.53. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

1.54. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo.

1.55. No prazo de até 05 dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

1.56. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

1.56.1. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

1.56.1.1. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações de caráter técnico da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato

1.56.1.2. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

1.56.1.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

1.56.2. No prazo de até 10 dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

1.56.2.1. quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

1.56.2.2. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

1.56.2.2.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

1.57. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o fiscal do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços em conformidade com as exigências contratuais, obedecendo as seguintes diretrizes:

1.57.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

1.57.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

1.57.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

1.58. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.

1.59. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de

1.60. Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS PRERROGATIVAS DO CONTRATANTE

1.61. As prerrogativas do contratante reger-se-ão pela disciplina do CAPÍTULO IV do TÍTULO III da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

1.62. As infrações e as sanções administrativas reger-se-ão pela disciplina do CAPÍTULO I do TÍTULO IV da Lei nº 14.133, de 2021.

1.63. O contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

1.63.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;

1.63.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano ao contratante, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

1.63.3. dar causa à inexecução total do contrato;

1.63.4. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

1.63.5. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

1.63.6. ensejar o retardamento da entrega do objeto sem motivo justificado;

1.63.7. prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

1.63.8. praticar ato fraudulento na execução do contrato;

1.63.9. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

1.63.10. prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada;

1.63.11. comprovadamente, financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

1.63.12. comprovadamente, utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados;

1.63.13. criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para celebrar contrato administrativo;

1.63.14. obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogação do contrato, sem autorização em lei ou no contrato;

1.63.15. manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato;

1.63.16. dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização do sistema financeiro nacional.

1.64. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas as seguintes sanções:

1.64.1. advertência;

1.64.2. multa;

1.64.3. impedimento de licitar e contratar;

1.64.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

CLÁUSULA SEXTA - DA EXTINÇÃO

1.65. A extinção do contrato reger-se-á pela disciplina dos CAPÍTULOS VIII e XII do TÍTULO III da Lei nº 14.133, de 2021.

1.66. Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

1.66.1. não cumprimento ou cumprimento irregular de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;

1.66.2. desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;

1.66.3. alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;

1.66.4. decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;

1.66.5. caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;

1.66.6. razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;

1.66.7. não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

1.67. A extinção do contrato poderá ser:

1.67.1. determinada por ato unilateral e escrito do contratante, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

1.67.2. consensual, por acordo entre os contratantes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse do contratante;
1.67.3. determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA NULIDADE

1.68. Constatada irregularidade na execução contratual, caso não seja possível o saneamento, a decisão sobre a suspensão da execução ou sobre a declaração de nulidade do contrato somente será adotada na hipótese em que se revelar medida de interesse público, observado o CAPÍTULO XI do TÍTULO III da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DAS ALTERAÇÕES

1.69. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do CAPÍTULO VII do TÍTULO III da Lei nº 14.133, de 2021.
1.70. O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação.
1.70.1. A extinção do contrato não configurará óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DOS CASOS OMISSOS

1.71. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e em demais normas de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DA DIVULGAÇÃO

1.72. O contratante providenciará a divulgação do contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e do seu extrato em sítio eletrônico oficial, certificado digitalmente por autoridade certificadora, no qual o contratante divulga de forma centralizada as informações e os serviços de governo digital dos seus órgãos e entidades, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da data da assinatura do contrato.

1.72.1. Enquanto não for criado o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), a divulgação dos atos e contratos deverá ocorrer em sítio eletrônico oficial e no Diário Oficial do Município.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DO FORO

1.73. Fica eleito o foro da Comarca de Candeias, Bahia, para dirimir os litígios que decorrerem da execução do contrato que não possam ser compostos pela utilização dos meios alternativos de prevenção e resolução de controvérsias.

ESTADO DA BAHIA
Câmara Municipal de Candeias
Região Metropolitana

observado o CAPÍTULO XII do TÍTULO III da Lei nº 14.133, de 2021.

Para firmeza e validade do pactuado, o instrumento de contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor e forma, o qual, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contratantes.

Candeias - BA, 03 de março de 2025.

CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS
Rosana de Souza Silva
CONTRATANTE

BAIANA NET TELECOM LTDA ME
Carlos Alberto de Oliveira
CONTRATADA

Testemunhas

Nome:
CPF: 014.491.085-39

Nome:
CPF: 158.372.975-53

ESTADO DA BAHIA

Câmara Municipal de Candeias

Região Metropolitana

CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS
Publicado
DATA: 06/03/25
Servidor

CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS-BA

CNPJ N° 13.612.254/0001-02

DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 014/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 020/2025

Everaldo Silva Aragão Filho
Diretor Administrativo
Decreto nº 007/2026
Câmara Municipal de Candeias

EXTRATO DO CONTRATO

Processo Administrativo: 020/2025. **Contrato** 016/2025. **Contratante:** Câmara Municipal de Candeias - Bahia **Contratada:** BAIANA NET TELECOM LTDA ME CNPJ n° 21.291.445/0001-48.

Objeto: Contratação de empresa para Prestação de serviço de solução integrada de comunicação VOIP baseada em protocolo SIP, com fornecimento de servidor local e redundância em nuvem e operação de STFC, juntamente com o fornecimento em comodato de aparelhos e ramais IP, incluindo instalação, configuração, treinamento, suporte técnico e portabilidade numérica dos atuais números, para atender as necessidades da Câmara Municipal de Candeias - Bahia.

Vigência: 03/03/2025 a 03/03/2026. **Valor:** R$ 58.200,00 (CINQUENTA E OITO MIL E DUZENTOS REAIS).

Dotação Orçamentária:

Unidade: 101 - CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEAIS -
Elemento de Despesa: 3390.39.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURIDICA
Projeto / Atividades: 2002 - GESTÃO DAS AÇÕES LEGISLATIVAS.

Fundamentação legal: art. 75, inc. II, da Lei Federal n° 14.133/2021.

ESTADO DA BAHIA
CAMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS
AV DOS TRES PODERES, SN - OURO NEGRO
Candeias - BA
C.N.P.J.: 13.612.254/0001-02

180

Nota de Empenho
MARÇO/2025

Nota de Empenho **03030001** **Tipo:** Global **Data:** 03/03/2025

FORNECEDOR

Nome: BAIANA NET TELECOM LTDA
CNPJ/CPF: 21.291.445/0001-48
Endereço: R JOANA ANGELICA, 395 **Compl:** TERREO
Bairro: MALEMBA **Cidade:** Candeias **UF:** BA
E-mail: emcon4@hotmil.com **Telefone:** (71)96546-532
PIS/PASEP: **RG:**

DADOS BANCÁRIOS

Banco: **Agência:** **Operação:** **Conta:**
Pix:

CLASSIFICAÇÃO

Unidade Orçamentária:	0101	CÂMARA MUNICIPAL
Função:	01	Legislativa
SubFunção:	031	Ação Legislativa
Programa:	0001	TRANSPARÊNCIA, PARTICIPAÇÃO POPULAR E MODERNIZAÇÃO LEGISLATIVA
Ação.	2002	GESTÃO DAS AÇOES DO PODER LEGISLATIVO
Natureza Despesa:	33903900	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
SubElemento:	33903947	SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO EM GERAL
Fonte:	15000000	Recursos não Vinculados de Impostos
Marcador:	15000000	Recursos não Vinculados de Impostos
Centro Custo:		

Licitação: Nº 014/2025 - Dispensável, Art. 75, Inciso II, Lei 14.133/2021 **Nº Recibo:**

Processo: **Prazo Liquidação:** 0

CONTRATO/ANO	SD/ANO	TIPO	SALDO ANTERIOR	VALOR EMPENHO	SALDO DISPONÍVEL
016 / 2025		Global	2.883.056,39	48.500,00	2.834.556,39

HISTÓRICO

REFERENTE A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA P PREST DE SERVS DE SOLUÇÃO INTEGRADA DE COMUNICAÇÃO VOIP, VOZ SOBRE IP, COM FORNECIMENTO DE SERVIDOR LOCAL E REDUNDÂNCIA EM NUVEM E OPERAÇÃO DE STFC, JUNTAMENTE C /O FORNECIMENTO EM COMODATO DE APARELHOS E RAMAIS IP, INCLUINDO INSTALAÇÃO, CONFIGURAÇÃO, TREINAMENTO, SUPORTE TÉCNICO E PORTABILIDADE NUMÉRICA DOS ATUAIS NÚMEROS, P ATENDER AS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL, COM VOGÊNCIA: 03/03/2025 a 03/03/2026. [PA=020/2025 - DISP=014/2025 - TC=016/2025),
RESUMO DO CONTRATO:..... / Valor da dispensa: R$ 58.200,00 (CINQUENTA E OITO MIL E DUZENTOS REAIS)..../ Valor mensal: $4.850,00, x 10 parcelas..../ Valor Empenhado: $48,500,00.../ Saldo a ser empenhado para o exercício de 2026: $9.700,00 (2 parcelas)

Item	Especificação	Unid	Qtde	Unitário	Total
1	1820 - SERVIÇOS DE TELEFONIA	SV	10,0000	4.850,0000	48.500,0000

QUARENTA E OITO MIL E QUINHENTOS REAIS **48.500,00**

Emitido em 03/03/2025

Autorizo/Ratifico o empenho dessa despesa

ROSANA DE SOUZA SILVA
PRESIDENTE CAMARA Mat.002653

Essa despesa foi empenhada em crédito próprio

JEAN CARLOS SOUZA FERREIRA
Diretor Financeiro Mat.003223

Diário Oficial

CÂMARA MUNICIPAL | CANDEIAS – BAHIA

Ano 20 • Número 1443 • quinta-feira • 6 de março de 2025

SUMÁRIO

• DISPENSA - ATO DE AUTORIZAÇÃO 2
• DISPENSA - EXTRATO DO CONTRATO 4

CERTIFICAÇÃO: EC7CD857-BDF0-41D5-8102-982199CE80BB

Documento assinado digitalmente conforme MP n 2.200-2 de 24/08/2001 – ICP Brasil

ESTADO DA BAHIA
Câmara Municipal de Candeias
Região Metropolitana

ATO DE AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 020/2025
DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 014/2025

À vista dos elementos contidos no presente Processo devidamente justificado, CONSIDERANDO a manifestação do Agente de Contratação, que prevê a indicação de DISPENSA DE LICITAÇÃO em conformidade ao disposto no art. 72 e art.75, INC II, da Lei Federal 14.133/2021, CONSIDERANDO que o PARECER JURIDICO atesta que foram cumpridas as exigências legais, e no uso das atribuições que me foram conferidas, em especial ao disposto no artigo 72, VIII, da Lei Federal n° 14.133/2021, **AUTORIZO A DISPENSA DE LICITAÇÃO 014/2025.**

Autorizo, em consequência, a proceder-se à contratação nos termos do parecer exarado pelo Agente de Contratação, conforme abaixo descrito:

Objeto a ser contratado:	Prestação de serviço de solução integrada de comunicação VOIP baseada em protocolo SIP, com fornecimento de servidor local e redundância em nuvem e operação de STFC, juntamente com o fornecimento em comodato de aparelhos e ramais IP, incluindo instalação, configuração, treinamento, suporte técnico e portabilidade numérica dos atuais números, para atender as necessidades da Câmara Municipal de Candeias - Bahia.

CERTIFICAÇÃO: EC7CD857-BDF0-41D5-8102-982199CE80BB

ESTADO DA BAHIA
Câmara Municipal de Candeias
Região Metropolitana

Sujeito a ser contratado: **BAIANA NET TELECOM LTDA ME (CNPJ nº 21.291.445/0001-48**
Prazo de Vigência: **12 (doze) meses**
Valor Total: **R$ 58.200,00 (cinquenta e oito mil e duzentos reais)**
Fundamento Legal: Art. 72, INC II, da Lei Federal 14.133/2021.

Justificativa colacionada aos autos do processo de dispensa de licitação nº 014/2025.

Determino, ainda, que se leve a efeito, em no máximo 10 (dez) dias, a publicidade encarecida pelas normas de regência, em especial atenção, inclusive, à dicção do parágrafo único do artigo 72, da Lei Federal nº 14.133/2021, para que fique à disposição do público em sítio eletrônico oficial. Outrossim, em atenção à orientação originária do Tribunal de Contas da União, exarada por conduto do acórdão nº 2458/2021, seja veiculada, igualmente, enquanto não estiver operacionalizada a função no PNCP, no Diário Oficial dos Municípios.

Candeias - BA, 03 de março de 2025.

Rosana de Souza Silva
Presidente

End.: Av. dos Três Poderes, s/n – Bairro Ouro Negro,
CEP: 43.800-000 – Candeias – Ba – Tel.: 71 – 3190-3989

ESTADO DA BAHIA
Câmara Municipal de Candeias
Região Metropolitana

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 014/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 020/2025

EXTRATO DO CONTRATO

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 020/2025. **CONTRATO** 016/2025. **CONTRATANTE**: CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS - BAHIA **CONTRATADA**: BAIANA NET TELECOM LTDA ME CNPJ Nº 21.291.445/0001-48.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SOLUÇÃO INTEGRADA DE COMUNICAÇÃO VOIP BASEADA EM PROTOCOLO SIP, COM FORNECIMENTO DE SERVIDOR LOCAL E REDUNDÂNCIA EM NUVEM E OPERAÇÃO DE STFC, JUNTAMENTE COM O FORNECIMENTO EM COMODATO DE APARELHOS E RAMAIS IP, INCLUINDO INSTALAÇÃO, CONFIGURAÇÃO, TREINAMENTO, SUPORTE TÉCNICO E PORTABILIDADE NUMÉRICA DOS ATUAIS NÚMEROS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS - BAHIA.

VIGÊNCIA: 03/03/2025 A 03/03/2026. **VALOR**: R$ 58.200,00 (CINQUENTA E OITO MIL E DUZENTOS REAIS).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

UNIDADE: 101 - CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEAIS -
ELEMENTO DE DESPESA: 3390.39.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURIDICA
PROJETO / ATIVIDADES: 2002 - GESTÃO DAS AÇÕES LEGISLATIVAS.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: ART. 75, INC. II, DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021.

End.: Av. dos Três Poderes, s/n – Bairro Ouro Negro,
CEP: 43.800-000 – Candeias – Ba – Tel.: 71 – 3190-3989

CERTIFICAÇÃO: EC7CD857-BDF0-41D5-8102-982199CE80BB